

Independência da América Espanhola e do Haiti

CONTEXTO

O domínio europeu na América, iniciado no final do século XV, foi colocado em xeque na passagem do século XVIII para o XIX, quando as transformações ocorridas no Velho Continente fomentaram as lutas por independência.

O desenvolvimento industrial da Inglaterra, por exemplo, fez crescer a demanda por matéria-prima e por mercados e, apesar de a América Colonial ser parte do mercado inglês, o comércio era mediado pelas metrópoles, que, por vezes, dificultavam ou inviabilizavam as relações comerciais. Apoiar as independências, no entanto, poderia significar conflito com as metrópoles, o que não era interessante para a economia inglesa. Devido a essa condição, a Inglaterra apoiou indiretamente as Independências, por meio da concessão de empréstimos às colônias e de financiamentos a mercenários que lutaram ao lado dos colonos.

O pensamento iluminista, que atingiu seu ápice na Europa no século XVIII, chamado de Século das Luzes, também influenciou os processos de independência das Américas. Os iluministas eram contrários às distinções sociais oriundas do Período Feudal, defendendo, assim, a igualdade entre os homens, pelo menos juridicamente. O Iluminismo também pregava o liberalismo econômico, que, na prática, significava a não intervenção do Estado na economia. Dessa forma, as relações existentes entre as metrópoles e as colônias – baseadas nos princípios mercantilistas – eram condenadas pelos ilustrados, afinal, os nativos não tinham os mesmos direitos políticos que os indivíduos da metrópole, a colônia não possuía liberdade comercial, e até mesmo a liberdade de expressão era coibida no continente americano.

Posta, portanto, a divergência entre o sistema colonial e as ideias iluministas, as metrópoles buscaram meios de proibir a circulação das obras consideradas subversivas, principalmente as francesas, em seus domínios. Mesmo assim, livros de autores como Voltaire, Montesquieu e Rousseau, por exemplo, chegavam às colônias, tanto por intermédio das elites que iam estudar na Europa e lá tomavam consciência dos ideais ilustrados, quanto por meio do contrabando de livros para a América. Dessa maneira, formou-se uma elite colonial que via na Independência a única saída para seu desenvolvimento econômico e político. Além disso, essa elite de formação europeia se considerava igual aos europeus, por mais que estes adotassem uma visão etnocêntrica que vinculasse a América à barbárie.

Além de influências ideológicas, como o Iluminismo, os colonos tomaram como exemplo as lutas liberais burguesas ocorridas durante o século XVIII. Uma delas foi a Revolução Francesa, afinal, aquele processo revolucionário burguês, ocorrido em 1789, foi a mais importante luta contra o absolutismo. Além de conseguirem derrubar o governo, considerado o mais despótico de toda a Europa, os revolucionários franceses implementaram novos modelos políticos no país e, assim, evidenciaram o fracasso do Antigo Regime.

Uma clara manifestação da influência revolucionária francesa nos processos de emancipação do continente americano é a grande recorrência de bandeiras tricolores como estandartes das novas nações que se formaram. Porém, diferentemente do azul, branco e vermelho – que representam, respectivamente, liberdade, igualdade e fraternidade – da bandeira francesa, algumas nações americanas adotaram também cores que faziam alusão a elementos próprios do continente, por exemplo o amarelo, que representava a riqueza oriunda dos metais preciosos.



Inspirados na bandeira da França (superior), os estandartes do Chile e da Venezuela apresentam variações tricolores (inferior).

Mesmo tendo passado cerca de dez anos do início da Revolução Francesa, as lutas no continente europeu não cessaram e, já no início do século XIX, a Europa vivenciava as guerras napoleônicas, quando o poderio bélico francês se impôs em praticamente todo o continente. A Europa se rendia ao Exército de Napoleão Bonaparte, e a Inglaterra era a única potência que, devido à sua força econômica e à sua posição insular, conseguia resistir à expansão napoleônica.

Diante da resistência inglesa, o imperador francês decretou o Bloqueio Continental (1806), que proibia os países europeus de comercializarem com os britânicos. A Espanha, assim como outros países da Europa, tinha uma economia muito dependente dos ingleses, e, como a França não estava no mesmo patamar industrial que a Inglaterra, os espanhóis romperam o Bloqueio.

A reação francesa foi imediata e se manifestou por meio da invasão da Espanha e da deposição do rei daquele país, Fernando VII. José Bonaparte, irmão de Napoleão, foi colocado no trono espanhol e, além da resistência interna ao seu governo, o novo rei enfrentou a desobediência das colônias que compunham a América Espanhola.

Se a Revolução Francesa foi a maior inspiração europeia para os colonos que ansiavam por liberdade, o melhor exemplo de luta em pleno continente americano foi a Independência das Treze Colônias, processo também conhecido como Revolução Americana, ocorrido no século XVIII. A luta dos estadunidenses serviu de exemplo aos hispano-americanos, pois o norte da América foi a primeira região do continente a conquistar a liberdade, livrando-se, inclusive, da maior potência da época, a Inglaterra. Além disso, o considerável desenvolvimento tecnológico alcançado por parte dos estados que compunham aquele país levava as elites coloniais a acreditarem que a independência seria a melhor saída naquele momento. Uma clara manifestação da influência estadunidense nas Américas foi o sistema político adotado pela maioria dos Estados formados, que, assim como os Estados Unidos, tornaram-se republicanos.

SITUAÇÃO INTERNA

Internamente, as colônias que compunham a América Espanhola apresentavam uma sociedade estratificada. Os *chapetones*, espanhóis que vinham para a América, tinham a posição social mais privilegiada e, por isso, ocupavam os altos cargos administrativos e controlavam o comércio externo. Outra camada que ocupava posição de destaque era formada pelos *criollos*, elite nativa descendente de espanhóis que controlava a economia colonial e tinha poderes políticos limitados. A classe intermediária era formada por mestiços e índios, que, por não terem grande prestígio social, eram excluídos de certos direitos políticos, como o voto.

Finalmente, é importante apontar a posição social inferior ocupada pelos negros. Colocados abaixo de qualquer outro elemento social, muitas vezes eles eram submetidos à escravidão e, logo, aos interesses das elites coloniais.

Com o desenrolar da colonização espanhola, os *criollos* acabaram entrando em divergência com os *chapetones*, pois a elite nativa ganhou muita força econômica pelo fato de controlar as estruturas produtivas das colônias espanholas, estruturas estas que, ao longo do tempo, desenvolveram-se bastante. Apesar de parecer um paradoxo, o investimento estrutural nas colônias era importante para a metrópole, que, a partir de então, teria condições de cobrar mais impostos sobre produção mais volumosa. Assim, em virtude da força econômica alcançada pelos *criollos*, estes passaram a reivindicar maior representação política, uma vez que sustentavam a economia colonial com suas minas e fazendas. A única forma de obter essa participação, no entanto, era rompendo com a metrópole, pois, sendo espanhóis, os *chapetones* tinham maior influência junto à Coroa.

Além do desejo de liberdade por parte da elite colonial, a maior parte da sociedade, formada por pequenos comerciantes, trabalhadores assalariados, mestiços, índios e negros, também via a Independência com bons olhos, pois acreditava que, vivendo em um país independente, conquistaria mais direitos sociais e políticos. Às vésperas do século XIX, portanto, a sociedade colonial espanhola, por mais que apresentasse projetos políticos distintos, demonstrava seus anseios de liberdade, situação preocupante para a metrópole, que via o seu controle sobre as Américas ameaçado.

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

No processo de emancipação política da América Espanhola, há diversas peculiaridades e diferenças em relação ao das Treze Colônias e ao do Brasil. No caso das Treze Colônias, o que ocorreu após a independência foi um processo de expansão territorial. A Marcha para o Oeste estava associada ao ideário do Destino Manifesto, uma crença na missão dos estadunidenses em expandir os valores da democracia e da liberdade. Já no caso brasileiro, houve a manutenção da unidade territorial, com pequenas alterações sofridas ao longo do século XIX e início do XX.

O processo de independência da América Espanhola, no entanto, gerou uma grande fragmentação territorial em relação às antigas possessões espanholas, que, já no século XIX, desmembraram-se em vários Estados politicamente autônomos.

É importante ressaltar que, mesmo dentro de alguns desses Estados, houve sedições políticas, pois, em virtude da disputa do poder entre os *caudillos* – líderes das independências –, países que haviam conquistado sua emancipação, como a Grã-Colômbia, acabaram sofrendo fragmentações posteriores.

Outra reflexão interessante que devemos fazer é a respeito do termo utilizado: emancipação política. A preferência por esse termo, ao contrário de simplesmente independência, tem por objetivo mostrar que, ao conquistar a sua liberdade política, a América Latina não conseguiu se livrar do jugo econômico europeu. O apoio dado pela Inglaterra às independências acabou por manter laços de domínio econômico, uma vez que as estruturas econômicas e mesmo culturais da região favoreciam a manutenção dessa dependência. Muitos membros das elites coloniais tinham ligações econômicas com a Europa e acreditavam que o Velho Mundo poderia contribuir culturalmente para o desenvolvimento da América, já que grande parte dos membros dessa elite teve sua formação intelectual na Europa.

Um dos mais importantes precursores das Independências latino-americanas aconteceu no vice-reino de Nova Granada – atual Peru –, onde a *mita* e a *encomienda*, tipos de trabalho compulsório indígena, eram utilizadas de forma extensiva nas minas e haciendas. José Gabriel Tupac Amaru, que afirmava ser um descendente dos incas, liderou, em 1780, uma rebelião contra a exploração sofrida pela população indígena e, reunindo índios, mestiços e *criollos*, chegou a derrubar esses tipos de trabalho compulsório em várias cidades da região.

Apesar do sucesso inicial, o movimento acabou fracassando devido a fatores como a inexperiência militar dos rebeldes. Além disso, a elite colonial, que a princípio apoiava o movimento, temendo a radicalização do projeto emancipacionista, passou a facilitar a ação das tropas espanholas na repressão aos rebeldes. Traído, Tupac Amaru foi preso, julgado na cidade de Cuzco e condenado à morte em 1781.

Apesar do aparente fracasso do projeto emancipacionista elaborado por Tupac Amaru, por meio daquele ato, a Coroa espanhola pôde perceber, já no século XVIII, que a contestação ao domínio colonial estava em andamento, e que, no caso da América Hispânica, as massas reivindicavam não só maior liberdade, mas também mudanças sociais. Essa rebelião, ocorrida em uma das principais zonas mineradoras da América, assustou não só a elite metropolitana, como também as elites coloniais, que sentiram que seus privilégios sociais estavam sendo ameaçados. Mais tarde, a Revolução de São Domingos (Haiti) mostrou novamente às elites que as camadas exploradas das sociedades americanas estavam se mobilizando.

Ocorrido majoritariamente durante o século XIX, o processo de independência da América Espanhola pode ser dividido em dois momentos. No primeiro (1810-1816), as elites coloniais foram beneficiadas pelas guerras napoleônicas, afinal, diante da desordem criada pelo imperador francês, os *criollos* tomaram frente na política colonial e transformaram os *cabildos* em juntas governativas, órgãos com maior autonomia política. Ainda assim, nesse primeiro momento, não houve grandes conquistas por parte dos colonos, ou seja, apesar das lutas, a maioria dos países não garantiu a sua emancipação política em relação à Espanha.

Em 1815, Napoleão Bonaparte foi derrotado definitivamente pelas forças conservadoras que, através do Congresso de Viena, reconduziram o rei espanhol Fernando VII ao trono. Devido à sua tendência absolutista, o rei logo se empenhou em reafirmar a sua autoridade política e econômica sobre as colônias instaladas na América. Tal imposição, no entanto, não agradou aos *criollos*, uma vez que a elite nativa americana não estava disposta a abrir mão da autonomia conquistada. Assim, entre 1816 e 1825, houve um segundo momento emancipacionista, quando a maioria dos países da América conquistou sua autonomia política.



Francisco de Goya / Domínio Público

GOYA, Francisco. *Retrato de Fernando VII com manto real*. 1815. Óleo sobre tela, 208 × 142,5 cm. Museu do Prado.

Apesar das declarações de independência, a Espanha, não concordando em perder seus domínios, passou a reprimir violentamente as lutas emancipacionistas. Para tanto, os espanhóis contaram com o apoio da Santa Aliança – associação político-militar dos governos de tendências absolutistas europeus, criada durante o Congresso de Viena para combater os movimentos de caráter liberal – e de países como a França que, por meio do Congresso de Verona (1822), dispôs-se a enviar tropas à América em auxílio aos espanhóis.

A vitória dos colonos sobre a Espanha só foi possível por meio da aliança realizada entre as elites coloniais e a Inglaterra que, com a derrota de Napoleão, já não estava mais em guerra e se mantinha diretamente interessada nas relações comerciais com o continente americano. Tal postura da Coroa inglesa, no entanto, causou uma crise na Quíntupla Aliança (criada durante o Congresso de Viena), uma vez que, desrespeitando o caráter conservador dos aliados, a Inglaterra defendeu os movimentos liberais emancipacionistas nas colônias espanholas da América. A partir de então, os ingleses se desvincularam da Aliança, o que enfraqueceu o movimento conservador na Europa, facilitando a Independência da América Espanhola e abrindo espaço para novos movimentos liberais.

Após a independência, os *caudillos*, como ficaram conhecidas as lideranças políticas e militares que haviam figurado à frente dos movimentos de independência, passaram a controlar politicamente os novos Estados. O principal desses líderes, Simón Bolívar, chamado de Libertador, atuou decisivamente na independência de vários países latino-americanos e defendeu que a Colômbia, a Venezuela, o Equador e o Peru deveriam formar um único país.

Em 1826, Simón Bolívar organizou o Congresso do Panamá na tentativa de reunir os chefes políticos dos Estados recém-formados para a criação de um projeto de cooperação continental na América. A maioria dos representantes, entretanto, não compareceu, pois os *caudillos*, que exerciam grande influência nos seus países, não tinham interesse político e econômico na união desejada por Bolívar. Além disso, os EUA tentaram minar o pan-americanismo, uma vez que essa cooperação era avessa aos seus interesses econômicos na América.

Simón Bolívar acreditava que o regime republicano deveria ser adotado na América independente, por meio da criação de uma única república federativa, semelhante ao que se verificava nos Estados Unidos. Bolívar considerava que esse sistema seria o mais propício ao desenvolvimento econômico da região hispano-americana. Esse projeto, além de enfrentar a resistência dos *caudillos* e dos EUA, encontrou a oposição de José de San Martín – outro grande libertador da América – que defendia a adoção do modelo monárquico constitucionalista. Para San Martín, isso garantiria a continuidade do modelo que vigorava no continente desde a colonização e facilitaria o reconhecimento das independências pelas grandes potências.



J. Collignon / Domínio Público

COLLIGNON, J. *Encontro de Guayaquil em 1822*. 1843. Arquivo O Comércio.

Em parte, a fragmentação das ex-colônias espanholas em Estados autônomos distintos pode ser justificada pelos aspectos geográficos que, por vezes, dificultavam a comunicação entre as diversas regiões americanas. A Cordilheira dos Andes, que se estende por grande parte da América do Sul, é um claro exemplo dessa “fronteira natural” existente entre os novos países.

As Américas na virada do século XX



Algumas colônias conquistaram a independência tardiamente.

Outro fator fundamental para a fragmentação da América foi a participação da Inglaterra no processo de emancipação, afinal, os ingleses – assim como os EUA – não desejavam o aparecimento de um país forte e poderoso no continente.

É importante ressaltar, ainda, que a própria divisão política da América Espanhola, promovida pela metrópole durante a colonização, que não permitia a comunicação entre os vice-reinos e capitanias gerais, foi responsável pela falta de unidade política.

Porém, para a fragmentação da América Espanhola, as diferenças de interesses entre os *caudillos* foram cruciais. Após as Independências, eles passaram a disputar o poder conforme seus interesses. Não interessava a eles ceder parte dos seus poderes ao chefe do Estado, preferiram manter a sua influência nos Estados que dominavam.

CASOS PARTICULARES

Haiti

O Haiti faz parte da Ilha de Hispaniola (atual São Domingos), dividida durante o Período Colonial entre Espanha, lado oriental, e França, lado ocidental. O lado francês da ilha possuía três classes sociais distintas: a maior parte da população era composta de escravos; os mulatos e negros libertos, que podiam inclusive se tornar donos de escravos, compunham uma classe intermediária; e, finalmente, os brancos, socialmente privilegiados, compunham a minoria responsável pela exploração econômica e pela administração colonial.

O processo de independência de São Domingos se iniciou em 1791, durante a Revolução Francesa, tendo como líder Toussaint Louverture, que, inspirado no movimento burguês europeu, acabou se convencendo de que o Haiti deveria se tornar uma federação ligada à França. Assim, após a Convenção Nacional abolir a escravidão nas colônias francesas, Louverture incorporou-se ao Exército francês na luta contra os ingleses, o que acabou lhe concedendo prestígio suficiente para realizar mudanças administrativas na ilha. Louverture criou hospitais, construiu parques, estimulou a produção das lavouras de açúcar, criou escolas e chegou a redigir uma Constituição para o Haiti.

A liderança de um negro na América, no entanto, assustou as elites brancas e, principalmente, Napoleão Bonaparte, o homem mais poderoso do mundo na época. A mando do imperador francês, uma expedição militar, comandada pelo general Leclerc, chegou ao Haiti em 1802. Louverture foi derrotado, preso e enviado à França, onde morreu um ano mais tarde.

Apesar da aparente derrota do movimento emancipacionista haitiano, Jean-Jacques Dessalines deu continuidade à obra de Louverture e, assim, proclamou a independência da ilha – agora denominada Haiti – em 1804. Dessalines proclamou-se imperador com o título de Jacques I, mas, em 1806, acabou sendo assassinado.

A Independência do Haiti teve um caráter singular, uma vez que foi o segundo país da América a conquistar a liberdade, atrás apenas dos Estados Unidos.

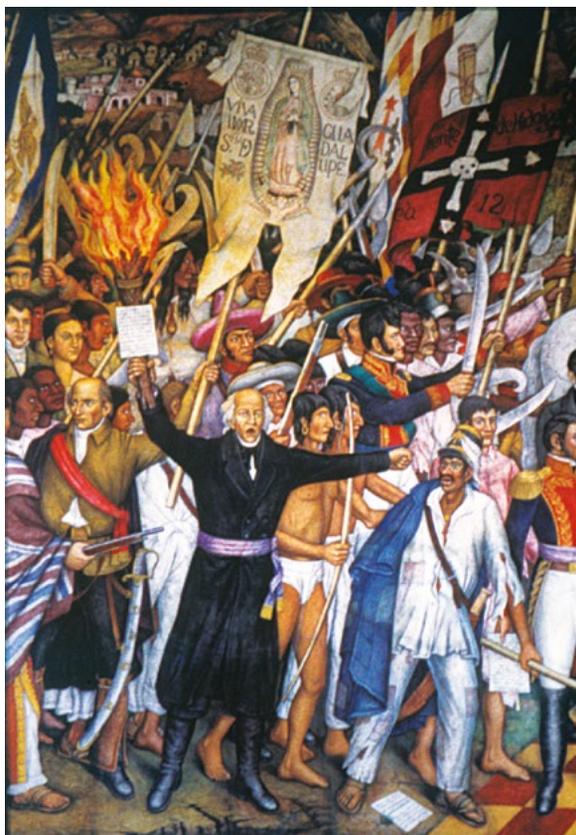
Além disso, a emancipação foi realizada pelos escravos, uma classe socialmente subordinada, que exterminaram a elite branca daquela região. Vale ressaltar, no entanto, que essa conquista não significou o fim do preconceito étnico: a minoria mulata que assumiu o comando da nova nação discriminava a maioria negra.

México

As lutas pela Independência do México começaram em 1810, lideradas pelos padres Hidalgo e Morelos, que defendiam mudanças sociais favoráveis à população indígena. Observa-se que essas lutas tinham, em sua origem, um caráter de movimento revolucionário social. Miguel Hidalgo, por exemplo, decretou que os indígenas não seriam obrigados a arrendar suas terras e que elas seriam trabalhadas exclusivamente pelos seus proprietários.

Já José María Morelos apoiou Hidalgo na supressão da escravidão e foi além: defendia a extinção das qualificações discriminatórias entre índios, mulatos e negros, condenando qualquer medida que representasse opressão.

O caráter revolucionário do México assustou não só as elites metropolitanas, mas todos os poderosos da própria colônia. Assim, esses padres foram assassinados, mas a luta pela independência continuou.



O'GORMAN, Juan. *Mural Retábulo da Independência*. 1961. Castelo de Chapultepec. [Detalhe]

Mural que retrata o padre Hidalgo à frente do povo mexicano durante a luta pela independência.

As lutas emancipacionistas chegaram ao seu ápice em 1821, quando o general Iturbide – até então responsável pela contenção às rebeliões separatistas – proclamou o Plano Iguala. Apesar de concretizar a independência mexicana, o plano assegurava os privilégios da Igreja Católica e a proteção à propriedade, favorecendo, assim, os grandes proprietários de terras. A única mudança de fato gerada pela emancipação foi que as riquezas do país não iriam mais para a Espanha, permanecendo agora no México, nas mãos da elite econômica, responsável pelo comando de uma monarquia personificada pelo general Iturbide.

O regime monárquico durou até 1823, quando Iturbide foi forçado a abdicar e a se exilar na Europa, o que levou à implantação da república no México. Assim, a partir daquele ano, o Brasil passou a ser a única monarquia no continente americano.

Argentina

As Províncias Unidas do Prata compreendiam o território onde hoje se situam a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e parte da Bolívia. Já em 1811, a região iniciou um processo de emancipação fragmentada, pois, naquele ano, o Paraguai tornou-se independente. Logo depois, foi a vez dos argentinos, que, apesar de jurarem fidelidade ao rei espanhol Fernando VII, não toleraram as atitudes absolutistas tomadas pelo monarca após a sua volta ao poder, em 1815. Assim, no Congresso de Tucumã (1816), os argentinos se declararam independentes sob o comando de José de San Martín. Mesmo com a independência argentina, o processo de fragmentação continuou, afinal, poucos anos após a libertação da Argentina, o Brasil anexou a região da Cisplatina, hoje chamada de Uruguai.

A fragmentação do vice-reino do Prata, no entanto, nunca agradou aos argentinos, que sempre mantiveram vivo o sonho de reconstrução da unidade do Prata. Esse posicionamento era paradoxal, porque, até a década de 1860, não havia unidade política interna na Argentina; até então, cabia ao presidente argentino comandar a província de Buenos Aires, que era autônoma. Em cada uma das outras províncias, o poder era exercido por *caudillos*, que se opunham ao governo central.

Confederação da Grã-Colômbia

Em 1819, as elites coloniais do vice-reino de Nova Granada se reuniram no Congresso de Angostura, quando anunciaram o rompimento da região com a metrópole e a criação da Confederação da Grã-Colômbia. Naquele momento, os colonos indicaram Simón Bolívar como o presidente da república ali instalada, e Santander como vice-presidente, que foi, de fato, quem governou, pois Bolívar continuava liderando lutas de independências em outras regiões americanas.

Apesar da emancipação política, os chefes de Estado da recém-formada Grã-Colômbia entraram em divergência, afinal, enquanto Bolívar defendia o unitarismo, por meio de um governo forte e centralizado, Santander apoiava o federalismo, com descentralização do poder. As disputas internas entre os dois grupos foram tantas que, em 1829, a Confederação da Grã-Colômbia iniciou um processo de fragmentação em três países: Colômbia, Equador e Venezuela.

Uruguai

O Uruguai foi incorporado ao território brasileiro em 1820. As pretensões lusas na região eram antigas, pois Portugal desejava o controle sobre a Bacia do Prata. D. João VI, usando o argumento de que sua esposa, Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, da Espanha, era herdeira da região, acabou por anexar a região ao Brasil.

Em 1825, apoiados pela Argentina, que também tinha interesses na região, os uruguaios iniciaram uma guerra para se livrarem do domínio brasileiro. É preciso lembrar que o Brasil, nesse momento, já era independente. A Guerra da Cisplatina (1825-1828), como ficou conhecida, terminou com a intervenção da Inglaterra, que, para não fortalecer um lado ou outro, acabou determinando a criação da República da Banda Oriental do Uruguai, desvinculada do Brasil e também da Argentina.

Cuba

Último país da América Espanhola a se livrar do domínio colonial, Cuba recebeu o apoio dos Estados Unidos para sua independência, contrariando os interesses espanhóis. A justificativa para tal atitude ocorreu em 1898, quando um navio estadunidense, ancorado em Havana, foi misteriosamente queimado. Alguns autores afirmam que os Estados Unidos foram os responsáveis pelo atentado, que serviria como um motivo para o conflito. Esse incidente provocou a Guerra Hispano-Americana, travada entre os Estados Unidos e a Espanha, que acabou sendo derrotada.

Pelo Tratado de Paris (1898), além da Independência de Cuba, os espanhóis reconheciam o domínio dos Estados Unidos sobre Filipinas e Porto Rico, este está sob tal domínio até hoje. Em 1902, foi aprovada, pelo Senado dos Estados Unidos, a Emenda Platt, que foi incorporada à Constituição cubana. Esse dispositivo concedia a emancipação aos cubanos, mas, ao mesmo tempo, dava ao governo dos EUA o direito de intervir e de construir bases militares no país, e, até hoje, existe uma base militar estadunidense em Cuba, na Baía de Guantánamo.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UFJF-MG) A seguir, se encontram descritas diferentes características dos processos de Independência da América Latina e da América do Norte. Sobre esse contexto, leia as afirmativas seguintes.
- Nos Estados Unidos, como consequência imediata de seu processo de Independência, ocorreu a abolição da escravatura.
 - Em toda a América Espanhola, ocorreu uma aliança entre as elites locais e os setores populares contra os interesses metropolitanos, sem, contudo, produzir mudanças nas formas de governo.
 - Na América Portuguesa, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, bem como a abertura dos portos às nações amigas, constituiu-se em importante fator para a crise do sistema colonial.
 - O processo de Independência no Haiti caracterizou-se por uma rebelião escrava, constituindo-se em um singular modelo de luta anticolonial.
- Marque a opção correta.
- Todas estão corretas.
 - Todas estão incorretas.
 - Apenas a I e IV estão corretas.
 - Apenas a I e III estão corretas.
 - Apenas a III e IV estão corretas.

- 02.** (FGV-SP) Na Carta da Jamaica, de 1815, [Simon Bolívar] escreveu: "Eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas do que pela liberdade e glória".

CAMPOS, Flavio de; MIRANDA, Renan Garcia. *Oficina de História: história integrada*.

- A intenção de uma América Hispânica independente e formando um único país, entre outros motivos, não prevaleceu em razão
- de um acordo entre franceses e ingleses, assinado no Congresso de Viena.
 - do interesse espanhol em enfraquecer o poderoso vice-reinado da Nova Granada.
 - dos fortes e decisivos interesses ingleses, estadunidenses e das próprias elites locais da América.
 - da deliberada ação do Brasil, preocupado com a formação de um poderoso Estado na América.
 - das tensões entre as elites do México e Peru, que disputavam a hegemonia sobre a América.
- 03.** (Unesp) Os donos da terra e os grandes mercadores aumentaram suas fortunas, enquanto se ampliava a pobreza das massas populares oprimidas [...] A América Latina logo teve suas constituições burguesas, muito envernizadas pelo liberalismo [...] As burguesias dessas terras nasceram como simples instrumentos do capitalismo internacional.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*.

A partir do texto, é possível afirmar:

- A) As indústrias da América Latina independente tornaram-se competitivas em relação às britânicas, no mercado internacional.
- B) A América Latina independente caracterizou-se pela igualdade, pelas leis autoritárias e pelo desenvolvimento nacional autônomo.
- C) Os Estados Nacionais independentes criaram leis baseadas nos princípios democráticos e na autonomia econômica em relação ao capital externo.
- D) Na América Latina, a Independência preservou a economia colonial dependente do mercado externo e aprofundou as desigualdades sociais.
- E) As burguesias latino-americanas lutaram pela sua autonomia política e econômica em relação ao capital internacional.

04. (UFJF-MG) A respeito do processo de Independência na América Espanhola, é incorreto afirmar:

- A) A invasão da Espanha pelas tropas napoleônicas levou à reorganização do comércio das colônias, favorecendo a desarticulação do pacto colonial e a implantação de práticas comerciais mais livres.
- B) A Inglaterra ofereceu apoio à Independência das colônias espanholas, pois via na região uma possibilidade de ampliação dos mercados para seus produtos industrializados.
- C) Os índios lutaram contra a Independência e para manutenção do trabalho forçado, pois viam no sistema colonial a única maneira de preservação de suas atividades econômicas.
- D) Os *criollos* pretendiam romper o exclusivo colonial, mas não pretendiam encaminhar uma alteração na estrutura social das colônias.
- E) A emergência de uma revolução liberal na Espanha dificultou o envio de tropas para as colônias, favorecendo o processo de Independência.

05. (Unesp) O Haiti se tornou livre da França em 1804. Cuba libertou-se da Espanha apenas em 1898, quase um século depois. Sobre os dois processos de independência, é possível afirmar que

- A) a ação autonomista dos senhores de escravos determinou a precocidade da independência do Haiti e a demora na de Cuba.
- B) as lutas emancipacionistas nos dois países receberam ajuda militar e financeira de países do Ocidente europeu.
- C) a libertação do Haiti nasceu de uma rebelião escrava e a de Cuba contou com participação dos EUA.
- D) as lavouras canavieiras das duas colônias foram totalmente destruídas durante os conflitos de independência.
- E) a independência de Cuba permitiu a instalação do socialismo na ilha e a do Haiti gerou o cenário miserável da atualidade.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (IbmeC) A expansão napoleônica no século XIX influenciou decisivamente vários acontecimentos históricos no período. Dentre esses acontecimentos, podemos destacar

- A) a Independência dos Estados Unidos. Com a atenção da Inglaterra voltada para as batalhas com a marinha napoleônica, os colonos americanos declararam sua independência, vencendo rapidamente os ingleses.
- B) a formação da Santa Aliança, um pacto militar entre Áustria, Prússia, Inglaterra e Rússia que evitou a eclosão de movimentos revolucionários na Europa e impediu a independência das colônias espanholas e inglesas na América.
- C) a Independência do Brasil. Com a ocupação de Portugal pelas tropas napoleônicas, houve um enfraquecimento da monarquia portuguesa que culminou com as lutas pela independência e o rompimento de D. Pedro I com Portugal.
- D) a Independência das colônias espanholas. Em 1808, a Espanha foi ocupada pelas tropas napoleônicas ao mesmo tempo em que se difundiam os ideais liberais da Revolução Francesa, que inspirou as lutas pela independência.
- E) o Congresso de Viena. A França de Napoleão assinou um pacto com a Áustria, Inglaterra e Rússia cujo objetivo maior era estabelecer uma trégua e reorganizar todo o mapa europeu.

02. (FGV) Cuba começara sua vida política independente com uma organização partidária absolutamente ortodoxa: um partido liberal e um partido conservador. Na realidade, as coisas eram mais complicadas, já que no Partido Liberal se haviam alinhado quase todos aqueles que tinham feito a guerra de independência, enquanto no Partido Conservador haviam convergido os interesses de todos os que até o fim se conservavam favoráveis ao domínio espanhol. Além do mais, os Estados Unidos – libertadores e conquistadores da ilha – continuavam a manter sua tutela e faziam tudo para evitar a vitória dos liberais, dos quais temiam tanto as virtudes quanto os defeitos.

DONGHI, Halperin. *História da América Latina*.

A tutela estadunidense é comprovada

- A) pela exigência dos Estados Unidos de que a conversibilidade da moeda cubana sempre estaria atrelada ao dólar.
- B) pelos acordos econômicos entre Cuba e Estados Unidos que restringiam a exploração do açúcar apenas às empresas norte-americanas.
- C) pela imposição da Emenda Platt à Constituição cubana, que garantia aos Estados Unidos o direito de intervenção no país vizinho.
- D) pela concordância do governo de Cuba de que a sua Marinha fosse comandada pelo almirantado dos Estados Unidos.
- E) pelo preceito constitucional que exigia um alto grau de estatização da economia cubana, especialmente no setor industrial.

- 03.** (Unesp–2017) No movimento de Independência atuam duas tendências opostas: uma, de origem europeia, liberal e utópica, que concebe a América espanhola como um todo unitário, assembleia de nações livres; outra, tradicional, que rompe laços com a Metrópole somente para acelerar o processo de dispersão do Império.

PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão*, 1999 (Adaptação).

O texto refere-se às concepções em disputa no processo de Independência da América Latina. Tendo em vista a situação política das nações latino-americanas no século XIX, é correto concluir que

- A) os Estados independentes substituíram as rivalidades pela mútua cooperação.
- B) os países libertos formaram regimes constitucionais estáveis.
- C) as antigas metrópoles ibéricas continuavam governando os territórios americanos.
- D) o conteúdo filosófico das independências sobrepôs-se aos interesses oligárquicos.
- E) as classes dirigentes nativas foram herdeiras da antiga ordem colonial.

- 04.** (FGV-RJ) A primeira tentativa de emancipação das antigas colônias espanholas na América foi liderada pelo padre Miguel Hidalgo em 1810. Tal movimentação acabou também combatida por grande parte das elites *criollas* do Vice-reino da Nova Espanha (México e Guatemala) porque

- A) apesar de se apresentar como liderança contra a dominação espanhola, Hidalgo estabeleceu uma série de acordos com as autoridades metropolitanas, o que desagradou setores das elites mexicanas.
- B) profundamente influenciadas pela independência do Haiti, tais setores das elites mexicanas desejavam o aprofundamento das transformações sociais e não apenas a emancipação política.
- C) o projeto de Hidalgo não atendia às reivindicações das populações mestiças, alijadas tanto da administração colonial quanto das estruturas locais de representação.
- D) tais elites da Nova Espanha estavam profundamente influenciadas pelas ideias ilustradas e pela Revolução Francesa e aliaram-se a José Bonaparte, que ocupou o trono espanhol entre 1808 e 1813.
- E) tais elites temeram a implementação de grandes mudanças nas estruturas econômicas e sociais, uma vez que o discurso de Hidalgo incorporara os interesses da população indígena e dos camponeses.

- 05.** (UECE–2016) O Congresso Nacional de Lima, a capital do Peru, situa-se na Praça Bolívar. A principal praça de Bogotá, capital da Colômbia, tem o mesmo nome: Praça Bolívar. A Bolívia recebeu este nome para homenagear Simon Bolívar. Sobre Simón Bolívar, pode-se afirmar corretamente que

- A) liderou um movimento a favor da independência da América do Sul e idealizou uma unidade continental chamada Gran Colômbia que se desfez em repúblicas.
- B) lutou ao lado de José de San Martín, na Argentina, e Bernardo O'Higgins, no Chile, pela libertação desses países do domínio espanhol.
- C) foi um revolucionário criador do nacionalismo venezuelano e liderou a Revolução Bolivariana.
- D) era um monarquista convicto; por isso, defendeu a centralização do poder, para uma América emancipada.

- 06.** (PUC Rio) Sobre os movimentos de independência ocorridos na América Hispânica nas primeiras décadas do século XIX, estão corretas as afirmações a seguir, à exceção de

- A) A invasão napoleônica da Espanha em 1808 e a deposição do rei Fernando VII resultaram no estabelecimento de Juntas de Governo locais, tanto na Espanha como na América.
- B) A liderança desses movimentos esteve nas mãos da elite *criolla* que, descontente com a política colonial adotada pelos Bourbons desde o final do século XIX, aliou-se aos *chapetones* nessa luta.
- C) O ano de 1810 pode ser considerado o ano do início da explosão revolucionária no continente americano, quando os primeiros movimentos de independência manifestaram-se com impressionante rapidez e sincronia.
- D) A volta de Fernando VII ao trono da Espanha, em 1814, mudou drasticamente a situação, uma vez que as autoridades régias na América, livres de quaisquer restrições constitucionais, perseguiram e sufocaram a maioria dos movimentos autonomistas.
- E) Concretizando o ímpeto revolucionário iniciado em 1810, toda a América Hispânica tornou-se independente até o final da década de 1830, com exceção de Cuba, Filipinas e Porto Rico.

- 07.** (UFMG) O caudilhismo foi um fenômeno político surgido na América Hispânica, na primeira metade do século XIX, a partir da crise do sistema colonial e em meio às guerras de Independência que se seguiram.

- A) Explique por que a ação dos caudilhos dificultou a consolidação dos Estados Nacionais em vários países hispano-americanos.
- B) Explique por que o Brasil, ao contrário do que ocorreu em países da América Hispânica, conseguiu manter sua unidade territorial em meio ao processo de Independência verificado na primeira metade do século XIX.

- 08.** (UNIFESP) A Independência do Brasil, quando comparada com a independência dos demais países da América do Sul, apresenta semelhanças e diferenças. Indique as principais
- semelhanças.
 - diferenças.

SEÇÃO ENEM

- 01.** Após as Independências dos países latino-americanos, a autonomia política foi sendo limitada pela dependência econômica. Na maioria das vezes, a Inglaterra substituiu as antigas metrópoles na exploração econômica, mantendo, com isso, o baixo padrão de vida das camadas populares. Podemos afirmar que essa situação pós-independência da América latina foi fruto do(a)
- descaso das elites nativas em participarem do processo de emancipação política, o que foi feito por uma massa de camponeses sem consciência política.
 - falta de participação política das massas durante o Período Colonial e da ligação comercial das elites nativas ao capital inglês.
 - oposição dos EUA às Independências latino-americanas, o que levou essas jovens nações a buscarem o apoio da Inglaterra.
 - fragmentação territorial da América Espanhola, levando à sua fragilidade, apesar da coalizão dos caudilhos, chefes políticos locais.
 - baixo desenvolvimento econômico do subcontinente, que possuía uma economia baseada somente no extrativismo mineral e animal.

02.

Divisão administrativa	Ano de criação	Regiões atuais
Capitania de Guatemala	1527	Guatemala, Belize, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica
Více-reino da Nova Espanha	1537	Arizona, Califórnia, Colorado, Nevada, Novo México, Utah, México
Více-reino do Peru	1543	Peru, parte da Bolívia e parte do Equador
Více-reino de Nova Granada	1717	Colômbia, Panamá e parte do Equador
Capitania da Venezuela	1773	Venezuela
Více-reino do Rio da Prata	1776	Argentina, Uruguai, Paraguai e parte da Bolívia
Capitania de Cuba	1777	Caribe e Flórida
Capitania de Chile	1778	Chile

A tabela anterior evidencia a divisão política da América Espanhola no contexto da Independência. Entre os vários fatores que justificam essa fragmentação, destaca-se

- a manutenção de um modelo econômico tipicamente colonial após o processo emancipatório.
- a ação das lideranças regionais, conhecidas por caudilhos, que não aceitaram a submissão a qualquer projeto de unificação.
- o apoio dos EUA à Independência, orientado pela Doutrina Monroe e seu projeto da "América para os americanos".
- a interferência brasileira por meio de vários conflitos, como a Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai.
- a existência de uma unidade linguística e religiosa que estimulou conflitos e divergências em toda a região.

03. Leia o texto a seguir:

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo.

A cada um dá-se uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e a cadeia das dependências sucessivas torna-se infinita, tendo muito mais de dois elos, e por certo também incluindo, dentro da América Latina, a opressão dos países pequenos por seus vizinhos maiores e, dentro das fronteiras de cada país, a exploração que as grandes cidades e os portos exercem sobre suas fontes internas de víveres e mão de obra.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. [Fragmento]

Esse texto retrata o quadro de exploração experimentado historicamente pela América Latina. Diante dessa relação, é possível afirmar que

- A) a América Latina mantém-se como área de exploração das grandes potências mundiais, mas reproduz em escala interna a relação de dominação à qual foi submetida desde o período de colonização europeia.
- B) o processo de Independência dos países da América Latina conferiu, aos mesmos, autonomia para determinarem internamente o melhor processo de relação geopolítica.
- C) a dominação produzida pelos países mais desenvolvidos da América Latina aos países menores da região não pode ser considerada como relação de exploração, como a verificada anteriormente.
- D) o autor se equivoca quando afirma que terra, homens e capacidade de consumo foram explorados no processo de colonização, devido ao fato de serem valores imateriais de uma região.
- E) atualmente a América Latina não pode ser considerada área de exploração, devido ao desenvolvimento verificado em alguns países como o Brasil.

GABARITOMeu aproveitamento **Aprendizagem**

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. C
- 03. D
- 04. C
- 05. C

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. C
- 03. E
- 04. E
- 05. A
- 06. B
- 07.
 - A) Os caudilhos, que em muitos casos detinham o poder econômico, político e constituíam a força repressiva em determinadas regiões, colaboraram para a fragmentação da América Hispânica. A defesa de seus interesses foi empecilho para a consolidação das nações latino-americanas.
 - B) A transferência da Corte e a manutenção da monarquia portuguesa, após o processo de Independência, aliadas aos interesses de uma elite latifundiária e escravista, garantiram a unidade do território brasileiro.
- 08.
 - A) Semelhanças: os processos de independência na América do Sul são resultados em parte da invasão de Napoleão Bonaparte na Espanha e em Portugal, cujas colônias foram obrigadas a se reorganizarem politicamente. De forma similar, em toda América do Sul, repercutiam os movimentos revolucionários da França e dos Estados Unidos, favoráveis ao liberalismo emergente.
 - B) Diferenças: Em todos os países da América do Sul, com exceção do Brasil, a independência levou à constituição de repúblicas. Além disso, as colônias espanholas, no processo de independência, foram fragmentadas em federações, ao contrário do Brasil, que manteve a maior parte de seu território unido.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. B
- 03. A



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Ideias Sociais e Políticas do Século XIX

O século XIX foi marcado por grandes transformações de ordem econômica, social, política e ideológica. Serão abordados, agora, os aspectos ideológicos que caracterizaram o século XIX europeu e que deram configuração ao século seguinte.

Um dos grandes debates surgidos no século XIX foi se o avanço tecnológico poderia ou não tornar o homem feliz. Os críticos do capitalismo acreditavam que era possível alcançar a felicidade desde que fosse em uma outra ordem econômica. No entanto, apesar de serem críticos do capitalismo, tais pensadores propuseram ideologias que muitas vezes divergiam entre si.

SOCIALISMO UTÓPICO

Os primeiros socialistas apresentavam críticas aos efeitos sociais negativos do capitalismo, propondo a realização de diversas reformas e melhorias nesse sistema. Esses pensadores acreditavam que a via pacífica seria suficiente para a transição do capitalismo para um sistema mais igualitário e justo, com diminuição das jornadas de trabalho e melhorias na condição de vida do proletariado. Esses socialistas foram intitulados “utópicos” e “românticos” por Karl Marx, que criticava a visão reformista dos mesmos e acreditava que a superação dos problemas estruturais do sistema capitalista só ocorreria com uma revolução proletária.

Principais socialistas e suas ideias

Charles Fourier (1772-1837)

Fourier defendia a criação de falanstérios, que funcionariam como cooperativas em que produtores (industriais e agrícolas) e trabalhadores produziram juntos. Cada um ganharia conforme a sua participação, ou seja, os trabalhadores receberiam menos. Para ele, a função dos falanstérios não era distribuir riquezas igualmente entre os homens, mas sim propiciar que cada um produzisse o que quisesse e, com isso, os homens seriam mais felizes. O projeto de Fourier acabou sendo prejudicado pela falta de financiamento dos burgueses, que possuíam uma ótica de produção voltada para o lucro máximo, mesmo que explorassem os trabalhadores para atingir tal objetivo.

Louis Blanc (1811-1882)

De origem francesa, Blanc propunha a criação de oficinas nacionais ou sociais, também conhecidas como *ateliers*, nas quais todos os trabalhadores de um mesmo setor se uniriam para produzir juntos. O objetivo principal era conseguir melhor preço para os produtos e enfrentar a concorrência dos produtos ingleses, que levavam vantagem sobre os franceses. Em 1848, durante a Revolução que derrubou o rei francês Luís Filipe, a burguesia criou os *ateliers* buscando o apoio do proletariado. Mas, assim que os burgueses assumiram de fato o poder, fecharam as oficinas.

Robert Owen (1771-1858)

Empresário, filho de artesãos, Owen construiu creches para os filhos dos seus empregados, diminuiu a jornada de trabalho nas suas empresas e dividiu os lucros com os funcionários, entre outras medidas. Robert Owen – também conhecido como “Patrão Esclarecido” – chegou a criar uma empresa nos Estados Unidos e entregou o controle aos operários. Acreditava, ao fazer isso, que outros empresários o seguiriam e assim mudariam o mundo. Como agiu sozinho, enfrentando a oposição dos outros industriais, Owen viu as suas empresas, dentre elas a estadunidense New Harmony, falirem.



Bate, F. *New Harmony*. 1838. Gravura. 34,6 x 20,7 cm. Londres.

Representação da New Harmony, indústria idealizada por Robert Owen nos Estados Unidos.

Saint-Simon (1760-1825)

Nobre francês, Saint-Simon propunha uma sociedade na qual não haveria ociosos e nem exploração de um homem sobre o outro. Defendia a associação dos produtores, combinando propriedade privada com planejamento centralizado, projeto que contestava o liberalismo econômico vigente até então.

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)

Considerado por Marx como um socialista utópico, Proudhon defendia a destruição do Estado, da Igreja e da propriedade privada, que, para ele, seria um roubo. Esse posicionamento extremista fez Proudhon ser considerado um dos pais da doutrina anarquista, inspirando teóricos como Peter Kropotkin e Mikhail Bakunin.

SOCIALISMO CIENTÍFICO

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) também criticaram o capitalismo, mas, diferentemente de seus antecessores, propuseram um sistema, criado com base em análises históricas, que visava à substituição do capitalismo. O conjunto de ideias defendido por Marx e Engels ficou conhecido como marxismo.

A primeira grande obra dos dois foi o *Manifesto Comunista* de 1848, mas a principal obra veio somente em 1867, *O Capital*. Para eles, a transformação da sociedade se daria pela via revolucionária, com a derrubada do capitalismo pela classe proletária. Podemos sintetizar o marxismo em quatro teorias fundamentais: a luta de classes, o materialismo histórico, o materialismo dialético e a mais-valia.



Dr. Bernd Gross / Creative Commons

Monumento erguido em Berlim, Alemanha, em homenagem a Marx e Engels.

Teoria da luta de classes

Segundo Marx e Engels, “a história da humanidade é a história das lutas de classes”, ou seja, toda sociedade sofre transformações devido aos conflitos existentes no seu interior. Dessa forma, sempre existiria uma classe dominante e outra dominada: a primeira quer aumentar cada vez mais seu domínio, e a segunda quer sair da condição de dominada. No capitalismo, o grupo dominante é a burguesia e o dominado é o proletariado.

Ainda de acordo com a ideologia marxista, a grande contradição existente no capitalismo é que, para que haja um desenvolvimento cada vez maior desse sistema, o proletariado deve ser cada vez mais explorado. Tal imposição, apesar de parecer benéfica aos capitalistas, geraria uma revolução proletária, por meio da qual os operários tomariam o poder e os meios de produção.

Teoria do materialismo histórico

De acordo com a teoria marxista, toda sociedade é determinada pelo seu modo de produção. A economia é a infraestrutura que sustenta a sociedade. Já a política, a religião, a ciência e a cultura representam a superestrutura que se apoia na economia. Assim, o modo de produção de cada período histórico seria o fator responsável por ditar as características de toda a sociedade. Entre os modos de produção registrados pela história, Marx enfatizou o escravista, o feudal e o capitalista.

Teoria do materialismo dialético

Ao afirmarem que “todo sistema já traz em si os germes da sua destruição”, Marx e Engels dão a entender que os mesmos elementos que levam um sistema a crescer e a se desenvolver também contribuem para o seu declínio. O capitalismo se assenta na exploração do capitalista sobre o proletariado, e é justamente essa exploração que vai criar as condições para a revolução proletária. Segundo Marx e Engels, quanto mais o capitalismo cresce, mais aumenta a exploração da burguesia sobre o proletariado e, quando o capitalismo chegar ao seu auge, atingirá o máximo da exploração. Como o proletariado não terá praticamente nada a perder a não ser os seus grilhões, haverá a revolução que vai derrubar o capitalismo e implantar uma nova ordem, a socialista.

Teoria da mais-valia

O marxismo defende a ideia de que o proletário vende sua força de trabalho, mas produz um excedente que é apropriado pelo capitalista. Tal ideologia tem as suas origens no pensamento de David Ricardo, que afirma ser o valor de uma mercadoria determinado pelo trabalho embutido nela. Portanto, se o operário produz, deveria ficar com o resultado da venda, afinal, ele produz com o seu trabalho mais do que recebe. Tal excedente é denominado mais-valia.

Segundo a análise marxista, seria necessária a conscientização do proletariado quanto à exploração da mais-valia. Quando os trabalhadores assumissem tal consciência, portanto, seria o momento ideal para a realização da revolução proletária já prevista pelas outras teorias. A burguesia seria derrubada do poder e os meios de produção passariam para as mãos do Estado, que distribuiria as riquezas igualmente. Essa fase de socialização das riquezas foi denominada de socialismo.

Quando as riquezas estivessem distribuídas de forma igualitária, a sociedade entraria na fase comunista. Nessa última fase, não haveria Estado, propriedade privada ou classes sociais. Para o marxismo, toda sociedade caminha para o comunismo, que é o estágio final e desejável para as sociedades humanas.

O socialismo marxista teve uma enorme influência na política e no movimento operário mundial. A Revolução Russa de 1917, por exemplo, teve inspiração marxista e contribuiu, após a Segunda Guerra, para a expansão do regime socialista pelo mundo.

ANARQUISMO

O anarquismo – representado por Peter Kropotkin (1842-1921) e Mikhail Bakunin (1814-1876) – defendia a abolição de toda espécie de autoridade. Para os anarquistas, os homens somente devem estar submetidos à natureza, ao bom senso e ao senso comum. A sociedade seria organizada em comunidades de autoabastecimento, em que as trocas não teriam fins lucrativos. Ainda de acordo com os anarquistas, todo Estado é opressor, devendo ser, portanto, abolido, assim como a propriedade privada e as classes sociais. Em outras palavras, o objetivo final do anarquismo e do marxismo é o mesmo.



Mikhail Bakunin, um dos idealizadores do anarquismo.

Apesar das semelhanças iniciais, a forma de atingir esse objetivo é controversa entre as duas ideologias. Para o marxismo, a construção do comunismo passa pela fase de transição, o socialismo. Já o anarquismo, contrário ao Estado – existente na fase socialista –, defende a passagem direta do capitalismo ao comunismo. Observe o esquema a seguir, que diferencia o anarquismo do marxismo:



Surgiu, paralelamente ao anarquismo, a teoria do anarcossindicalismo, que defende os sindicatos como meios de educação ideológica do operário. Os anarquistas se opuseram a essa adaptação por negarem toda espécie de estrutura hierárquica, inclusive os sindicatos. Assim, o que os diferencia é que os anarcossindicalistas viam uma funcionalidade nos sindicatos, responsáveis por educar o trabalhador para a posterior implantação da sociedade anárquica. Apesar das diferenças, essas duas vertentes tiveram forte influência no movimento operário brasileiro, na segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX.

CRISTIANISMO SOCIAL OU SOCIALISMO CRISTÃO

Percebendo os avanços de movimentos sociais que questionavam as estruturas vigentes e, com isso, temendo perder adeptos, a Igreja Católica passou a se posicionar em relação a tais problemas. Em 1891, o papa Leão XIII publicou a encíclica *Rerum Novarum*, em uma tentativa de harmonizar as relações entre o capital e o trabalho. O documento condenava o capitalismo selvagem, no qual os capitalistas exploravam desmedidamente os trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, também condenava o socialismo marxista, por seu caráter ateu e materialista, considerando-o pecado.

Para a Igreja Católica, era possível existir uma variação do capitalismo sem a exploração exagerada, desde que o patrão controlasse sua ânsia excessiva pelo lucro e o trabalhador, sua natural insubordinação contra “aqueles que o alimentavam”. Na verdade, a Igreja, por meio da *Rerum Novarum*, continuava a adotar um posicionamento neutro diante dos grandes debates da sociedade.

A *Rerum Novarum* foi a inspiração para outros posicionamentos da Igreja, como *Quadragesimo Anno* (1931), do papa Pio XI; *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), de João XXIII; e *Populorum Progressio* (1967) e *Humanae Vitae* (1968), de Paulo VI.

LIBERALISMO E DEMOCRACIA



Apesar de ser propagado ainda no século XVIII pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa, o liberalismo – em âmbito político ou mesmo econômico – também teve uma grande importância para o ideário dos indivíduos do século XIX. O liberalismo, no entanto, não deve ser confundido com os ideais democráticos, pois os primeiros liberais pregavam a limitação do poder real, mas não a participação democrática de todos os homens na política. Para eles, as massas incultas, consideradas inexperientes e mesmo selvagens, não tinham capacidade de se organizar politicamente e de atuar como agentes transformadores da sociedade.

Assim, por terem sido lideradas pela burguesia liberal, as revoluções liberais do século XIX não efetivaram mudanças estruturais profundas na sociedade europeia. Foi comum, naquele período, portanto, a adoção de regimes políticos que protegessem a propriedade privada e, principalmente, adotassem o sistema de voto censitário, restringindo a participação política àqueles homens mais abastados.

Mesmo se opondo à democracia, a ideologia liberal favoreceu o surgimento e a ascensão desta, posteriormente. Os ideais de igualdade jurídica e política, de liberdade de expressão e do fim dos privilégios sociais, defendidos pelos iluministas, serviram de inspiração para o aumento das reivindicações das massas. Assim, no decorrer do século XIX e principalmente no início do século XX, os trabalhadores de vários países europeus conquistaram o sufrágio universal masculino, além de melhores condições de trabalho e maiores salários. Tais conquistas só foram possíveis por meio de muitas lutas e, principalmente, de concessões por parte da alta burguesia, que, estrategicamente, passou a fazer pequenas concessões de caráter democrático no intuito de evitar rupturas mais traumáticas, como uma revolução proletária, por exemplo.

ROMANTISMO



Apesar de o Romantismo também ter surgido no final do século XVIII, ele influenciou fortemente a cultura europeia no início do século XIX. Os românticos eram conhecidos por discordarem dos iluministas e, ao contrário de valorizar a razão, como faziam os ilustrados, ressaltavam os sentimentos como os principais elementos para a vida de um homem e, logo, para a sociedade. A essência do Romantismo foi bem representada na obra de John Keats, que escreveu: “Oh! Uma vida de sensações é muito melhor que uma só de pensamentos”.

A fala de Keats também revela outra característica do Romantismo: a valorização do “eu interior”, elemento explorado como força primitiva e fonte de inspiração criativa do homem. Esse “eu interior”, tão admirado pelo Romantismo, foi reinterpretado posteriormente e denominado de inconsciente por Sigmund Freud, o pai da Psicanálise, um dos principais expoentes influenciados pelo pensamento romântico.

Os regimes fascistas surgidos no século XX também se basearam na exaltação dos sentimentos e no desprezo pelo racionalismo para construir sua base de apoio das massas. Deve-se ressaltar, entretanto, que os românticos possuíam um enorme respeito pela individualidade humana, contrariando o nacionalismo exacerbado e racial do nazismo, por exemplo. Dessa forma, não se pode dizer que o pensamento romântico foi o responsável pelo sentimento racista e belicista surgido na Alemanha no início do século XX.



WAPPERS, Egide Charles Gustave. *Dias de Setembro de 1830*. 1835. Óleo sobre tela, 444 x 660 cm. Museu Reais de Belas Artes da Bélgica.

A tela retrata as lutas que compuseram a revolução liberal belga de 1830. Assim, é possível afirmar que o Romantismo foi contemporâneo ao nacionalismo e ao liberalismo europeu do século XIX e esteve associado ideologicamente a eles.

As divergências entre os ilustrados e os românticos também passavam pela interpretação que ambos faziam sobre a Idade Média. Enquanto os iluministas a consideravam uma idade de trevas, mitos e superstições religiosas, os românticos consideravam-na rica em heróis, mistérios e emoções. Para os românticos, a história era dotada da alma e dos sentimentos dos indivíduos que haviam participado da sua construção. Assim, cada período histórico, mesmo o Medieval, seria um momento dotado de mitos e de características culturais próprias, o que o tornaria portador de heranças distintas e necessárias para a composição do ideário humano.

Por fim, os românticos, assim como os socialistas, foram importantes críticos do capitalismo industrial, que, segundo eles, apesar de gerar um grande desenvolvimento tecnológico, acarretava uma subordinação do indivíduo aos interesses do capital e, por isso, era um dos piores males do novo século que se iniciava.

NACIONALISMO

O nacionalismo está relacionado a símbolos como bandeira, língua, cultura, tradição, etc. Esses elementos criam a identidade de um grupo de pessoas que partilham de um sentimento de união, apesar de suas diferenças. A essência do nacionalismo – que ganhou enorme força durante o século XIX – pôde ser percebida ainda no início da Idade Moderna, quando houve a consolidação da maioria dos Estados Nacionais europeus e, logo, a implantação de línguas, bandeiras e culturas comuns nos novos Estados unificados.

A disseminação do nacionalismo no século XIX pode ser atribuída principalmente à atitude de Napoleão Bonaparte. Ainda no início do século, o imperador francês promoveu invasões em diversas partes do continente europeu, exaltando sempre os ideais da Revolução Francesa. Assim, grande parte dos povos que foram submetidos ao Império Napoleônico passou a se apropriar de princípios como a soberania e a cidadania buscando se desvincular econômica, política e racialmente do domínio francês. Os maiores exemplos da ideologia nacionalista do século XIX foram materializados pelas unificações da Itália e da Alemanha, processos que aumentaram ainda mais a rivalidade entre os Estados Nacionais europeus e resultaram em diversos conflitos armados, como a Primeira Guerra Mundial.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 01.** (Unit-AL) Nesse contexto, a leitura [...] do Estado é que esse é essencialmente classista, ou seja, representante de uma classe e não da sociedade em sua totalidade, como afirmavam os Contratualistas. “[...] o poder político do Estado representativo moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”. O Estado seria originário da necessidade de um grupo, ou classe social, manter seu domínio econômico a partir de um domínio político sobre outros grupos ou classes. Segundo [...], “toda classe que aspira à dominação [...] deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento”. É por isso que as ideias dominantes de uma época [...] são as ideias dos grupos dominantes.

PARA ENTENDER... 2016.

O conceito de Estado, exposto no texto, reflete o pensamento

- A) liberal.
- B) socialista utópico.
- C) anarquista.
- D) socialista cristão.
- E) marxista.

- 02.** (UESPI) O capitalismo se propagou em busca de mercados e de novas técnicas de produção. No entanto, o progresso desejado não atingia a todos e provocava desigualdades. Uma crítica radical ao capitalismo se expressou na obra de Marx, que

- A) renovou a concepção econômica da época, negando todos os princípios defendidos pelos economistas clássicos e fisiocratas.
- B) formulou propostas de revoluções sociais, que lembram as teses anarquistas mais comuns no movimento bolchevique.
- C) definiu utopias importantes para resolver as questões da desigualdade social, adotadas, com coerência, pelo socialismo no século XX.
- D) acusou a existência de exploração do trabalho humano, que trazia dificuldades sociais para a maioria de população.
- E) defendeu a organização da classe operária em sindicatos urbanos com a finalidade de constituir seus movimentos de reivindicação.

04. (FGV-RJ–2016) O direito ao sufrágio torna-se, na viragem do século, o eixo principal da luta feminista. Para as radicais não se trata apenas de um princípio de igualdade, mas de uma condição *sine qua non* da realização dos direitos na vida privada e pública. Para as moderadas, o sufrágio permanece um objetivo longínquo; ele será a coroação de seus esforços: devem merecê-lo graças a uma melhor formação e dar as suas provas por meio de um trabalho de utilidade pública.

KÄPPELI, A.-M. Cenas feministas. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Dir.) *História das Mulheres. O século XIX*. Trad. Porto: Afrontamento, 1994. p. 556.

Os movimentos feministas, no final do século XIX,

- A) possuíam como objetivo o estabelecimento de cotas de participação de mulheres nas atividades públicas nos países europeus.
- B) conseguiram a equiparação com os homens no que diz respeito ao direito de voto em todos os países europeus até o final do século XIX.
- C) tinham como objetivo o direito de voto mesmo que, para as mais moderadas, não fosse uma conquista a ser obtida imediatamente.
- D) obtiveram o direito ao trabalho para as mulheres e para as crianças nas fábricas e em outros serviços urbanos oferecidos nos países da Europa.
- E) mantiveram-se isolados e independentes dos movimentos socialistas e anarquistas do período.

05. (UECE) Nacionalismo é o sentimento que une as pessoas de uma nação em busca de objetivos comuns. Esses elementos ganharam muita importância a partir do século XIX, com as revoluções liberais e a consolidação da burguesia no poder, pois representavam uma forma de organização diferente daquela do Antigo Regime.

DIVALTE. *História*. São Paulo: Ática, 2003. p. 248

Entre as revoluções a que o texto se refere é correto afirmar que, nas de 1848, a grande novidade das revoluções ficou por conta

- A) da organização do cartismo, movimento de massa voltado para a democratização e conquista da igualdade de direitos para os trabalhadores.
- B) do Congresso de Viena que procurou imprimir um novo rumo nos destinos dos trabalhadores, ao adotar os princípios pré-revolucionários.
- C) da entrada em cena do socialismo, conjunto de ideias defendidas por instituições e pessoas que agiam como representantes dos trabalhadores.
- D) dos movimentos em defesa das reivindicações dos trabalhadores que queriam o fim dos laços de servidão e o acesso à terra aos camponeses.
- E) da capacidade de mobilização dos trabalhadores na defesa de seus direitos e da vitória dos partidos comunistas nas eleições europeias.

06. (Unit-AL–2018) Todos os dias, na atmosfera esfumaçada e grave do bairro operário, o apito da fábrica lançava aos ares o seu grito estrídulo. Então, criaturas toscas, com os músculos ainda fatigados, saíam rapidamente das pequenas casas pardacentas e corriam como baratas assustadas. Na fria meia luz, iam pela rua estreita em direção aos altos muros da fábrica que os esperava implacável e cujos inúmeros olhos quadrados, amarelos e viscosos iluminavam a calçada lamacenta. A lama estalava sob os seus pés. Vozes estremunhadas ressoavam com roucas exclamações; pragas cortavam o ar; e uma onda de ruídos vagos acolhia os operários: a pesada traquinada das máquinas, o regougar do vapor. Sombrias e mal encaradas como sentinelas, as altas chaminés negras perfilavam-se acima do bairro, semelhantes a grossos bastões. [...] A fábrica absorvia o dia, as máquinas sugavam nos músculos dos homens todas as forças de que elas precisavam. O dia fora riscado do cômputo da vida, sem deixar vestígios; o homem tinha dado mais um passo para o túmulo, sem disso se aperceber; mas podia entregar-se ao gozo do descanso, aos prazeres da sórdida taverna, e estava satisfeito. (TODOS OS DIAS... 2017).

O processo de industrialização trouxe um enorme desenvolvimento da técnica e da ciência, contudo esteve relacionado, também, com o aparecimento da questão social. A questão social, por seu lado, contribuiu para o surgimento do

- A) liberalismo, que atendeu aos interesses do proletariado, ao defender, a partir do movimento iluminista, o sufrágio universal e secreto.
- B) socialismo utópico, que pregou a ação direta através da luta armada para a destruição do capitalismo e da propriedade privada.
- C) socialismo científico, que defendeu o fortalecimento dos sindicatos e o processo de tomada do poder pela via eleitoral.
- D) catolicismo social, que buscou extinguir o capitalismo, coibindo o excesso da exploração capitalista e contendo o avanço das ideias socialistas.
- E) anarquismo, que pretendia a abolição da propriedade privada paralela à supressão do Estado, considerado a origem dos males sociais.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem) Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade – fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social.

MARX, K. Prefácio à Crítica da economia política. In: MARX, K. ENGELS, F. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1977 (Adaptação).

Para o autor, a relação entre economia e política estabelecida no sistema capitalista faz com que

- A) o proletariado seja contemplado pelo processo de mais-valia.
- B) o trabalho se constitua como o fundamento real da produção material.
- C) a consolidação das forças produtivas seja compatível com o progresso humano.
- D) a autonomia da sociedade civil seja proporcional ao desenvolvimento econômico.
- E) a burguesia revolucione o processo social de formação da consciência de classe.

02. (Enem)

Texto I

Não é sem razão que o ser humano procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre governo*: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (adaptado).

Texto II

Para que essas classes com interesses econômicos em conflitos não destruam a si mesmas e à sociedade numa luta estéril, surge a necessidade de um poder que, na aparência, esteja acima da sociedade, que atenua o conflito, mantenha-o dentro dos limites da ordem.

ENGELS, F. In: GALLINO, L. *Dicionário de sociologia*. São Paulo: Paulus, 2005 (Adaptação).

Os textos expressam duas visões sobre a forma como os indivíduos se organizam socialmente. Tais visões apontam, respectivamente, para as concepções:

- A) Liberal, em defesa da liberdade e da propriedade privada – Conflituosa, exemplificada pela luta de classes.
- B) Heterogênea, favorável à propriedade privada – Consensual, sob o controle de classes com interesses comuns.
- C) Igualitária, baseada na filantropia – Complementar, com objetivos comuns unindo classes antagônicas.
- D) Compulsória, na qual as pessoas possuem papéis que se complementam – Individualista, na qual as pessoas lutam por seus interesses.
- E) Libertária, em defesa da razão humana – Contraditória, na qual vigora o estado de natureza.

03. (Enem) Homens da Inglaterra, por que arar para os senhores que vos mantêm na miséria? Por que tecer com esforços e cuidado as ricas roupas que vossos tiranos vestem? Por que alimentar, vestir e poupar do berço até o túmulo esses parasitas ingratos que exploram vosso suor — ah, que bebem vosso sangue?

SHELLEY. Os homens da Inglaterra apud HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

A análise do trecho permite identificar que o poeta romântico Shelley (1792-1822) registrou uma contradição nas condições socioeconômicas da nascente classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial. Tal contradição está identificada

- A) na pobreza dos empregados, que estava dissociada da riqueza dos patrões.
- B) no salário dos operários, que era proporcional aos seus esforços nas indústrias.
- C) na burguesia, que tinha seus negócios financiados pelo proletariado.
- D) no trabalho, que era considerado uma garantia de liberdade.
- E) na riqueza, que não era usufruída por aqueles que a produziam.

GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. D
- 03. C
- 04. C
- 05. A

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. D
- 03. D
- 04. C
- 05. C
- 06. E

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. A
- 03. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Unificação Italiana, Alemã e Comuna de Paris

Para se entender o processo de unificação da Itália e o da Alemanha, é necessário analisar a configuração geopolítica da Europa já no início do século XIX, tendo como base as decisões tomadas pelo Congresso de Viena (1814-1815). O princípio de compensações utilizado durante esse Congresso definia que as grandes potências que derrotaram Napoleão, libertando a Europa, deveriam receber uma recompensa em contrapartida. A Áustria, governada pelos Habsburgo, era uma dessas potências, cabendo-lhe os territórios italianos da Veneza e Lombardia e, ainda, o direito de indicar os governantes dos estados italianos de Módena, Parma e Toscana. O único estado que manteve a sua autonomia na Península Itálica foi o reino de Piemonte-Sardenha, situado ao norte. Já entre os estados alemães, foi formada a Confederação Germânica, composta inicialmente de 38 estados associados e presidida politicamente pela Áustria. Para que houvesse de fato uma unificação entre os estados itálicos ou germânicos seria necessário, portanto, eliminar a influência austríaca daquelas respectivas regiões.

Devido à hegemônica força política e militar do Império Austríaco, tanto o processo de unificação da Itália quanto o da Alemanha ocorreram somente no século XIX e foram marcados por conflitos internos e externos. É importante ressaltar que, após o Congresso de Viena, estabeleceu-se relativa paz no continente europeu. Assim, os principais conflitos ocorridos na Europa, no período entre o Congresso de Viena e a Primeira Guerra Mundial, foram as guerras decorrentes das unificações e a Guerra da Crimeia (1853-1856).

Outro ponto a se ressaltar é que as duas unificações foram processos elitistas e, logo, nada democráticos. O povo, colocado à margem dos processos, assistiu à burguesia italiana do norte e à aristocracia prussiana liderarem, respectivamente, as unificações na Itália e na Alemanha. Além da participação das elites nos projetos centralizadores, dois estados independentes – Piemonte, no caso italiano, e Prússia, no caso alemão – tiveram grande influência na condução dos novos governos. Devido à condução desse processo coordenado, vários historiadores consideram que a Itália e a

Alemanha até hoje guardam claras heranças dos estados que as originaram e, por isso, podem ser consideradas extensões de Piemonte e da Prússia, respectivamente.

Ao final do século XIX, os dois países – que até então eram compostos de vários estados sem unidade – encontravam-se em acelerado desenvolvimento, afinal, as mesmas elites que patrocinaram a centralização política de ambos os Estados passaram a comandá-los politicamente. Assim, itálicos e germânicos passaram a concorrer com as grandes potências da época, Inglaterra e França, provocando o fim do equilíbrio europeu. Por esse motivo, as unificações foram responsáveis pela exacerbação dos nacionalismos europeus que levaram à Primeira Guerra Mundial.

UNIFICAÇÃO ITALIANA

Desde o contexto das revoluções liberais, no século XIX, os reinos da Península Itálica já demonstravam o desejo de promover um processo de unificação. Naquele momento, Giuseppe Mazzini, à frente da sua instituição – Jovem Itália –, comandou uma insurreição em prol da unificação. O projeto de Mazzini incluía as massas italianas, acreditando que a unificação emanaria das camadas populares.

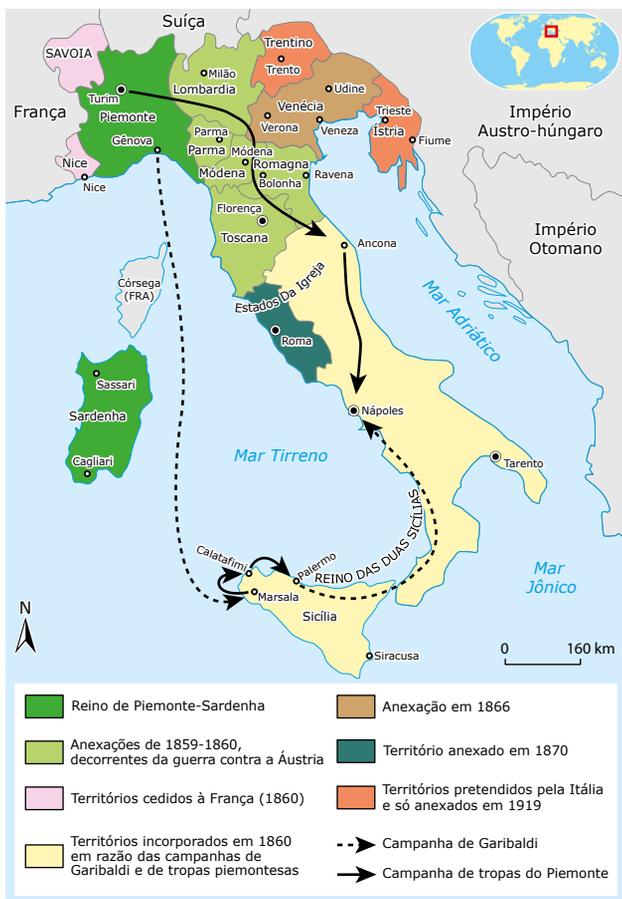
A proposta democrática de Mazzini não agradava às elites da região. Visando enfraquecer aquele movimento, elas dividiram os rebeldes, apoiando outra proposta de unificação, que deveria ocorrer sob a tutela de Vítor Emanuel II, rei de Piemonte-Sardenha, o único reino independente do norte da Península.

Dessa forma, coube a Camilo de Cavour, primeiro-ministro de Vítor Emanuel II e defensor da causa monárquica, a responsabilidade pelo início do processo de unificação. Uma das justificativas para a liderança de Piemonte-Sardenha no processo de unificação era a riqueza desse reino, que contrastava com o caráter agrário dos estados do sul da Península. Apesar de serem vistos como os líderes ideais do processo de unificação, os piemonteses tinham como grande obstáculo para esse processo a hegemonia da Áustria, que, desde o Congresso de Viena, dominava diversos estados itálicos.

Percebendo as dificuldades que enfrentaria, Cavour passou a buscar aliados no continente europeu, afinal, a Áustria era uma potência militar. Assim, a França, que desejava enfraquecer o Império Austríaco e, logo, aumentar a sua zona de influência na Europa, prontificou-se a apoiar a causa da unificação, desde que, em troca, recebesse as regiões de Nice e Savoia. Com o apoio das tropas de Napoleão III, Cavour pôde, enfim, travar uma guerra contra a Áustria, que foi derrotada pelas tropas francesas e piemontesas em 1859.

Ainda naquele ano, como sanção à derrota na guerra, a Áustria foi punida com a perda de Lombardia, Toscana, Romagna, Parma e Módena, regiões anexadas ao reino de Piemonte. As regiões de Savoia e Nice também se libertaram do domínio austríaco e, conforme havia sido acertado, passaram para o controle dos franceses. A exceção foi a região de Venécia, que, apesar de também estar no norte da Península Itálica, continuou subordinada ao Império Austríaco.

Fases do processo de unificação da Itália



SERRYN, Pierre; BLASSELLE, René. *Atlas Bordas géographique et historique*. Paris: Bordas, 1996.

Diante da vitória das tropas unificadoras, diversas outras regiões da Península Itálica, como os Estados Pontifícios, que também se encontravam subordinadas a outras nações, organizaram revoltas buscando a sua libertação. Essa expansão das revoltas, no entanto, não interessava aos católicos franceses, pois temiam pela integridade do poder do papa, que até então governava o centro da Península. Assim, a ala católica conservadora francesa pressionou Napoleão III a retirar o seu apoio a Piemonte-Sardenha, o que de fato ocorreu.

Se, ao norte, o reino de Piemonte foi o grande responsável pela libertação de diversos estados, no sul, destacou-se a figura de Giuseppe Garibaldi, revolucionário republicano que havia lutado na Farroupilha, no Sul do Brasil, e que, comandando mil homens, os Camisas Vermelhas, invadiu o Reino das Duas Sicílias e o de Nápoles em 1860. Devido ao seu caráter republicano, Garibaldi não concordava com o processo de unificação comandado pelo reino de Piemonte. Ao mesmo tempo, ele também sabia que os sulistas não eram fortes o bastante para liderarem a unificação. Diante dessa situação, Garibaldi acabou se retirando das lutas para não atrapalhar o processo iniciado por Piemonte-Sardenha, entregando, assim, as regiões conquistadas ao sul para serem integradas às conquistas piemontesas.



As três eras do grande general Giuseppe Garibaldi, campeão da causa italiana (Romagna e Veneto, 1848, Sicília 1860 Lombardia 1859). Séc. XIX. Bolonha. Museu Cívico do Risorgimento. Autor desconhecido.

Em 1866, enquanto ocorria a Guerra Austro-Prussiana, conflito que fez parte do processo de unificação da Alemanha, os italianos aproveitaram-se das derrotas austríacas para conquistar Venécia. Assim, a Áustria, tendo de enfrentar dois inimigos, em duas frentes de batalhas, acabou derrotada em ambos os conflitos e, logo, foi obrigada a ceder Venécia aos italianos.

No final da década de 1860, portanto, foi criado um Estado unificado, com as suas fronteiras bem definidas no norte e no sul da Península Itálica, sendo que os Estados Pontifícios, protegidos por Napoleão III e situados na região central, impediam a completa unificação italiana.

Foi necessário o início da Guerra Franco-Prussiana, em 1870, para que os italianos, aproveitando-se do enfraquecimento francês, conquistassem os Estados papais. Vale ressaltar que, naquele momento, a França estava sendo derrotada pelos prussianos, por isso, retirou suas tropas da Itália.

Como o chefe da Igreja Católica e os seus domínios ficaram desprotegidos, as tropas piemontesas não hesitaram e, naquele mesmo ano, asseguraram a conquista dos territórios sob domínio do papa. Estava praticamente completo, portanto, o processo de unificação da Itália, apesar de pequenas regiões no norte italiano – Trieste e Trentino, regiões conhecidas como Itália Irredenta – continuarem sob domínio austríaco até o final da Primeira Guerra, quando foram, então, entregues aos italianos.

Também no século XX, foi resolvido o conflito gerado entre a Igreja Católica e o Estado italiano, conhecido como Questão Romana. O processo de unificação italiana havia desagradado ao papa, que se declarou um prisioneiro dos italianos. A solução, em 1929, veio com o Tratado de Latrão, pelo qual Mussolini, primeiro-ministro da Itália fascista, desejando o apoio da Igreja, criou o Estado do Vaticano, indenizou a Igreja pelos territórios perdidos e instituiu o Ensino Religioso nas escolas italianas.

UNIFICAÇÃO ALEMÃ

A Confederação Germânica, ratificada pelo Congresso de Viena, era uma entidade política formada por estados alemães e submetida ao controle político da Áustria. Assim como no caso italiano, em 1849, após as revoluções liberais que se alastraram pela Europa, houve uma fracassada tentativa de eliminar o domínio austríaco na região e de promover a unificação. O fracasso do movimento ocorreu devido ao poderio bélico austríaco e também à atuação das elites germânicas, que, percebendo a participação de operários no processo revolucionário, abandonaram o projeto unificador e criaram meios de facilitar a repressão por parte do Império Austríaco.

Apesar da repressão ao movimento de unificação na primeira metade do século XIX, o projeto de libertar e unificar os estados subordinados aos austríacos não foi abandonado. Nesse sentido, conforme o desejo das elites germânicas, a unificação alemã foi arquitetada por Otto von Bismarck, primeiro-ministro da Prússia e também representante dos *junkers*, grandes proprietários de terras que defendiam o uso da força para a construção do Estado Nacional alemão. Antes de concretizar a sua hegemonia sobre os estados germânicos, no entanto, os prussianos deveriam eliminar por completo a influência austríaca que era exercida na região.



Ludwig Knaus / Domínio Público

KNAUS, Ludwig. *Retrato do Chanceler Fürst Otto von Bismarck*. 20,1 x 29,6 cm. Óleo no painel. Data indefinida.

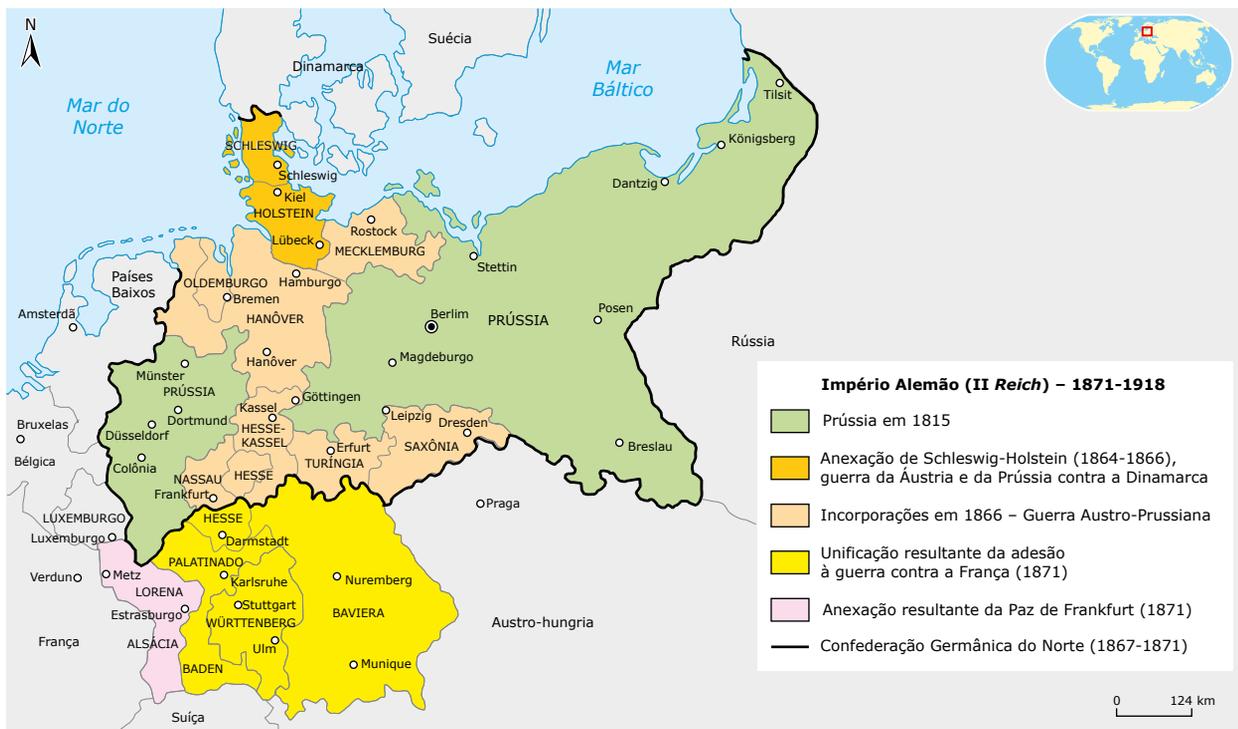
O primeiro passo nesse processo foi a instituição da *Zollverein* (1818), uma tentativa de unificar a economia dos estados germânicos e a da Prússia. O acordo estabelecia uma união aduaneira entre as regiões, o que facilitaria a circulação de seus produtos em toda a Alemanha. Assim, se a Áustria exercia um domínio político sobre os estados germânicos, a partir da criação da *Zollverein*, cabia à Prússia controlar a economia da Confederação, o que gerou uma grande insatisfação por parte dos austríacos.

Além da eliminação das barreiras alfandegárias no comércio entre a Confederação Germânica e a Prússia, esta procurou, principalmente sob o comando de Bismarck, organizar um grande Exército que pudesse fazer frente às forças que se mostrassem contrárias ao projeto unificador. Pode-se afirmar, portanto, que a unificação alemã, assim como a italiana, foi concretizada por meio de diversas guerras, que serão detalhadas a seguir.

Guerra dos Ducados (1864) – Interessadas nos ducados de Schleswig e Holstein, até então vinculados à Dinamarca, a Áustria e a Prússia deixaram suas diferenças de lado para expandirem suas respectivas zonas de influência. Dessa forma, as duas forças se uniram contra a Dinamarca, que não tinha condições de resistir à investida. Conforme havia sido previamente combinado, após a derrota dos dinamarqueses na Guerra dos Ducados, os prussianos ficaram com o controle de Schleswig e aos austríacos coube o controle do ducado de Holstein.

É importante ressaltar que, apesar da união entre a Áustria e a Prússia em uma guerra contra a Dinamarca, o objetivo de Bismarck era realizar um confronto militar com o Império Austríaco, já que a Confederação Germânica continuava politicamente vinculada aos austríacos.

Fases do processo de unificação da Alemanha



Guerra Austro-Prussiana (1866) – Logo após a Guerra dos Ducados, Bismarck alegou que o Império Austríaco havia descumprido o acordo de divisão dos ducados, pois estaria realizando uma má gestão no ducado de Holstein. Esse, no entanto, era apenas um pretexto para iniciar um conflito com os austríacos, que, de fato, ocorreu em 1866. No momento em que a Guerra Austro-Prussiana se iniciou, a Itália, interessada em domínios austríacos, aliou-se à Prússia, favorecendo a derrota do Império Austríaco em poucas semanas.

Após a vitória dos prussianos, estes puderam, enfim, eliminar a influência austríaca na região alemã e, assim, criar a Confederação Germânica do Norte, reunindo não só economicamente, como previa a *Zollverein*, mas também politicamente vários estados que, a partir de então, foram integrados aos domínios da Prússia.

Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) – Diante da concretização do projeto unificador alemão, a França, temendo a perda de seu prestígio no continente europeu, manifestou-se contrária à continuidade do processo liderado pela Prússia. Através do seu imperador, Napoleão III, os franceses enviaram diversas cartas ao *kaiser* prussiano, Guilherme I, ameaçando-o quanto às possíveis sanções caso o projeto de unificação fosse levado à frente.

Com medo da represália francesa, em uma de suas cartas, Guilherme respondeu a Napoleão, alegando que não pretendia unificar toda a Alemanha. Bismarck, no entanto, não era favorável à postura pacificadora tomada pelo *kaiser* prussiano, por isso alterou o conteúdo da carta, fazendo com que esta passasse a ter um tom ameaçador e ofensivo a todo o povo francês. Além de alterar o conteúdo do documento, Bismarck ainda fez com que a carta fosse divulgada pela imprensa, o que tornou o conflito entre a França e a Prússia inevitável.

Como se pode perceber, o objetivo do primeiro-ministro prussiano era eliminar a resistência francesa à unificação alemã, além de fomentar o nacionalismo e unir todos os estados alemães em torno de um inimigo em comum, o que de fato conseguiu. Em aproximadamente seis meses, a França foi derrotada pela união dos alemães e Guilherme I foi coroado imperador de toda a Alemanha, em pleno Palácio de Versalhes, em território francês.

A França, por sua vez, pelo Tratado de Frankfurt, foi obrigada a entregar Alsácia e Lorena para os alemães, regiões ricas em minério de ferro e carvão. A conquista dessas regiões, em 1871, significou a finalização do processo de unificação da Alemanha e contribuiu para o desenvolvimento industrial do país. Entretanto, para os franceses, como tiveram de passar a importar minério de ferro e carvão, a perda dessas regiões acabou criando um forte sentimento de revanche, fator que, em partes, foi responsável pela eclosão da Primeira Guerra Mundial logo no início do século XX.



Representação do brasão da Prússia em 1871. Nas asas da águia negra, é possível ler o nome de alguns estados germânicos anexados pelos prussianos.

REFLEXOS NA EUROPA

Itália e Alemanha, após suas unificações, passaram por um intenso processo de industrialização e entraram na corrida imperialista disputando mercados com a Inglaterra e com a França, até então as grandes potências da Europa. O equilíbrio de forças na Europa se alterou e os conflitos tornaram-se latentes. A rivalidade entre os países europeus contribuiu para a eclosão da Primeira Guerra, afinal, além do revanchismo francês gerado pela perda da Alsácia e da Lorena, as nações alemã e italiana entraram atrasadas na corrida imperialista e acabaram, para atender seus interesses, formando uma aliança militar, que foi um dos elementos responsáveis pela deflagração do conflito.

REFLEXOS NO BRASIL

Com as guerras de unificação, o número de pessoas fugindo dos conflitos aumentou. Assim, o fluxo de imigrantes, majoritariamente italianos e alemães, para o Brasil se intensificou, aumentando a oferta de mão de obra, principalmente na cafeicultura. Essa imigração resolveu o problema brasileiro da carência de mão de obra, uma vez que a Lei Eusébio de Queirós (1850) proibia o tráfico negreiro justamente no momento em que a cafeicultura passava por uma fase de expansão devido ao aumento da demanda no mercado externo.

A expansão do café para o Oeste Paulista, por volta da segunda metade do século XIX, levou os cafeicultores da região a buscarem o trabalho assalariado, representado, principalmente, pelo imigrante europeu. Além disso, o governo brasileiro incentivava a vinda desses imigrantes, com base na crença da superioridade europeia, tão em voga no Velho Continente durante o século XIX.

As elites brasileiras acreditavam que o negro era inferior e despreparado para o trabalho na indústria, já que o trabalhador europeu tinha experiência nesse ofício.

Vale ressaltar que os imigrantes europeus não só atuaram na agroexportação, mas também na indústria. Esses trabalhadores dispunham de experiência nas lutas trabalhistas, impulsionando o movimento operário brasileiro. Os imigrantes, além disso, contribuíram significativamente para a formação da sociedade brasileira em várias áreas, como alimentação, cultura, técnicas agrícolas e capitais para o desenvolvimento industrial.

COMUNA DE PARIS (1871)

Quando a França se envolveu na Guerra Franco-Prussiana, em 1870, Napoleão III foi para a frente de batalha, imaginando que a sua presença aumentaria o fervor militar de seus soldados, que sofriam sucessivas derrotas para o Exército prussiano, mais bem preparado que o francês. A vitória esperada, no entanto, não aconteceu, e, assim, Napoleão III tornou-se prisioneiro dos prussianos após a Batalha de Sedan. Naquele momento, o imperador francês foi obrigado a assinar a rendição do seu país, decisão que não foi aceita pela população francesa em geral. Diante do impasse instalado no país, o Legislativo da França, que até então auxiliava o rei, organizou-se e proclamou uma república na França, conhecida também como Terceira República Francesa.

Essa república, liderada por Thiers, insistiu em manter a soberania francesa e, para isso, manteve as suas tropas na guerra. Mesmo com os esforços empregados pelo novo governo diante dos prussianos, as tropas não resistiram e voltaram a sofrer sucessivas derrotas. Temendo uma rebelião ainda maior, o governo republicano optou pelo mesmo caminho de Napoleão III, ou seja, assinar a rendição, reconhecendo a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana.

Se a atitude dos governistas republicanos assemelhou-se à do imperador deposto, as consequências sofridas pelo regime foram as mesmas e, em 1871, diante do fiasco das tentativas de defesa, as massas de Paris, lideradas por anarquistas e, principalmente, por comunistas, revoltaram-se e tomaram o controle da cidade. Milícias populares formaram-se e foi implantada a gestão operária em várias fábricas durante o período em que a chamada Comuna de Paris comandou as ações da capital francesa.

Durante esse curto período de aproximadamente 72 dias, apesar das evidentes conquistas operárias, houve também uma indecisão entre os *communards*, revolucionários que comandavam o movimento, pois, enquanto alguns achavam que era necessário criar uma aliança com a burguesia, outros defendiam a ideia da luta isolada do povo, sem o auxílio burguês.



Autor desconhecido / Domínio Público

Barricada montada pelos communards em Paris.

Aproveitando a indecisão dos *communards*, as elites parisienses, que haviam sido prejudicadas pela Comuna e temiam a realização de reformas ainda mais profundas, aliaram-se aos prussianos para acabar com a revolta. Assim, a aliança formada entre a alta burguesia francesa e as tropas prussianas derrotou a Comuna através de batalhas que resultaram na morte de milhares de franceses e também na detenção de vários outros. Apesar da aparente derrota do movimento de tendência comunista e anarquista, é importante ressaltar que a Comuna de Paris foi uma das primeiras experiências de governo popular da modernidade, chegando a inspirar Lênin, revolucionário russo de 1917.



Comuna de Paris

Assista a um vídeo que apresenta detalhes da Comuna de Paris. Entenda as razões e as consequências desse movimento.



AO HÔTEL DE VILLE!

Texto I

Atores e atrizes de Paris, pouco tempo depois de acabado o confronto entre versalheses e communards, eram convidados a encenar os principais episódios da Comuna. Cenas de massas em que os “vilões” eram os communards. Para que essas encenações? Para tirar fotos, a arte então em moda em Paris. E de muitas dessas fotos hoje não é possível dizer com certeza se correspondem à realidade ou a uma reconstrução “mitológica”. Bem, essa linha difusa de separação, a encontramos permanentemente presente em tudo o que diz respeito à Comuna. Mas ela não parece ser apenas esse tênue fiapo com que se mantêm juntas a reconstrução fotográfica e a realidade. É, na verdade, produto radical de uma transfiguração do espaço histórico que permite que uma guerra entre nações vá se deslizando passo a passo em direção a uma guerra civil. Não há história da Comuna se não se faz a história dessa transfiguração. No entanto, não são essas as linhas historiográficas mais frequentes. Os historiadores da “nação francesa” veem a Comuna como um momentâneo desvio de rota, uma excrescência originada na derrota francesa às mãos de Bismarck. Basta uma rápida consulta a Seignobos para exemplificar esse modelo de tratamento.

Por sua parte, os historiadores do “movimento operário” – aqui, por exemplo, bastaria uma não menos rápida pesquisa nos volumes escritos por Édouard Deolléans – interpretam-na como um ensaio vigoroso, talvez prematuro, da primeira caminhada revolucionária dos movimentos operários europeus, cheia de ensinamentos para os movimentos sociais posteriores. Não é sustentável, porém, a ideia de que a Comuna surge em um momento de “descuido” da nação em guerra exterior, como também não é convincente o elo rígido que a une aos movimentos revolucionários contemporâneos. Nem uma “exceção”, nem uma “necessidade”; ou, dito de melhor forma, ela parece ter muito de “necessária” aí onde os historiadores tradicionais a veem como um assalto inesperado e fora de qualquer regra, e parece ter muito de descuido e de “excepcionalidade” aí onde os historiadores dos movimentos trabalhistas a veem como o anúncio inexorável, apenas um pouco corrigível e modelável, que pede e reproduz infinita e linearmente seus herdeiros. Se essas nuances são válidas, elas justificarão este livro e seu duplo distanciamento (por diferentes razões) a respeito das duas grandes abordagens que, contemporâneas à própria Comuna, vêm nos dizendo uma ou outra vez como sonharam, como lutaram e como morreram os homens que ocuparam o Hôtel de Ville durante março, abril e maio de 1871.

GONZÁLEZ, Horácio. *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 114-115. [Fragmento]

Texto II

Na Paris sitiada, a lógica da guerra civil.

Quando chega a Paris a notícia de Sedan – Bonaparte III e o marechal Mac Mahon presos pelos prussianos –, os deputados republicanos, reunidos no Palais Bourbon, a velha sede do Legislativo, não duvidam. Era preciso não deixar escapar essa oportunidade única que lhes oferecia a marcha da guerra. É domingo em Paris e se proclama a República. Estamos a 4 de setembro de 1870. Dúvidas e hesitações. Onde proclamá-la? Uma voz, muitas vozes: “Ao Hôtel de Ville!” A partir de então, os acontecimentos terão como epicentro o edifício da municipalidade de Paris, antiga construção de linhas renascentistas, muito severas, datada de meados do século XVI. Sempre associado às insurreições urbanas, o velho prédio cairá com a Comuna, menos de um ano depois, entre as chamas de um fantástico incêndio. Entre gritos esparsos de “Vive la Commune” – um presságio – começa sua marcha à República, em mãos de um governo de defesa nacional, cuja tarefa principal será a de prosseguir a guerra que o Império tinha começado com tão pouco êxito. Diz-se “defesa nacional” como no século seguinte se dirá “resistência”.

Todos estão de acordo quanto a isso.

GONZÁLEZ, Horácio. *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 30-31. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (UECE) O Movimento das Nacionalidades traz em si a concepção de nacionalismo e reafirma os princípios liberais aplicados à ideia de nação. Ao ressaltar elos étnicos, linguísticos e culturais, criam o arcabouço ideológico de algumas unificações europeias. Dos países unificados, no século XIX, destacam-se
 - A) a Itália e a Alemanha.
 - B) a Rússia e a Inglaterra.
 - C) a Áustria e a França.
 - D) a Prússia e a Suíça.

02. (UFV-MG) A expressão *Risorgimento* designa o conjunto de movimentos heterogêneos que desejaram a unificação da Itália no século XIX. A vertente vitoriosa que promoveu a unificação da Itália foi
 - A) o projeto republicano de Giuseppe Mazzini, que criou o movimento Jovem Itália.
 - B) o movimento popular e secreto dos Carbonários, que defendeu a instituição de um Estado unitário e laico, contra a influência da Igreja e do Império Austríaco.
 - C) o papado, que defendeu a instituição de uma monarquia teocrática com sede no Vaticano.
 - D) o movimento liderado pelo reino do Piemonte-Sardenha, que adotou uma monarquia constitucional laica e favoreceu a industrialização.

03. (UEL-PR) As unificações italiana e alemã alteraram profundamente o quadro político da Europa no século XIX, rearticulando um equilíbrio de forças que resultaria na
 - A) Primeira Guerra Mundial.
 - B) Revolução dos Cravos.
 - C) Guerra Civil Espanhola.
 - D) Revolta dos Cipaios.
 - E) Segunda Guerra Mundial.

04. (Cesgranrio) Os movimentos nacionais, na Alemanha e na Itália, na 2ª metade do século XIX, além das diferenças políticas, têm como objetivo a
 - A) unidade política e econômica como requisito para o desenvolvimento capitalista através do fortalecimento do Estado e da integração geográfica dos mercados.
 - B) independência econômica frente à intervenção econômica inglesa com a manutenção de estruturas de produção medievais.
 - C) valorização do arianismo como instrumento de recuperação do homem germânico e italiano e criador do “espaço vital”.
 - D) construção de um Estado forte inspirado nos modelos orientais como base política para a recuperação da posição que Itália e Alemanha haviam ocupado no final do século XVIII.
 - E) manutenção de uma política de proteção territorial contra os interesses franceses, resultantes da expansão napoleônica, assentados numa perspectiva política conservadora.

- 05.** (PUC Minas) No processo de unificação da Itália de meados do século XIX, destacam-se, exceto
- a preocupação da burguesia em evitar qualquer aliança com a massa camponesa.
 - a permanência de um sistema oligárquico que garante os interesses dos grandes proprietários da terra.
 - a ação dos liberais moderados, liderado por Cavour, para impedir as tentativas revolucionárias.
 - a obtenção da unidade através do alargamento do estado piemontês e não de um movimento nacional.
 - o papel decisivo dos movimentos populares para a concretização da unidade italiana.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UFRGS-RS) Leia os itens a seguir que se referem a possíveis resultados imediatos da guerra Franco-Prussiana de 1870.
- A ocupação imperialista da Argélia pela França.
 - A fundação da Internacional pelos nacional-socialistas da Áustria.
 - O fim do II Império Francês de Luís Bonaparte e a instauração do II Reich.
- Quais estão corretas?
- Apenas I.
 - Apenas II.
 - Apenas III.
 - Apenas I e III.
 - I, II e III.

- 02.** (Cesgranrio) Assinale a alternativa que apresenta uma afirmativa correta sobre o processo de unificação da Alemanha (1871) e da Itália (1870).

- Na Itália, a proclamação da República por Giuseppe Garibaldi, líder do movimento carbonário e republicano, estabilizou economicamente o país, permitindo a fixação das fronteiras internacionais italianas e sua unificação interna.
- Na Itália, com o apoio do papa Pio IX, o movimento unificador difundiu-se a partir da cidade de Roma, sendo contrário aos interesses econômicos da burguesia do Piemonte e do norte do país.
- Na Alemanha, Bismarck implementou a unificação com a ajuda econômica e militar do Império Austríaco, opondo-se à política separatista da Prússia de Guilherme I.
- A criação da União Alfandegária (*Zollverein*) entre os estados alemães desenvolveu a industrialização e a economia da Confederação Germânica, culminando na unificação política com a criação do Segundo Reich (Império) Alemão.
- Ambos os processos unificadores resultaram da derrota dos movimentos nacionalistas locais frente à reação das forças monárquicas reunidas pelo Congresso de Viena.

- 03.** (UECE) As unificações alemã e italiana, em 1860/1871, aconteceram, segundo os historiadores, a partir da chamada "via prussiana". Isso significa que
- foram realizadas de cima para baixo, isto é, a partir de uma aliança entre a burguesia e a aristocracia.
 - as mudanças ocorridas naqueles países correspondiam às expectativas plenas dos trabalhadores.
 - as mudanças foram feitas de baixo para cima, isto é, a partir de uma aliança entre setores populares e setores intelectuais da classe média.
 - as transformações políticas na Itália e na Alemanha se verificaram a partir de intervenções de potências estrangeiras, especialmente da Prússia.

- 04.** (UEG-GO-2015) Quem saberá dizer quantos comunardos foram mortos durante a luta? Milhares foram massacrados posteriormente [...]. Esta era a vingança do "povo respeitável". Daquele momento em diante, um rio de sangue correu entre os trabalhadores de Paris e as "classes melhores". E daí em diante também os revolucionários sociais aprenderam o que os esperava se não conseguissem manter o poder.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 234.

No trecho citado, o historiador inglês Eric Hobsbawm descreve as consequências sofridas pelos participantes da Comuna de Paris, ocorrida em 1871. Esse levante popular que cercou e estabeleceu um governo de inspiração jacobina na capital francesa foi resultado imediato

- da derrota francesa para o exército prussiano e das notícias do aprisionamento de Napoleão III em setembro de 1870.
 - da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, inspirada nas ideias de Karl Marx e Frederick Engels, em setembro de 1864.
 - do resultado das eleições para a Assembleia Nacional, que elegeu em sua maioria deputados ligados aos pequenos proprietários rurais.
 - do enfraquecimento político dos remanescentes do Antigo Regime que ainda ocupavam cargos públicos importantes na administração de Paris.
- 05.** (FGV-2015) A unidade italiana – o processo de constituição de um Estado único para o país – conserva o sistema oligárquico [...] Isto não impede a formação do Estado, mas retarda a eclosão do fenômeno nacional.

POMER, Leon. *O surgimento das nações*, 1985. p. 40-42.

Fizemos a Itália; agora, precisamos fazer os italianos.

D'AZEGLIO, Massimo apud HOBBSBAWN, E. J. *A era do capital*, 1977. p. 108.

A partir dos textos, é correto afirmar que

- A) apesar de ter nascido antes da nação, o Estado italiano, unificado em 1871, representou os interesses dos não proprietários, o que implicou a defesa de mudanças revolucionárias, que tornaram o Estado não autoritário e permitiram a emergência do sentimento nacional, já fortificado pelas guerras de unificação.
- B) o Estado italiano, nascido em 1848, na luta da alta burguesia do norte pelo poder, representava os interesses liberais, isto é, a unidade do país como um alargamento do Estado piemontês, na defesa da pequena propriedade e do voto universal, condições para a consolidação do sentimento nacional que cria os italianos.
- C) em 1848, a criação do Estado italiano, pela burguesia do Reino das Duas Sicílias, foi uma vitória do liberalismo, pois a estrutura fundiária, baseada na grande propriedade, e a exclusão política dos não proprietários permaneceram, encorajando os valores nacionais, condição para diminuir as diferenças regionais.
- D) em 1871, o processo de unificação e o sentimento nacional estavam intimamente ligados, na medida em que a classe proprietária do centro da península, vitoriosa na guerra contra a Áustria, absorveu os valores populares nacionais, o que legitimou a formação do Estado autoritário, defensor das desigualdades regionais.
- E) o Estado italiano nasceu antes da nação, em 1871, como uma construção artificial, frágil e autoritária da alta burguesia do norte, cujos interesses de dominação excluíram as mudanças revolucionárias e atrasaram a emergência do sentimento nacional, ainda estranho para a grande maioria das diferentes regiões da península.

06. (UERJ-2017)



Disponível em: <adorocinema.com>.

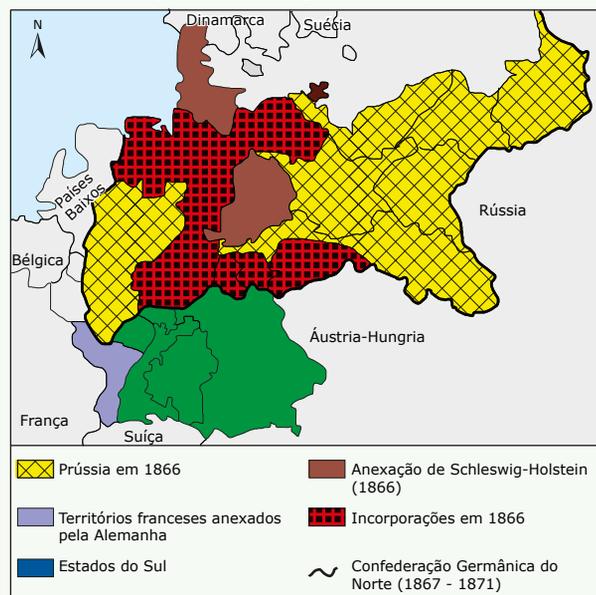
O Leopardo, de Tomasi di Lampedusa, publicado postumamente e popularizado pelo cineasta italiano Luchino Visconti, narra a decadência da nobreza e a ascensão de uma nova classe na Itália do final do século XIX, endinheirada, destituída de sangue azul, mas ávida para comprá-lo. A astúcia do aristocrata Tancredi o levou a perceber a necessidade de sobrevivência numa nova realidade. Em uma de suas falas, ele diz: "Se nós não estivermos presentes [na unificação], eles aprontam a República. Se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude. Fui claro?".

Disponível em: <revistabula.com> (Adaptação).

A frase do personagem Tancredi no filme *O Leopardo* sintetiza a postura da nobreza italiana em meio ao processo de unificação nacional na década de 1860. Apresente uma característica da unificação italiana que justifique a frase do personagem. Aponte, ainda, um efeito socioeconômico dessa unificação para o continente americano.

07. (UEMA-2015) A ação da Prússia na condução do processo de unificação da Alemanha foi eficaz e, conforme pode ser observado na legenda do mapa ao lado, cronologicamente rápida. A anexação dos territórios que pertenciam à Dinamarca, ao Império Austro-húngaro e à França, todavia, só foi viabilizada por meio de intensos conflitos militares que, embora tenham ocorrido no século XIX, foram de fundamental importância para a definição das alianças que se enfrentaram na I Guerra Mundial (1914-1918).

Mapa da Unificação da Alemanha



PEDRO, Antonio et al. *História sempre presente*. São Paulo: FTD, 2010. v. 3.

Com base no mapa da Unificação Alemã, explique o conflito territorial envolvendo França e Alemanha, presente na Guerra Franco-Prussiana e na I Guerra Mundial.

SEÇÃO ENEM

01. A História possui rupturas e permanências, em que determinados processos se assemelham e, alguns até se repetem. Dentro da história europeia, é possível observar permanências durante o longo processo de construção de nacionalidade da Alemanha e na atual tentativa de promover a unificação europeia.

Podemos considerar como pontos comuns a esses dois momentos distintos da Europa:

- A) Nos dois momentos, há a presença de uma economia forte que pretende se expandir a partir de uma unificação econômica.
- B) Nos dois momentos, os objetivos principais foram atingidos a partir de um conflito armado de grandes proporções.
- C) A Inglaterra assumiu a liderança nos dois momentos citados, devido à sua visão cosmopolita da sociedade europeia.
- D) A eliminação da xenofobia foi um elemento que garantiu o sucesso das unificações nos momentos citados.
- E) A rivalidade entre França e Alemanha atrasou tanto a unificação alemã quanto a formação da União Europeia.

02. A unificação da Itália foi dificultada pelo controle que o Império Austro-Húngaro exercia em alguns estados do norte da Itália e pela presença de estados sob o controle do papado. Dessa forma, a centralização política foi viabilizada graças

- A) à presença de um estado livre e independente, o Piemonte-Sardenha, que liderou esse processo.
- B) ao fortalecimento do papado, que desejava criar uma unidade religiosa na Itália, região de influência protestante.
- C) à liderança de Cavour, primeiro-ministro do Piemonte, ferrenho defensor do republicanismo.
- D) ao grande desenvolvimento econômico do sul, desenvolvido industrialmente, que liderou a unificação.
- E) ao apoio dado à Itália pela França, que desejava ter um aliado católico, na Europa, para se opor à Inglaterra anglicana.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. D
- 03. A
- 04. A
- 05. E

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. D
- 03. A
- 04. A
- 05. E
- 06. A unificação italiana foi um processo liderado pelo reino da Sardenha-Piemonte, que tinha como objetivo retirar do território italiano a influência austro-húngara. Para tanto, o processo de unificação foi comandado pela elite sem participação popular e adotou uma monarquia constitucional. Muitos italianos, das classes populares, sobretudo camponeses pobres, emigraram para a América em busca de melhores condições de vida e tentando escapar dos conflitos sociais.
- 07. A Guerra Franco-Prussiana ocorreu nos anos de 1870 e 1871 e pode ser entendida como uma das etapas finais do processo de unificação da Alemanha. Tratava-se de uma guerra para garantir a força política dos estados nacionais envolvidos. A guerra terminou com a vitória do Império Alemão e com a assinatura do Tratado de Frankfurt, que confirmava a anexação da Alsácia e Lorena, regiões ricas em minério e carvão, a indenização de 5 bilhões de francos, a serem pagos pela França como reparação as perdas sofridas pela Prússia. Guilherme I da Prússia foi proclamado imperador do Segundo Reich no Salão de Espelhos do Palácio de Versalhes, o que foi considerado uma humilhação para os franceses. A anexação da Alsácia e Lorena pelos alemães gerou na França um forte sentimento de revanchismo, sendo uma das causas da Primeira Guerra Mundial.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. A



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Estados Unidos no Século XIX

O século XIX foi importante para a história dos Estados Unidos, pois foi o momento de sua expansão territorial e de seu desenvolvimento econômico e bélico, o que fez com que se transformassem em um dos maiores países do mundo. No início daquele século, já era propagada a doutrina do **Destino Manifesto**, segundo o qual os Estados Unidos haviam recebido de Deus a missão de levar o desenvolvimento a toda a América, favorecendo, assim, a postura imperialista do país.

Data do século XIX também a Segunda Guerra de Independência dos Estados Unidos (1812-1815). Naquele contexto, a Inglaterra, envolvida nas guerras napoleônicas, passou a apreender navios e a utilizar suas tripulações nos navios de guerra ingleses. Como existiam embarcações estadunidenses entre as apreendidas pelos ingleses, houve um embate diplomático entre as duas nações, o que acabou culminando em um conflito entre a Inglaterra e a sua ex-colônia. Uma vez que os Estados Unidos não estavam envolvidos em outros conflitos, estes venceram a guerra, consolidando de uma vez por todas a independência das Treze Colônias.

Após a queda de Napoleão em 1815, os países europeus procuraram retomar o domínio sobre as ex-colônias já emancipadas ou em luta pela emancipação. Diante da possibilidade de intervenção europeia na América, o então presidente, James Monroe, fez um discurso alegando que qualquer tentativa de recolonização seria considerada um ataque aos Estados Unidos, dando origem à **Doutrina Monroe**, cuja tese fundamental baseava-se no lema "a América para os americanos". É importante ressaltar que, ao utilizarem essa frase, os estadunidenses defendiam não só o interesse dos colonos americanos que buscavam sua soberania, mas também os seus próprios interesses, no intuito de exercer um domínio hegemônico sobre o continente americano.

EXPANSÃO TERRITORIAL

A expansão territorial dos Estados Unidos relaciona-se com sua expansão imperialista e com o Destino Manifesto. Inicialmente, o país se restringia ao território das antigas Treze Colônias, e, por isso, a conquista do Oeste significaria expansão de mercado e aquisição de novas terras para o cultivo de monoculturas de exportação ou agricultura para o mercado interno.

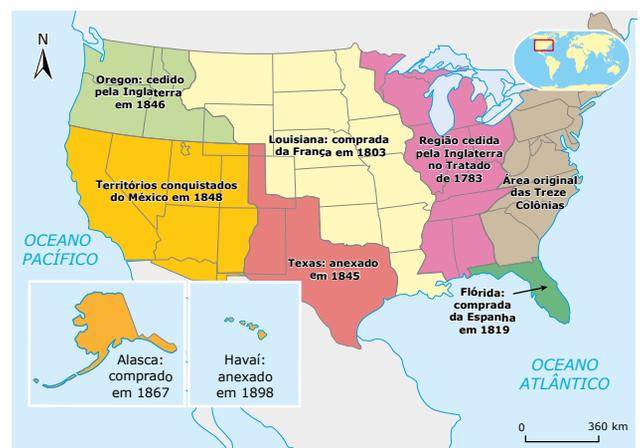
Dando início ao projeto expansionista, os estadunidenses, em 1803, compraram do imperador francês Napoleão Bonaparte, que estava em guerra contra a Inglaterra, o território de Louisiana, por 15 milhões de dólares. Em 1819, foi a vez da compra da Flórida, que pertencia à Espanha, favorecendo, assim, o acesso às Antilhas.

O número enorme de colonos no México levou à Independência do Texas em 1836. Em 1845, para impedir a influência da Inglaterra e da França, os Estados Unidos, com a anuência da própria população local, anexaram o Texas.

As aspirações expansionistas se voltaram, então, para o México, onde o Texas – pertencente ao território mexicano, mas ocupado por um grande número de estadunidenses – declarou-se independente. Os EUA, interessados em obter acesso ao Pacífico, anexaram a região iniciando a Guerra do México. Ao fim do conflito, com a vitória dos EUA, foi assinado o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, pelo qual o México reconheceu a perda do Texas, Novo México, Arizona, Colorado e Alta Califórnia, totalizando cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados, nos quais, posteriormente, foram descobertas jazidas de ouro.

Em 1867, os Estados Unidos compraram o Alasca da Rússia, ampliando, assim, a sua produção de petróleo, uma vez que o estado é um grande produtor petrolífero.

Formação territorial dos EUA



A partir da segunda metade do século XIX, vários homens partiram para o Oeste, porção pouco habitada e vista como uma terra sem leis. As regiões mais procuradas eram Califórnia, Colorado e Nevada, que, juntas, tinham uma população que não ultrapassava 400 000 pessoas. Além de apresentar a possibilidade de extração aurífera – o que proporcionou a corrida do ouro e, logo, a obtenção de uma renda *per capita* elevada –, essa região favorecia a caça de animais, como o castor e o bisão, o cultivo da cana-de-açúcar e de algodão, a pecuária e o comércio.

A expansão para o Oeste significou conflitos com os nativos que, com base no Destino Manifesto, eram considerados inferiores aos estadunidenses. Nesse sentido, a Marcha para o Oeste significou a expulsão dos indígenas de suas terras, por meio da demarcação de pequenos territórios, e a morte de milhares de indígenas que habitavam a região.

Mesmo após a grande expansão territorial garantida pelos Estados Unidos durante o século XIX, estes continuaram expandindo suas fronteiras, exercendo um forte imperialismo, principalmente na América do Norte e na América Central. Apesar de o México ter sido o mais prejudicado territorialmente, devido à sua proximidade com os Estados Unidos, outras nações, como Cuba e Porto Rico, sofreram intervenções militares por parte dos estadunidenses, que, principalmente no final do século XIX, adotaram essa tática militar para viabilizar seus interesses econômicos. Essa política de intervenção, que afetou toda a América e favoreceu o imperialismo estadunidense, ficou conhecida como **Big Stick** ("grande porrete", em português).



A conquista do Oeste

A expansão para o Oeste pelos Estados Unidos reconfigurou completamente o que naquele momento eram apenas ex-colônias inglesas. Assista à videoaula para acompanhar esse processo.

GUERRA CIVIL AMERICANA (1861-1865)

A Guerra Civil americana, também conhecida como Guerra de Secessão, foi um dos eventos mais importantes da história dos Estados Unidos, pois, apesar de ter deixado um saldo de mais de seiscentos mil mortos e de ter destruído grande parte da produção de algodão do sul, o conflito contribuiu para o avanço das forças produtivas capitalistas no país. Para compreender melhor o conflito deflagrado no século XIX, entretanto, é necessário remontar o contexto do século XVIII, quando as divergências internas entre os estadunidenses estavam latentes. Mesmo com a vitória dos colonos nas lutas pela emancipação em 1776, a realidade do país ainda era muito heterogênea. O norte, mais voltado às atividades industriais, e o sul, majoritariamente agrário, divergiam em várias questões, criando um ambiente propício à eclosão de uma guerra civil.

Algumas questões foram fundamentais para o início da Guerra de Secessão. A primeira delas foi a **questão alfandegária**: o norte advogava a favor do protecionismo alfandegário com o objetivo de evitar a concorrência estrangeira aos seus produtos industrializados. Já o sul estava a favor da diminuição das barreiras alfandegárias, pois era consumidor e queria estimular a concorrência, diminuindo os preços finais dos produtos industrializados. Diante do impasse gerado, o governo estadunidense buscou amenizar a situação por meio da adoção de tarifas alfandegárias moderadas, e estas seriam aumentadas gradativamente a cada ano. Mesmo com a intervenção do governo, a situação continuou não sendo favorável nem ao norte nem ao sul, o que fomentou ainda mais a animosidade entre esses dois lados.

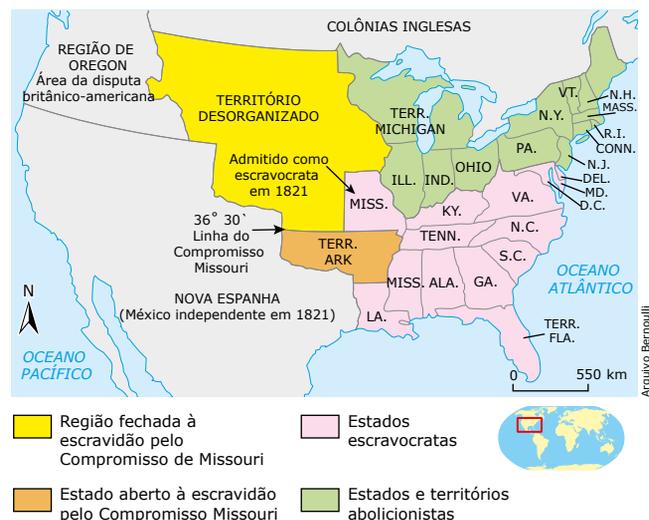
O segundo impasse interno entre os estadunidenses girava em torno da **questão escravista**: o norte visava à expansão do mercado consumidor interno para os seus produtos, por isso, defendia a abolição da escravidão e, logo, a adoção do trabalho assalariado.

Posto que nos estados do sul a economia era agroexportadora e a mão de obra predominante formada por escravos negros, os sulistas eram contrários à abolição, o que caracterizou mais um conflito de interesses.

Como as leis eram criadas pelo Congresso dos Estados Unidos, formado por representantes do norte e do sul, surgiu um novo problema: a **questão da expansão para o Oeste**. À medida que as terras do Oeste eram incorporadas aos Estados Unidos e ocupadas, elas se tornavam estados. Havia, então, a preocupação, por parte do norte e do sul, se esses novos estados seriam abolicionistas ou escravistas. A fim de manter o equilíbrio, um dos mecanismos adotados foi o Acordo do Missouri (1820), determinando que todo estado surgido acima do paralelo de 36° 30' deveria ser abolicionista, e os estados surgidos abaixo desse paralelo deveriam ser escravistas. Como esse paralelo corta o território dos Estados Unidos quase ao meio, pretendia-se, com isso, manter a harmonia entre abolicionistas e escravistas no Congresso.

Apesar dessa tentativa, em 1849, a Califórnia, estado abaixo do paralelo, pediu a sua entrada na União como estado abolicionista, e o pedido foi aprovado pelo Congresso. Em 1850, o debate sobre a adoção ou não do trabalho escravo no Novo México mostrou a fragilidade do Acordo do Missouri. Diante dos precedentes abertos, portanto, o governo instituiu o Compromisso de 1850, que facultava aos novos estados a decisão sobre a questão da escravidão e, ao mesmo tempo, criava um clima ainda mais favorável à guerra civil.

EUA às vésperas da Guerra Civil



As decisões tomadas pelo governo estadunidense, na segunda metade do século XIX, revelavam que os estados sulistas estavam com menos influência política do que os estados nortistas. A diferença se expressiu nas eleições presidenciais de 1860, com a vitória de Abraham Lincoln, candidato republicano que havia feito uma campanha aberta em favor do protecionismo e do abolicionismo. Percebendo que a derrota do sul poderia significar o fim da escravidão, a Carolina do Sul, seguida por mais dez estados, declarou-se em secessão, formando os Estados Confederados com a capital em Richmond e tendo por presidente Jefferson Davis.

Diante da separação dos sulistas, Lincoln, o presidente de fato, argumentou a favor da **questão da União**, o que talvez tenha sido o principal elemento responsável pela guerra. Lincoln dizia que a manutenção da União era mais fundamental que a abolição e, de acordo com ele, se fosse necessário manter a escravidão para manter a União, ele assim o faria. Por isso, em 1861, não aceitando a separação do sul, o norte se empenhou para reincorporar os estados sulistas ao país e, assim, iniciou-se o mais violento conflito da história dos Estados Unidos da América.

Perante a investida nortista, o sul levava vantagem, pois sua população estava acostumada a atirar, caçar e montar. Além disso, estava defendendo o seu próprio território, que conhecia bem. Por outro lado, o norte tinha maior contingente populacional, algo em torno de onze milhões de pessoas a mais, lembrando que um percentual enorme do sul era composto de escravos. O norte possuía também uma boa rede de transportes, favorecendo a movimentação de tropas e armas e sua autossuficiência industrial. Tais recursos, portanto, faziam com que o sul se tornasse dependente dos produtos industrializados do norte e da Europa. Dessa forma, durante a guerra, uma das saídas adotadas pelos nortistas foi a realização de um bloqueio marítimo, o que impedia os Confederados de venderem sua produção agrícola e comprarem armas dos europeus.

Durante os conflitos, Lincoln, atuando como presidente dos Estados Unidos, além de bloquear as vias de acesso aos estados do sul, tomou duas medidas fundamentais para a vitória dos nortistas. A primeira foi o *Homestead Act* (1862), que previa a doação de terras no Oeste para quem fosse viver na região por 5 anos sem utilizar mão de obra escrava. Com isso, houve um significativo esvaziamento da guerra e um aumento da expansão rumo ao Oeste.



Abraham Lincoln, presidente eleito em 1860.

A segunda foi a Abolição da Escravidão (1863), que permitiu a participação dos negros no Exército, além de provocar a fuga de milhares de negros do sul para o norte, aumentando mais ainda o contingente militar da União. Apesar da conquista por parte dos escravos, é importante ressaltar que os negros tiveram de servir por mais tempo, usar armas inferiores e ganhar menos que os soldados brancos. Assim, ao final da guerra, o número de soldados negros mortos foi três vezes maior do que o de soldados brancos.

Após os quatro anos de duração da Guerra Civil, em 1865, foi determinado o fim dos combates e a reincorporação dos estados do sul aos Estados Unidos. Além de garantir a recomposição dos estadunidenses, os conflitos renderam também a morte de Abraham Lincoln, que, cinco dias antes do final da guerra, foi assassinado por John Booth, um ator sulista.

ESTADOS UNIDOS APÓS A GUERRA



A Guerra Civil americana matou mais estadunidenses do que as duas Grandes Guerras e a Guerra do Vietnã juntas – no total, foram mais de 600 000 pessoas. Se, por um lado, a guerra gerou grande perda humana e material, ao final dos conflitos, dada a vitória do norte, a política protecionista e industrializante foi colocada em prática em todo o território dos Estados Unidos. Desde então, foi registrado um grande desenvolvimento industrial e populacional, o incentivo à instalação de imigrantes, a ampliação da malha ferroviária e a mecanização da agricultura, fatores fundamentais para o fortalecimento do capitalismo no país.

No campo social, houve a aprovação da 13ª Emenda, que ratificava a abolição da escravidão, e da 14ª Emenda, que concedia alguns direitos civis aos negros. Porém, na prática, a situação dos negros era difícil, pois existiam leis discriminatórias em alguns estados, chegando a proibir o casamento de negros com brancos. Surgiram grupos como a Ku Klux Klan, os Cavaleiros da Camélia Branca e os Cavaleiros do Sol Nascente. Esses grupos, formados por brancos radicais, perseguiram os negros e seus aliados, promovendo linchamentos em grande parte dos estados do país.



Membros da Ku Klux Klan durante uma cerimônia.

A mais importante consequência da Guerra de Secessão, no entanto, talvez tenha sido a expansão da influência estadunidense para além de seu território. Os Estados Unidos, após o conflito interno, passaram a se dedicar a uma expansão ideológica, cultural, política e econômica que ultrapassava os seus limites territoriais. Tal postura seria fundamental para as pretensões do país, que, durante o século XX, foi hegemônico no continente americano.

Texto I

Guerra Civil americana

A Guerra Civil norte-americana (1861-1865) merece a atenção do estudante brasileiro por diversos motivos. Primeiro, foi uma guerra que marcou profundamente a evolução histórica dos Estados Unidos da América (EUA). Até essa guerra, todos os conflitos políticos mais importantes entre as grandes regiões norte-americanas, do norte e do sul, tinham sido resolvidos, adiados ou escamoteados entre as linhas da Constituição de 1787, e através de processos pacíficos de barganha, conchavo, negociação e voto. A guerra representou uma confissão de que o sistema político falhou, esgotou os seus recursos sem encontrar uma solução. Foi uma prova de que, mesmo numa das democracias mais antigas, houve uma época em que somente a guerra podia superar os antagonismos políticos.

O total dos mortos ajuda a apreciar a magnitude desse evento traumático para os EUA. Calcula-se que um total de 618 000 americanos combatentes morreram nos dois lados, um total que excede o de todos os mortos americanos na Primeira Guerra Mundial (1914-1918, com 125 000 mortos americanos); na Segunda Guerra Mundial (1939-1945, com 322 000 mortos americanos), na Guerra da Coreia (1950-1953, com 55 000 mortos americanos) e na Guerra do Vietnã (1961-1975, com 57 000 mortos americanos).

Em segundo lugar, essa guerra lembra vários aspectos da história do Brasil, quando questões semelhantes surgiram. Para começar, a guerra foi uma reação a um movimento separatista. O sul declarou a sua independência do norte e estabeleceu uma nova nação, os Estados Confederados da América (ECA). O norte teve de invadir o sul e lutar por quatro anos até destruir esse separatismo. Da mesma forma, o governo imperial brasileiro teve de reprimir com armas a Confederação do Equador no Nordeste, em 1824, a República de Piratini e a República Catarinense, criadas pela Revolução dos Farroupilhas no Rio Grande do Sul, em 1835-1845.

A abolição da escravidão foi outra questão que convulsionou a vida política dos EUA e do Brasil, no século XIX. No sul dos EUA, a escravidão foi tão importante quanto nas regiões brasileiras de grande lavoura. Em ambos os países, os setores escravistas passaram a maior parte do século à procura de maneiras de preservar essa relação de trabalho contra as restrições gradativamente colocadas por grupos fora desses setores. Mas nos EUA a abolição final foi imposta a ferro e fogo pela vitória do norte no fim da guerra civil, enquanto no Brasil a abolição resultou de uma combinação de longas campanhas de mobilização popular, das revoltas dos próprios escravos e do oportunismo dos escravocratas, que, antes da abolição, já acharam substitutos para os seus escravos, ou entre os trabalhadores nacionais, ou entre os imigrantes estrangeiros.

Finalmente, muitos historiadores norte-americanos entendem a guerra civil como um conflito entre duas sociedades diferentes: a do norte, baseada nas manufaturas e caminhando rapidamente para a industrialização, e a do sul, baseada na economia agrária de exportação e procurando expandir a área dessas lavouras. Embora em escala bem menor, e em data bem posterior, o Brasil também experimentou momentos de atrito entre o setor nascente das manufaturas e o setor agrário, como nos debates sobre o nível de tarifas aduaneiras na Primeira República. É notável, entretanto, que a historiografia brasileira moderna em geral reconheça uma certa complementaridade dos interesses dos industriais e dos grandes agricultores, ao contrário da situação nos EUA no século passado.

Os paralelos entre a história dos EUA e a do Brasil, nessas questões de separatismo, abolição e competição entre a indústria e a agricultura, convidam a uma reflexão bem maior sobre a razão pela qual, no Brasil, tais questões encontraram um encaminhamento e uma solução às vezes bastante diferente dos encontrados pelos EUA, e o que isso teria a ver com as diferenças atuais entre as políticas, as economias e as sociedades dos dois países. Ao longo dessa história, que aliás não pretende fornecer mais do que uma introdução ao estudo da guerra, procuraremos levantar diversos pontos de comparação específica entre os EUA e o Brasil, no século XIX. Caberia ao leitor, entretanto, partir dessas informações para desenvolver as suas próprias explicações das diferenças.

EISENBERG, Peter Louis. *Guerra civil americana*. São Paulo: Brasiliense, 1982. [Fragmento]

Texto II

A guerra dos ricos... travada pelos pobres

A Guerra de Secessão, iniciada com um ataque confederado ao Forte - I Sumter, em abril de 1861, foi considerada como a primeira das grandes guerras modernas. "Durante quatro longos anos a luta continuou, com enormes perdas de vidas de ambos os lados (620 000 mortos). Primeiro, ambos os lados recrutaram voluntários; depois, os homens eram convocados para o Exército. Isso causou profundo ressentimento, tanto no norte como no sul. Tanto em um como em outro lado era permitido pagar substitutos para prestar o serviço militar. No sul havia muitas brechas nas leis de convocação, através das quais escapavam os proprietários de grandes plantações, ou os que possuíam mais de 15 escravos (isto quando a guerra tinha sido provocada por eles mesmos). No norte, um indivíduo convocado podia ser isento da convocação se pagasse ao governo 300 dólares. Não se admira que muitas pessoas pobres se referissem à guerra como 'a guerra dos ricos na qual lutam os pobres'."

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza dos E.U.A.* (Nós, o povo). São Paulo: Brasiliense, 1978. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UFJF-MG) Sobre a história dos Estados Unidos, no contexto da Guerra de Secessão, aponte a afirmativa correta.
- A emergente burguesia industrial propunha a criação de uma civilização com bases mais aristocráticas, em que a elite tivesse um comportamento semelhante ao da nobreza inglesa.
 - Os estados do norte eram contra o protecionismo alfandegário, porque queriam importar livremente produtos manufaturados.
 - Mesmo com a vitória dos Estados Confederados, não houve uma reconciliação entre as elites do sul e as do norte.
 - Após a Guerra de Secessão, foi abolida a escravidão e houve uma significativa melhora nas condições de vida dos negros, que foram beneficiados por vários programas do governo.
 - No sul dos EUA, concentrava-se a elite agrária escravista, que se opunha aos estados do norte, onde se concentrava a elite industrial.
- 02.** (Mackenzie-SP) Dentre as razões que determinaram a elaboração do dispositivo separatista da Carolina do Sul, que deu origem à Guerra Civil Americana, destacamos
- as leis intoleráveis e a Independência dos Estados Unidos da América.
 - a adoção de tarifas protecionistas e a eleição de Abraham Lincoln.
 - a ocupação das terras do Oeste e a Guerra dos Sete Anos.
 - os interesses dos Estados industriais do sul, contrários aos latifundiários do norte.
 - a eleição do abolicionista Jefferson Davis, o fim da escravidão e a Guerra Civil.
- 03.** (FUVEST-SP) No século XIX, o surgimento do transporte ferroviário provocou profundas modificações em diversas partes do mundo, possibilitando maior e melhor circulação de pessoas e mercadorias entre grandes distâncias. Dentre tais modificações, as ferrovias
- facilitaram a integração entre os Estados Nacionais latino-americanos, ampliaram a venda do café brasileiro para os países vizinhos e estimularam a constituição de amplo mercado regional.
 - permitiram que a cidade de Manchester se conectasse diretamente com os portos do sul da Inglaterra e, dessa forma, provocaram o surgimento do sistema de fábrica.
 - facilitaram a integração comercial do ocidente com o extremo oriente, substituíram o transporte de mercadorias pelo Mar Mediterrâneo e despertaram o sonho de integração mundial.
 - permitiram uma ligação mais rápida e ágil, nos Estados Unidos, entre a costa leste e a costa oeste, chegando até a Califórnia, palco da famosa corrida do ouro.
 - permitiram a chegada dos europeus ao centro da África, reforçaram a crença no poder transformador da tecnologia e demonstraram a capacidade humana de se impor à natureza.
- 04.** (PUC Minas) A Guerra Civil norte-americana, também chamada de Secessão, por se tratar do conflito entre o sul e o norte dos EUA, trouxe desdobramentos políticos ideológicos graves para a formação da identidade nacional do país. Assinale o fato que mais aprofundou a radicalização dos conflitos étnicos em território americano ao longo do século XX.
- A criação da Ku Klux Klan em território sulista ao final da guerra.
 - A formação dos Estados Confederados liderados por Abraham Lincoln.
 - O estabelecimento da Doutrina Monroe, que garantia as liberdades civis a todas as raças nos EUA.
 - As leis a favor do *Apartheid*, promulgadas após o desfecho do conflito.
- 05.** (Fatec-SP) No caso da história americana, um dos eventos mais retratados pela memória social é, sem dúvida, a chamada Marcha para o Oeste. Mesmo antes do surgimento do cinema, esses temas já faziam parte das imagens da história americana. A fronteira foi um tema constante dos pintores do século XIX. A imagem das caravanas de colonos e peregrinos, da Corrida do Ouro, dos cowboys, das estradas de ferro cruzando os desertos, dos ataques dos índios marcam a arte, a fotografia e também a cinematografia americana.
- CARVALHO, Mariza Soares de. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/primeirosescritos/files/pe02-2.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2009.
- Entre os fatores que motivaram e favoreceram a Marcha para o Oeste, está
- a possibilidade de as famílias de colonos tornarem-se proprietárias, o que também atraiu imigrantes europeus.
 - o desejo de fugir da região litorânea afundada em guerras com tribos indígenas fixadas ali, desde o período da colonização.
 - a beleza das paisagens dos EUA, o que atraiu muitos pintores e fotógrafos para aquela região.
 - o avanço da indústria cinematográfica, que encontrou no oeste o lugar perfeito para a realização de seus filmes.
 - a existência de terras férteis que incentivaram a ida para o oeste, de agricultores que buscavam ampliar suas plantações de algodão.

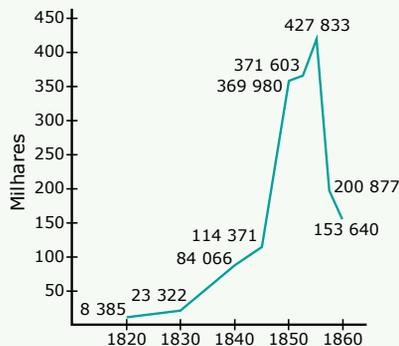
EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (PUC Rio) Observe os gráficos a seguir sobre o movimento migratório para os Estados Unidos entre as décadas de 1820 e 1860.

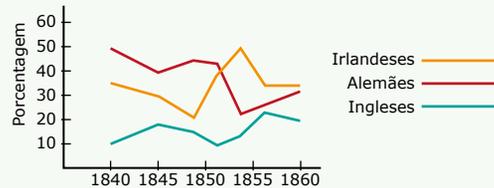


Emigração para os Estados Unidos, 1820-1880



SECRETARIA DO CENSO AMERICANO. *Historical Statistics of the United States, Colonial Times to 1970*. Edição do Bicentenário, Washinton, D.C., 1975.

Composição da imigração, 1840-1860



SECRETARIA DO CENSO AMERICANO. *Statistical Abstract the United States, 1882-1983*, 13. ed. Washinton, D.C., 1982.

É correto afirmar que

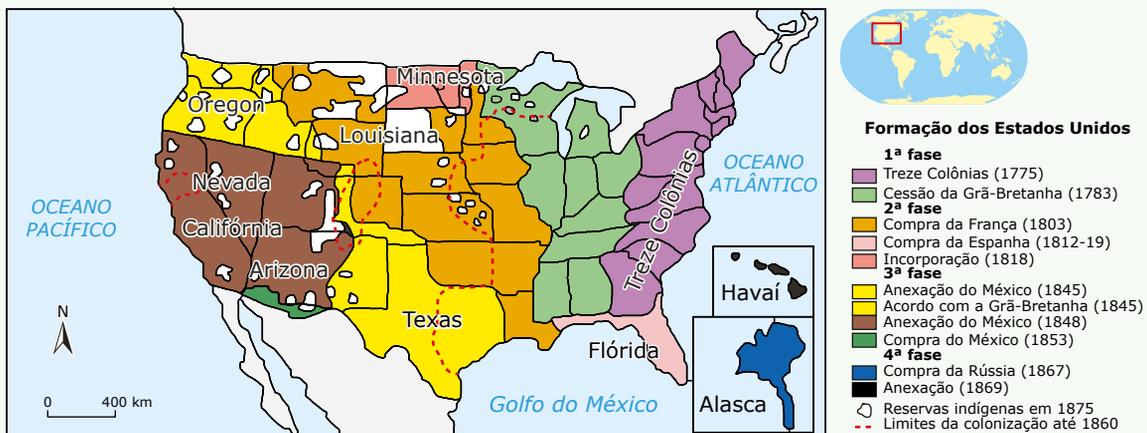
- A) durante as décadas de 1840 e 1850, o fluxo de imigrantes cresceu substancialmente, sendo a maior parte deles originária da Inglaterra e Alemanha.
- B) após a guerra contra o México (1846-1848), houve decréscimo da imigração, em função da limitação do acesso aos novos territórios anexados.
- C) o surto de industrialização, ocorrido nas décadas de 1840 e 1850, aumentou a oferta de empregos na indústria, atraindo uma multidão de emigrantes europeus.
- D) os atrativos oferecidos aos imigrantes ingleses entre as décadas de 1840-1860 justificam a sua maior porcentagem na composição da imigração.
- E) as décadas de menor entrada de imigrantes nos Estados Unidos correspondem ao período de apogeu da expansão para o Oeste.

02. (PUC Minas) A catástrofe ocorrida em Nova Orleans, em 2005, chamou atenção do mundo para as diferenças existentes entre o sul e o norte dos Estados Unidos, que se tornaram evidentes desde a Guerra de Secessão (1861-65). É correto afirmar que essa guerra resultou

- A) na integração dos ex-escravos como cidadãos estadunidenses sem direito à participação na vida social e política do país.
- B) no deslocamento em massa dos brancos sulistas, que passaram a se integrar ao processo de desenvolvimento industrial do norte.
- C) na ruína dos latifundiários que, após a reforma agrária, tiveram as suas grandes propriedades divididas e distribuídas aos negros.
- D) na aprovação de leis que consolidaram a segregação racial nos estados sulistas para impedir a concessão de direitos aos negros.

03. (UFSM-RS) Observe o mapa:

Expansão territorial norte-americana (século XIX)



ALVES, Alexandre.; OLIVEIRA, Leticia Fagundes. *Conexões com a História*. São Paulo: Moderna, 2010. v. 2. p. 95 (Adaptação).

Essa rápida expansão territorial dos Estados Unidos da América no século XIX, mostrada no mapa, foi impulsionada por uma ideologia propagadora da crença de que os norte-americanos eram um povo eleito pela vontade divina para conquistar o Novo Mundo e expandir os seus domínios sobre territórios e populações que estivessem no seu caminho da “marcha para o oeste”.

Trata-se

- A) do Fardo do Homem Branco.
- B) da Declaração de Independência.
- C) do Corolário Rooseveltiano.
- D) da Doutrina Monroe.
- E) do Destino Manifesto.

- 04.** (CEFET-MG) Os Estados Unidos iniciaram o século XX com uma produção industrial crescente. O país transformava-se na maior potência mundial, ultrapassando os países europeus, até mesmo a Inglaterra, em desenvolvimento econômico e em produtividade. A prosperidade tornou-se mais atrativa à emigração, impulsionando o crescimento demográfico do país. Contudo a produção industrial era cada vez mais controlada por grandes monopólios.

No contexto descrito, os Estados Unidos criaram

- A) projetos políticos, visando ao controle sobre os países vizinhos.
- B) normas sociais, assegurando o convívio pacífico entre os povos.
- C) planos humanitários, objetivando à diminuição da miséria mundial.
- D) doutrinas raciais, defendendo a igualdade biológica entre os seres humanos.

- 05.** (Mackenzie-SP) Se a América Latina não foi espartejada como a África, deveu-se ao fato – é preciso reconhecê-lo – de ter tido, sem que houvesse solicitado, um “tutor”. Um tutor ousado, porque se atreveu a dizer que a América era para os americanos, num momento em que apenas tinha a ilusão de ser uma potência. No entanto, quando esse tutor se transformou em grande potência, mudou seu discurso e gritou que era dono.

BRUIT, Héctor Hernan. *O Imperialismo*. São Paulo: Atual, 1994. p. 49.

A partir da análise do texto, é correto afirmar que

- A) a América Latina, desde a primeira metade do século XIX, é um instrumento do imperialismo estadunidense, que, historicamente, impôs, àqueles países, políticas como a Doutrina Monroe e a Política do Big Stick.
- B) as divisões sofridas pela África, decorrentes do imperialismo do século XIX, não puderam acontecer no continente americano em virtude da imposição ao respeito, feita na Conferência de Berlim, entre EUA e potências europeias, da autodeterminação da América Latina.

- C) o século XIX viu nascer a pretensa hegemonia estadunidense sobre os países latino-americanos, envolvendo disputas – desde aquela época – entre capitalistas e socialistas, ambientados na Guerra Fria.
- D) os americanos, há dois séculos, convivem com a supremacia estadunidense sobre os diversos países do continente, resultando em políticas impositivas como a da “Boa Vizinhança” e a Aliança para o Progresso.
- E) a América sempre foi protegida, resultando na criação de diversos acordos econômicos e na aliança de todo o continente em torno deles, apesar do domínio que os Estados Unidos exercem sobre o restante do mundo.

- 06.** (Unicamp-SP) No fim do século XIX, Frederick Jackson Turner elaborou uma tese sobre a “fronteira” como definidora do caráter dos Estados Unidos até então. A força do indivíduo, a democracia, a informalidade e até o caráter rude estariam presentes no diálogo entre a civilização e a barbárie que a fronteira propiciava. As tradições europeias foram sendo abandonadas à medida que o desbravador se aprofundava no território em expansão dos Estados Unidos.

Em relação à questão da fronteira nos Estados Unidos, responda:

- A) De quais grupos ou países essas terras foram sendo retiradas no século XIX?
- B) O que foi o “Destino Manifesto” e qual seu papel nessa expansão?

- 07.** (PUC Rio-2015) Leia o trecho a seguir:

Com a república independente, os congressistas dos estados escravistas dos EUA e os representantes dos estados onde a escravidão não mais existia fizeram, enquanto foi possível, acordos políticos para manter a convivência pacífica e os laços comerciais entre o norte e o sul. O chamado Compromisso do Missouri (1820) e a Resolução de 1848 serviram para regular a expansão aos novos territórios do oeste até o início da década de 1850, quando a crise se tornou iminente, e a secessão e a guerra, uma possibilidade real.

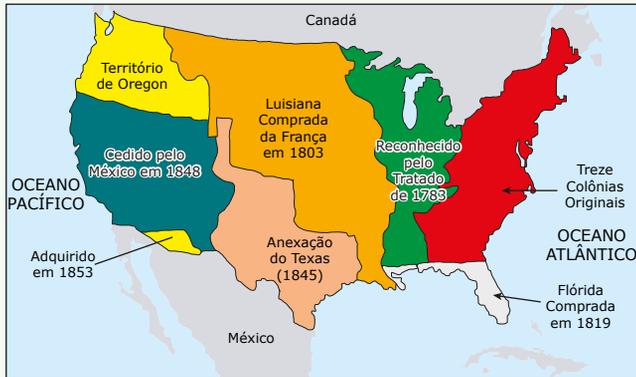
No terceiro ano de Guerra Civil, em 1863, Lincoln emitiu uma “Proclamação de Emancipação”, libertando os escravos apenas nos territórios e estados ainda revoltosos, criando, assim, mais dificuldades no front inimigo. Mas, foi só com o fim do conflito, em 1865, que o Congresso aprovou a 13ª Emenda da Constituição, e acabou com a escravidão no país como um todo.

Agora, responda ao que é solicitado.

- A) Explique 2 (dois) motivos para o desgaste mais acelerado das relações norte-sul ao longo da década de 1850 que levaria à secessão;
- B) Cite 2 (dois) desdobramentos que se seguiram ao fim da escravidão relacionados aos direitos do negro naquele país.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem-2016)



ALBUQUERQUE, M. M.; REIS, A. C. F.; CARVALHO, C. D. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: Fename, 1977 (Adaptação).

Nos Estados Unidos, durante o século XIX, tal como representada no mapa, a relação entre território e nação foi reconfigurada por uma política que

- A) transferiu as populações indígenas para territórios de fronteira anexados, protegendo a cultura protestante dos migrantes fundadores da nação norte-americana.
- B) respondeu às ameaças europeias pelo fim da escravidão, integrando a população de escravos ao projeto de expansão por meio da doação de terras.
- C) assinou acordos com países latino-americanos, ajudando na reestruturação da economia desses países após suas independências.
- D) projetou o avanço de populações excedentes para além da faixa atlântica, reformulando fronteiras para o estabelecimento de um país continental.
- E) instalou manufaturas nas áreas compradas e anexadas, visando utilizar a mão de obra barata das populações em trânsito.

02. Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, a política rural estava ligada a uma certa concepção de trabalho. Mas, enquanto a lei brasileira de 1850 dificultava a obtenção de terra pelo trabalhador livre, o *Homestead Act* de 1862, nos EUA, doava terra a todos os que desejassem nela se instalar.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999. [Fragmento]

As políticas rurais do Brasil e dos EUA no século XIX, a partir da Lei de Terras e do *Homestead Act*, são muito distintas, pois

- A) o *Homestead Act* refletiu o desejo dos EUA em atrair imigrantes que contribuíssem para o desenvolvimento do país, enquanto a Lei de Terras do Brasil mostrou o projeto do governo monárquico para conter a imigração europeia para o país.
- B) o *Homestead Act*, nos EUA, favoreceu a formação de minifúndios e o trabalho livre, o que pode ser contraposto à experiência brasileira, na qual a Lei de Terras consolidou a concentração fundiária e o predomínio da agricultura de exportação.

- C) a política rural dos EUA, evidenciada pelo *Homestead Act*, privilegiou a economia voltada para exportação, diferentemente do Brasil, que, durante o II Reinado, vivenciou a expansão da agricultura familiar.
- D) o *Homestead Act* não tem relação com o crescimento industrial estadunidense no final do século XIX. Já a Lei de Terras brasileira influenciou negativamente a formação de um sólido mercado interno em nosso país.
- E) os objetivos do governo estadunidense com o *Homestead Act* foram atingidos mediante a distribuição agrária e a ocupação do oeste do país, ao passo que, no Brasil, a legislação foi tratada com indiferença pela sociedade.

GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. B
- 03. D
- 04. A
- 05. A

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. D
- 03. E
- 04. A
- 05. A
- 06.
 - A) A expansão das fronteiras das 13 Colônias ocorreu com a ocupação dos territórios indígenas e por meio da anexação de terras pertencentes à França, Espanha, México e Rússia.
 - B) O Destino Manifesto foi uma doutrina que afirmava ser o destino dos Estados Unidos expandir seus domínios na América, sob a argumentação de que esta era uma missão divina. A doutrina foi utilizada como arcabouço para justificar a prática imperialista do país.
- 07.
 - A) A questão alfandegária foi um fator que gerou desgastes entre o norte e o sul, enquanto o norte defendia o protecionismo, o sul; defendia a diminuição das barreiras alfandegárias. Outro impasse na relação das duas regiões era a questão escravista; enquanto o norte defendia a abolição e a adoção do trabalho assalariado, o sul era contrário à abolição, de modo que, ao longo da década de 1850, essas questões tornaram-se ainda mais latentes.
 - B) O fim da escravidão não significou igualdade civil entre negros e brancos nos Estados Unidos. Em alguns estados existiam leis discriminatórias que proibiam o casamento entre negros e brancos, e grupos de extrema direita que defendiam o extermínio da população negra. A Klu Klux Klan foi um desses grupos e defendia a supremacia branca.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. B



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Imperialismo

Na segunda metade do século XIX, a Europa vivia transformações de ordem econômica e cultural que se fizeram sentir em outras partes do planeta. Nesse contexto, as principais potências europeias adotaram uma política imperialista, também chamada de neocolonialismo, para suprirem suas necessidades comerciais e expandirem suas zonas de influência sobre o restante do mundo.

O termo neocolonialismo apresenta a possibilidade de diferenciar o processo transcorrido no século XIX daquele colonialismo desenvolvido entre os séculos XVI e XVIII, no contexto das Grandes Navegações. No colonialismo característico da Idade Moderna, as principais potências dominadoras eram Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra, que atuavam majoritariamente no continente americano. As metrópoles buscavam lucrar com as suas colônias e, para isso, incentivavam a exploração de gêneros tropicais, metais e pedras preciosas nos seus domínios. A mão de obra predominante nas áreas de domínio foi o trabalho compulsório, variando entre a escravidão negra e a servidão indígena.

O neocolonialismo do século XIX, por sua vez, foi adotado também por países fora do continente europeu. Além da Inglaterra, França, Bélgica, Itália, Alemanha, Rússia e Holanda, os Estados Unidos e o Japão também atuaram na dominação de regiões. Outra diferença que pode ser apontada é que não só a América, mas também porções da África e da Ásia foram regiões dominadas. Os principais objetivos dos países imperialistas eram a busca por matéria-prima e mercado consumidor para os produtos industrializados, além da busca por regiões para investimentos de capital e escoamento do excedente populacional das grandes potências. A mão de obra predominante foi o trabalho assalariado, pois isso permitia a formação de mercados consumidores para esses países.

Observe o quadro a seguir, que sintetiza uma comparação entre o colonialismo do século XVI e o neocolonialismo desenvolvido no século XIX.

	Colonialismo do século XVI	Imperialismo do século XIX
Atuação	América	Ásia e África
Potências	Portugal, Espanha, Inglaterra e França	Europa, EUA e Japão
Objetivos	Busca de novas fontes de riquezas e expansão da fé católica	Investimentos externos e regiões para o excedente populacional europeu
Mão de obra	Escrava negra e indígena	Assalariada livre
Contexto	Expansão marítima europeia	Segunda Revolução Industrial

“EXPANSÃO DA CIVILIZAÇÃO”

A dominação na Ásia e na África não se baseou somente em pressupostos econômicos. A política imperialista utilizou como justificativa para suas ações intervencionistas a ideia de “missão civilizadora”, ou seja, o pressuposto da superioridade do homem branco europeu sobre os não europeus. Assim, quando os europeus exerciam seu domínio em outras regiões, eles estariam, na verdade, levando o desenvolvimento e a civilização aos povos por eles considerados inferiores. O escritor inglês Rudyard Kipling chegou a chamar a dominação imperialista de “fardo do homem branco”, como se o imperialismo fosse uma obrigação penosa delegada por Deus aos europeus.

Teorias pseudocientíficas também foram desenvolvidas por pensadores europeus na tentativa de provar a sua suposta superioridade. Uma delas, o darwinismo social, alegava que, assim como existe a seleção natural entre as espécies – teoria proposta por Darwin –, entre os humanos existem raças mais ou menos desenvolvidas em meio a um processo natural. Assim, adaptando o darwinismo, essa corrente social julgava que o branco, naturalmente mais apto, seria o responsável por civilizar os demais povos.

Um dos defensores do darwinismo social foi o francês Gobineau, que, em 1853, escreveu o *Ensaio sobre a desigualdade das raças*, no qual desenvolveu um estudo sobre a superioridade dos nórdicos. Mais tarde, outro darwinista social, o filósofo inglês Spencer, alegou que os indivíduos que se adaptassem melhor ao ambiente seriam superiores. Spencer defendia ainda que as raças superiores tinham o direito natural de exercer sua dominação sobre os povos considerados inferiores. Tais valores, além de demonstrarem o etnocentrismo reinante, justificaram posteriormente o aparecimento de teorias racialistas, como é o caso do nazismo.

CONTEXTO EUROPEU

A *Belle Époque*, período de crescimento econômico e avanço tecnológico, foi marcada por uma grande mudança no padrão de vida dos europeus, que passaram a usufruir de elementos como a energia elétrica e a indústria farmacêutica. O avanço tecnológico promovido pela Segunda Revolução Industrial, o período de paz no continente desde o fim da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), a efervescência artística e a intensa vida cultural fizeram florescer um sentimento de otimismo e confiança no futuro.

Levando em conta o crescimento institucional e econômico registrado principalmente pelos países europeus durante o século XIX, esses passaram a buscar mercados consumidores e matéria-prima para as suas indústrias, que estavam em ampla expansão. Posto que o crescimento da economia europeia gerava acúmulo de capitais, estes eram reinvestidos na indústria, aumentando a capacidade produtiva, a contratação de funcionários e a modernização das máquinas, o que gerava consequências aparentemente benéficas às unidades produtivas. É necessário ressaltar, no entanto, que esse ciclo de reinvestimentos registrado pela economia europeia tem um limite dentro da lógica do capitalismo. Assim, por volta da década de 70 do século XIX, o mercado europeu se encontrava saturado de investimentos, ou seja, o excedente de capital europeu havia se tornado um problema.



Brooklyn Museum / Creative Commons

Vista da capital francesa, Paris, no primeiro ano do século XX. Paris foi o maior exemplo da Belle Époque europeia, chegando a influenciar a arquitetura de diversas cidades em todo o mundo.

A solução encontrada pelos grandes capitalistas do Velho Continente, portanto, foi buscar novas áreas para investir o excedente de capital europeu. Naquele momento, a África e a Ásia foram os continentes mais cobiçados para o estabelecimento de colônias, haja vista que grande parte da América havia se tornado independente ainda no início do século XIX. A partir do início da corrida imperialista, os excedentes antes acumulados na Europa foram redirecionados para as diversas colônias instaladas em solos africano e asiático. No entanto, esses investimentos visavam tão somente ao lucro das grandes corporações europeias e, dessa forma, não necessariamente produziram melhoria das condições de vida dos povos dominados. Ao contrário, promoveram o endividamento e a dependência econômica dessas populações.

Além da importância econômica da África e da Ásia para os países imperialistas, estes utilizaram suas colônias também para abrigar o seu excedente populacional surgido no século XIX devido aos avanços na indústria farmacêutica. O excesso de pessoas no continente europeu não era interessante para as potências imperialistas, pois acabava gerando uma grande massa de desempregados e, conseqüentemente, inúmeros problemas sociais.

No entanto, se, por um lado, as colônias foram capazes de receber os investimentos industriais europeus e o excedente populacional metropolitano, por outro, a corrida imperialista acabou fomentando também a exacerbação dos nacionalismos na Europa. A busca pela ampliação dos domínios criou divergências durante a divisão dos continentes africano e asiático e favoreceu a formação de um clima tenso na geopolítica europeia, influenciando, inclusive, a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914.

 CONTEÚDO NO
Bernoulli Play



Partilha da África e da Ásia

Assista à videoaula para compreender os artifícios e as motivações que levaram à busca de mercados em outras partes do globo pelas potências europeias no final do século XIX.

IMPERIALISMO NA ÁFRICA

A região que mais sofreu com a dominação imperialista foi a África, tanto que, no início do século XX, quase todo o continente estava dominado pelas potências europeias. As únicas regiões que conseguiram manter a sua independência diante da dominação imperialista europeia foram a Libéria e a Abissínia, atual Etiópia. A Libéria havia sido comprada pelos Estados Unidos para que estes pudessem utilizá-la para enviar os seus escravos negros recém-libertos. Tal atitude, autodenominada filantrópica pelo governo estadunidense, acabou sendo taxada de preconceituosa por diversos humanistas mundiais, pois, apesar da liberdade conquistada, parte dos negros foi arbitrariamente enviada à África, pois não fazia parte do projeto de construção dos Estados Unidos.

A partir de então, a Libéria passou a ser vista como um depositário de negros estadunidenses, posto esse que ostentou até 1845, quando conquistou a sua independência.

No caso da Abissínia, a dificuldade de dominar a região esteve relacionada à cultura de seu povo, afinal, os etíopes eram tradicionalmente conhecidos por serem exímios guerreiros, o que facilitava a sua resistência diante da presença dos europeus no continente africano. Além disso, a geografia da Abissínia, caracterizada pela existência de grandes cadeias montanhosas, dificultava as ações imperialistas em seu território.

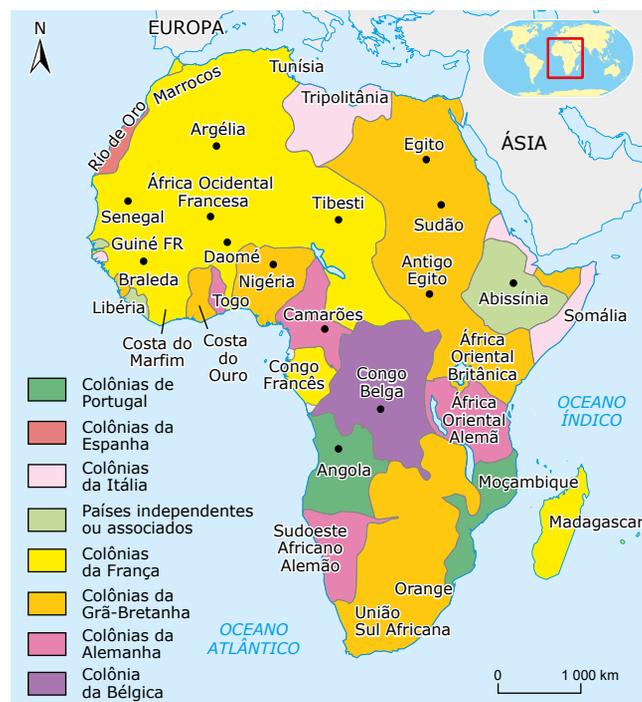
A Abissínia e a Libéria, no entanto, foram exceções, pois, desde o início do século XIX, boa parte do continente africano já sofria influência das grandes potências. Naquele primeiro momento, as ações imperialistas eram exercidas por investidores particulares e não diretamente pelos Estados europeus. Um exemplo disso foi a ação dos franceses, que, em 1857, durante o governo de Napoleão III, já influenciavam o norte da África em regiões como a Argélia, a Tunísia, o Senegal e parte do Congo. Ainda no norte do continente, os franceses, em associação com os ingleses, mantinham dupla administração sobre o Egito, onde construíram o Canal de Suez, em 1869. Projetado pelo francês Ferdinand Lesseps, o canal artificial que liga o Mar Vermelho ao Mediterrâneo era de extrema importância para as duas nações, afinal, ele encurtava a distância entre os centros de dominação europeus e as áreas coloniais africanas e asiáticas.

Na porção sul do continente, foram os ingleses que comandaram as ações imperialistas, pois estes dominavam a região do Cabo, a de Transvaal e a de Orange, ricas em ouro e em pedras preciosas. Para exercerem a sua hegemonia, no entanto, os ingleses entraram em conflito com os holandeses, que já se faziam presentes na região, na chamada **Guerra dos Bôeres** (1899-1902). Com a vitória dos ingleses, em 1910, houve a criação da União Sul-Africana, composta das regiões do Cabo, Transvaal, Orange e Natal.

Com base no exemplo dos franceses e dos ingleses, portanto, é possível perceber que a África já vinha sendo dividida, à força, pelas grandes potências europeias. Mesmo assim, a divisão oficial das zonas coloniais se fez necessária, principalmente após o rei da Bélgica, Leopoldo II, comprar a região do Congo, rica em diamantes, dos nativos. A partir desse ato, as demais potências se mobilizaram para garantir possessões para si, acirrando ainda mais a tensão na Europa.

Em 1885, após várias ações impositivas por parte dos europeus, ocorreu a **Conferência de Berlim**, formalizando a partilha da África. As potências europeias se reuniram a pedido da Alemanha, que havia entrado na corrida imperialista atrasada, quando, então, assinaram um documento no qual cada nação reconhecia o domínio da outra sobre as regiões africanas. Decidiu-se ainda que, sempre que uma potência dominasse uma nova região, deveria avisar às demais para evitar novos conflitos entre elas.

Dominação europeia na África



No continente europeu, as consequências da Conferência de Berlim foram imediatas, pois, confirmando a situação que existia antes mesmo do acordo, a maior parte do continente foi concedida aos franceses e aos ingleses. Dessa forma, as demais nações passaram a pressionar a França e a Inglaterra para que estas pudessem abrir mão de parte das suas possessões, criando um clima tenso na Europa. Alguns dos países que se sentiram desfavorecidos, como a Alemanha, patrocinaram colonos africanos, para que estes pudessem se revoltar contra suas metrópoles, desde que estas fossem a França ou a Inglaterra.

No continente africano, a inserção dos europeus gerava grandes impasses, como a segregação racial. Um dos maiores exemplos de situações como essa foi o regime do *Apartheid*, na África do Sul, onde os colonizadores ingleses estabeleceram práticas e leis severamente segregacionistas. Dessa forma, durante quase todo o século XX, a África do Sul abrigou uma sociedade dividida constitucionalmente entre uma minoria privilegiada de brancos e uma maioria desfavorecida de negros.

Diante da dominação europeia e da segregação racial imposta, vários reinos africanos procuraram resistir de formas variadas. Como muitos desses reinos africanos se mostraram intransigentes com as imposições europeias, várias batalhas foram travadas entre africanos e europeus, que, tecnologicamente superiores, na maioria das vezes se sagraram vencedores e ratificaram a sua política imperialista. Por outro lado, percebendo que não poderiam resistir às pressões europeias, alguns reinos africanos optaram por se aliar aos metropolitanos em busca de desenvolvimento tecnológico ou mesmo de armamentos para que pudessem combater um outro rival africano.

Independentemente da reação diante do imperialismo europeu, a partilha da África deixou marcas profundas nesse continente, pois, ao atender os interesses europeus, a divisão acabou segregando reinos que antes eram unidos entre si, ou mesmo unindo reinos até então rivais. Dessa forma, ainda hoje se registram em solo africano diversos conflitos, originados ainda no século XIX, como a guerra civil entre hutus e tutsis em Ruanda na década de 1990.

IMPERIALISMO NA ÁSIA

Índia

O interesse inglês na Índia data do século XVIII, pois, além do fornecimento de especiarias muito valorizadas no mercado europeu, a região representava um entreposto de ligação comercial entre a Inglaterra e o Extremo Oriente. As pretensões da Inglaterra eram tantas que, naquele mesmo século, os ingleses travaram com a França a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), oriunda da disputa pela Índia e por regiões na América do Norte. Como a Inglaterra saiu vitoriosa, após a guerra, a influência francesa na região foi afastada, o que abriu caminho para as ações imperialistas inglesas.

Inicialmente, o controle do comércio com a Índia ficou a cargo da Companhia de Comércio das Índias Orientais, sendo que os administradores da Companhia podiam arrecadar impostos e exercer funções judiciais na região. Em 1858, no entanto, tais prerrogativas foram transferidas para a Coroa britânica, que passou a adotar uma intervenção econômica mais efetiva junto aos indianos.

Mesmo com a mudança da postura dos ingleses na Índia, a dominação imperialista não acarretou grandes mudanças nos aspectos mais tradicionais da cultura indiana. A sociedade nativa, por exemplo, continuou dividida pelo sistema de castas, que define, de forma intransigente, as posições sociais por meio da hereditariedade. Tal posição era defendida pelos hindus, que acreditavam que cada membro de uma casta inferior teria a função de aproveitar as suas vidas para evoluir e, ao voltar em outra vida, ser incorporados em uma casta superior.

Por outro lado, no campo econômico, o artesanato indiano não conseguiu enfrentar a concorrência dos industrializados têxteis ingleses, chegando a atingir níveis de produção mínimos. Dessa forma, a predominância dos produtos ingleses na Índia acabou gerando grandes taxas de desemprego, além de submeter os nativos à pobreza, ao deslocamento populacional para as cidades manufatureiras e à concentração em cidades portuárias.

Um dos maiores conflitos ocorridos na Índia de dominação britânica foi a Revolta dos Cipayos (1857-1858). Os cipayos – ou sipaios – eram soldados indianos pertencentes à Companhia Britânica das Índias Orientais que estavam insatisfeitos com vários aspectos da vida militar, que iam desde o suposto uso de banha de vaca e porco nos cartuchos das armas (a vaca era um animal sagrado para os hindus e o porco um animal impuro para os muçulmanos) até os baixos soldos e a mistura de castas entre os soldados.

Além disso, algumas medidas de interferência na cultura indiana pelos ingleses também causaram a insatisfação de outros setores da população nativa, como a proibição de certos rituais religiosos. Os cipayos passaram a exigir o fim do domínio inglês na região por meio de violentas rebeliões, mas foram duramente reprimidos pelos ingleses, com o apoio dos sikhs e dos gurjas, grupos indianos que não concordavam com as exigências dos cipayos. Essa revolta resultou no fim do domínio da Companhia Britânica das Índias Orientais e no início do Protetorado Britânico da Índia, sob administração direta da Coroa.

Mesmo na ilegalidade, um movimento nacionalista composto de intelectuais indianos foi organizado para manter viva a luta pela resistência. O objetivo dos nativos era se apropriar de alguns aspectos culturais ingleses, para que estes possibilitassem o desenvolvimento da Índia e, logo, favorecessem a luta pela independência da região. Dessa forma, temendo uma nova rebelião em território indiano, a Inglaterra permitiu, em 1885, a existência de partidos políticos de representação nativa, desde que estes fossem controlados pela Coroa britânica. O mais importante desses partidos foi o Partido do Congresso Nacional Indiano, que mais tarde viria a ser um dos responsáveis pela independência do país.

China

A China, que já no século XIX era o país mais populoso do mundo, era comandada pela dinastia Manchu, composta de governantes impopulares que se mantinham no poder pelo uso da força. No plano econômico, os governantes chineses se caracterizavam por optar por um isolamento comercial em relação ao Ocidente, ou seja, havia uma resistência chinesa em relação ao consumo dos produtos ocidentais. A postura da China, entretanto, desagradava as nações imperialistas, que viam naquele país um grande mercado consumidor em potencial.

Um dos países que se interessavam pela China era a Inglaterra, que, além de ser a principal potência industrial europeia, já produzia ópio no continente asiático, mais especificamente em território indiano. Aproveitando a proximidade entre as regiões, os comerciantes ingleses contrabandeavam o ópio, recebendo produtos chineses – como seda, porcelana e arroz – em troca. Tal prática trouxe enormes problemas sociais para a China, pois o ópio é uma droga extraída da papoula, extremamente viciante. Dado o contrabando inglês, portanto, o consumo dessa droga se popularizou entre os chineses e, como cada vez mais pessoas de todas as classes sociais se tornavam dependentes do ópio, o governo chinês se empenhou em impedir o consumo da droga no país, passando a combater rigorosamente o contrabando.

Após a emissão de sucessivos alertas chineses aos contrabandistas, um enorme carregamento de ópio (aproximadamente 20 000 caixas) foi apreendido e destruído pelo governo. Aquela era a desculpa que a Inglaterra precisava para declarar guerra à China, o que foi feito em 1840. Do conflito entre os dois países, que ficou conhecido como Guerra do Ópio (1840-1842), os ingleses saíram vencedores. A China, por sua vez, foi obrigada a assinar os Tratados Desiguais, assim denominados porque favoreciam somente a Inglaterra. O mais importante deles foi o Tratado de Nanquim (1842), segundo o qual a China era obrigada a abrir cinco dos seus portos às potências imperialistas, além de passar o controle da ilha de Hong Kong para a Inglaterra. Hong Kong, que hoje é uma das regiões mais desenvolvidas da China, só foi devolvida aos chineses 155 anos depois (1997). Nas décadas que se seguiram aos conflitos, os ingleses ainda tiveram de conter a segunda (1857) e a terceira Guerra do Ópio (1859-1860). Naquelas ocasiões, a Inglaterra foi auxiliada pela França, que, por ser uma outra potência imperialista, também tinha interesse no mercado chinês. Dessa forma, após estancar a resistência chinesa, ingleses e franceses promoveram o chamado *break-up* da China, dividindo o país em áreas de influência entre as principais nações imperialistas europeias.



KEPPLER, Udo J. *O verdadeiro problema virá com o "despertar"*. 1900. 35 X 51cm. Divisão de Imprensa e Fotografias da Biblioteca do Congresso Washington.

A charge retrata as diversas potências imperialistas dominando o "dragão" chinês.

Os Estados Unidos, que já vinham atuando de forma imperialista no continente americano, defenderam que a China, sendo um enorme mercado, deveria estar aberta a quem quisesse vender seus produtos lá, adotando uma política de portas abertas, *Open Door*. Dessa forma, além das maiores nações imperialistas da Europa, os Estados Unidos também passaram a manter relações comerciais com a China.

Mesmo com a reunião de diversas forças políticas e econômicas na vida institucional chinesa, a dominação no país não foi pacífica, pois os nativos organizaram diversos movimentos de resistência à dominação imperialista. Um desses movimentos foi a Revolta Taiping (1851-1864), encabeçada pelos camponeses, que defendiam a distribuição de terras e almejavam um cristianismo sincretizado com as tradições populares chinesas.

Cinco décadas mais tarde, foi a vez da eclosão da Guerra dos Boxers (1900), quando lutadores de artes marciais afrontaram o domínio estrangeiro, atacando missões religiosas e diplomáticas. A força dos nativos foi tanta que houve a necessidade da criação de uma força formada por ingleses, franceses, alemães, russos, japoneses e estadunidenses para acabar com a revolta.

Japão

Até meados do século XIX, o Japão vivia um regime comparável ao semifeudal, denominado xogunato. Apesar da existência de um imperador, o Micado, este não governava de fato; era a nobreza, camada mais privilegiada da sociedade, quem escolhia um dos seus iguais, muitas vezes por meio de guerras, para governar de acordo com os seus interesses. O regime do xogunato se caracterizava por isolar o Japão do mundo ocidental, e a singular cultura japonesa e a distância geográfica da ilha em relação à Europa acabavam favorecendo tal situação.

Em 1854, uma esquadra enviada pelos Estados Unidos ao Japão, forçou os japoneses a abrirem seus portos aos produtos estadunidenses, e, posteriormente aos europeus, dando início à dominação imperialista no país.

Buscando reagir ao processo de dominação, ainda no século XIX, parte da população japonesa promoveu uma guerra civil que derrubou o xogunato. Em 1868, após o fim das batalhas, o poder foi centralizado nas mãos do imperador Mutsuhito, que passou a adotar um conjunto de medidas modernizantes, que caracterizaram a chamada Era Meiji.

Entre essas medidas, pode-se ressaltar o investimento em educação, afinal, o governo japonês passou a bancar o estudo de alguns jovens no exterior, no intuito de que estes voltassem para aplicar no Japão estratégias semelhantes às adotadas pelas maiores potências da época. Houve também a modernização dos meios de transporte, com a aplicação de recursos para a construção de ferrovias e, principalmente, para melhorias no transporte marítimo. Pode-se mencionar ainda a ampliação e a modernização do Exército japonês, que, equipado com armamentos de origem ocidental, pôde fazer frente a diversos povos no continente asiático e, assim, levar adiante o projeto expansionista japonês.

Entretanto, o Japão só conseguiu promover esse conjunto de mudanças com o auxílio de outras nações imperialistas, com destaque para os Estados Unidos, que pretendiam barrar o expansionismo russo no Oriente. Dessa forma, em 1904, a Rússia e o Japão travaram a Guerra Russo-Japonesa, que terminou com a derrota dos russos e com a ampliação da crise que levou à queda do regime czarista.

Em pouco tempo, o Japão se transformou em uma potência imperialista, realizando ações intervencionistas na China, reivindicando a região da Manchúria, rica em minério de ferro. Tal disputa acabou levando à Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), da qual o Japão saiu vitorioso. Com a derrota, a China foi obrigada a entregar a Ilha de Formosa (atual Taiwan) aos japoneses, além de aceitar a Independência da Coreia, região que foi anexada pelo Japão em 1910.



A charge representa a política expansionista do Japão, que acabou por anexar a Coreia ao seu Império.

Diante dos benefícios gerados pela Era Meiji e das conquistas oriundas do imperialismo, o Japão acabou materializando seu desenvolvimento nos *Zaibatus*, grandes conglomerados industriais que passaram a caracterizar a economia japonesa no início do século XX. O crescimento foi tanto que, na década de 1930, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o Japão invadiu a China. Além disso, várias ilhas do Sudeste Asiático foram postas sob o domínio nipônico, o que acabou contrariando os Estados Unidos, contra quem os japoneses lutaram durante a Segunda Guerra.

IMPERIALISMO NA AMÉRICA

A América também sofreu uma dominação imperialista, sendo os Estados Unidos a principal potência a exercer influência no continente. Desde a sua Independência, no século XVIII, os Estados Unidos realizavam ações imperialistas, como a expansão do seu território. No processo da Marcha para o Oeste, os estadunidenses suprimiram os interesses dos indígenas e dos mexicanos em nome dos seus.

Além disso, concomitantemente à expansão territorial, os estadunidenses elaboraram a doutrina do **Destino Manifesto**, um conjunto de ideias segundo as quais eles seriam um povo escolhido por Deus para levar a civilização à toda a América. Dessa forma, tal doutrina – uma adaptação da missão civilizadora utilizada pelos europeus na África e na Ásia – acabou servindo como a base ideológica responsável por justificar as ações impositivas por parte dos Estados Unidos no continente americano.

Para alguns autores, o marco inicial do imperialismo estadunidense foi a Doutrina Monroe (1823), que pretendia impedir a interferência europeia e garantir a América como área de influência para si. Baseados em tal doutrina, os estadunidenses foram os primeiros a reconhecer a Independência do Brasil e de outros países da América Latina, assim que estes se declararam independentes em relação às suas antigas metrópoles, na primeira metade do século XIX.

Quase um século mais tarde, Theodore Roosevelt, eleito pelo Partido Republicano como presidente dos Estados

Unidos em 1901, foi empossado na Presidência daquele país, assumindo deliberadamente a postura imperialista dos Estados Unidos da América. A chamada política do *Big Stick* (grande porrete, em português), iniciada por Roosevelt, acabou fazendo parte de um conjunto de medidas denominado Corolário Roosevelt, que serviu de base para as várias intervenções que os estadunidenses realizaram ao longo de boa parte do século XX, ou seja, mesmo após o final do mandato de Roosevelt.



DALRYMPLE, Louis. *O policial do mundo*. 1905. Divisão de Impressos e Fotografias da Biblioteca do Congresso Washington.

Com seu porrete na mão, Theodore Roosevelt é representado como "gendarme (policial) do mundo" em caricatura do começo do século XX.

Um grande exemplo do imperialismo estadunidense ocorreu em Cuba, um dos últimos países da América Espanhola a se livrar do domínio colonial. Até última década do século XIX essa ilha – onde os Estados Unidos possuíam grandes investimentos econômicos ligados à produção de açúcar, aos cassinos e ao plantio de tabaco – ainda estava sob o domínio espanhol. Em 1898, quando o navio estadunidense *Maine*, que se encontrava ancorado em Havana, foi queimado e afundado, os Estados Unidos afirmaram que a Espanha foi responsável pelo atentado, o que levou à eclosão da Guerra Hispano-Americana (1898).

Como a Espanha se encontrava em franca decadência à época, os estadunidenses não enfrentaram muitas dificuldades para derrotá-la. Assim, pelo Tratado de Paris (1898), além da independência de Cuba, os espanhóis foram obrigados a reconhecer o domínio dos Estados Unidos sobre Filipinas e Porto Rico, o qual até hoje sofre influência do governo dos Estados Unidos.

Em 1902, foi aprovada, pelo Senado dos Estados Unidos, a Emenda Platt, incorporada à Constituição cubana, que dava ao governo dos EUA o direito de intervir militarmente em Cuba, em caso de desordem interna. A Emenda também reservava às empresas estadunidenses a prioridade na exploração dos recursos naturais cubanos e concedia aos Estados Unidos o direito de construir a base militar de Guantánamo, que atualmente funciona como uma prisão estadunidense.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (UFTM-MG) Assinale a alternativa que apresenta fatores que explicam as práticas imperialistas, a partir da segunda metade do século XIX, pelas potências capitalistas.

- A) Buscava-se controlar as regiões fornecedoras de mão de obra escrava e ampliava-se a exploração de regiões mais afastadas com o objetivo de descobrir novas fontes energéticas e comprar metais preciosos.
- B) Precisava-se de mão de obra da África e da Ásia para trabalhar como colonos na zona rural das potências europeias e realizar investimentos em áreas de urbanização, como transporte, saneamento e ferrovias.
- C) Diante da existência de capitais excedentes na Europa, procuravam-se novos mercados consumidores, buscava-se controlar regiões produtoras de matérias-primas e direcionar para as áreas coloniais excedentes populacionais europeus.
- D) Em função de um crescimento econômico sem precedentes na Europa, os capitais excedentes precisavam ser aplicados em áreas que necessitavam de investimentos humanitários, daí a escolha da África e da Ásia.
- E) A Europa necessitava com urgência de metais preciosos, abundantes na África, e conflitos religiosos obrigaram os governos da França e da Inglaterra a mandarem para a Ásia parte dos religiosos mais radicais.

02. (UFPA) Em 1909, o orientalista americano Duncan Macdonald, estudioso do mundo muçulmano, fez a seguinte afirmação:

Os árabes não se mostram especialmente fáceis na crença, mas teimosos, materialistas, questionadores, desconfiados, zombando de suas próprias superstições e usos, gostando de testes do sobrenatural – e tudo isso de um modo curiosamente irrefletido, quase infantil.

MACDONALD, Duncan. *A vida e atitude religiosas no Islã*, 1909.

A imagem dos árabes construída por Macdonald, no início do século XX, em pleno período do Imperialismo, demonstra claramente a concepção que os ocidentais desenvolveram sobre as populações asiáticas e africanas que estavam sendo conquistadas e submetidas ao domínio imperialista das potências ocidentais. A alternativa que retrata essa concepção é:

- A) Os povos asiáticos e africanos ainda estavam na infância do processo civilizatório, mas poderiam chegar, por si mesmos, à fase adulta, bastando apenas aceitar o domínio Ocidental.
- B) A Ásia e a África eram reconhecidas pelos europeus como os continentes onde nasceu a civilização e, por isso, com fortes laços com a Europa, que herdou os elementos civilizatórios que caracterizam a cultura oriental.
- C) As populações asiáticas e africanas eram vistas pelos europeus como inferiores, bárbaras, supersticiosas e, por isso, incapazes de dirigir seus próprios destinos, o que exigia a intervenção civilizadora dos europeus.

- D) Para os europeus, a conquista da Ásia e da África revestia-se de um caráter meritório, já que representaria a confirmação da tese do arianismo, ou seja, da supremacia da raça branca. Caberia, assim, aos europeus o dever de civilizar os outros povos.
- E) O mundo muçulmano, criado pela expansão árabe, por meio da "Guerra Santa", seria, na visão dos europeus, o principal aliado do Mundo Cristão Ocidental na eliminação de seitas heréticas, que infestavam o Oriente.

03. (PUC Rio) [...] Nós conquistamos a África pelas armas [...] temos direito de nos glorificarmos, pois após ter destruído a pirataria no Mediterrâneo, cuja existência no século XIX é uma vergonha para a Europa inteira, agora temos outra missão não menos meritória, de fazer penetrar a civilização num continente que ficou para trás [...]

DA INFLUÊNCIA civilizadora das ciências aplicadas às artes e às indústrias. *Revue Scientifique*, 1889.

A partir da citação anterior e de seus conhecimentos acerca do tema, examine as afirmativas a seguir.

- I. A ideia de levar a civilização aos povos considerados bárbaros estava presente no discurso dos que defendiam a política imperialista.
- II. Aquela não era a primeira vez que o continente africano era alvo dos interesses europeus.
- III. Uma das preocupações dos países, como a França, que participavam da expansão imperialista, era justificar a ocupação dos territórios apresentando os melhoramentos materiais que beneficiariam as populações nativas.
- IV. Para os editores da *Revue Scientifique* (Revista Científica), civilizar consistia em retirar o continente africano da condição de atraso em relação à Europa.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente a afirmativa IV está correta.
- B) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

04. (UERJ) A palavra "imperialismo", no sentido moderno, desenvolveu-se primordialmente na língua inglesa, sobretudo depois de 1870. Seu significado sempre foi objeto de discussão, à medida que se propunham diferentes justificativas para formas de comércio e de governo organizados. Havia, por exemplo, uma campanha política sistemática para equiparar imperialismo e "missão civilizatória".

WILLIAMS, Raymond. *Um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007 (Adaptação).

No final do século XIX, os europeus defendiam seus interesses imperialistas nas regiões africanas e asiáticas, justificando-os como missão civilizatória. Uma das ações empreendidas pelos europeus como missão civilizatória nessas regiões foi

- A) aplicação do livre-comércio.
- B) qualificação da mão de obra.
- C) padronização da estrutura produtiva.
- D) modernização dos sistemas de circulação.

- 05.** (UFU-MG) A ideia de modernidade foi marcante no mundo na virada do século XIX para o XX, atingindo espaços públicos e privados, nações e indivíduos. A esse respeito, assinale a alternativa incorreta.
- A) A crença no poder do homem e da ciência sobre a natureza, a concepção de superioridade racial e o nacionalismo sustentaram as políticas imperialistas, nas quais o darwinismo social pregava que, assim como na natureza, os mais fortes conseguem suplantar os mais fracos.
 - B) A ideia de modernidade envolvia o espetacular, o movimento, a transformação, a velocidade, o culto ao belo, atingindo o mundo das diversões com a invenção do cinema, o ambiente doméstico, as fábricas e as artes, tal como expressavam os artistas do movimento futurista.
 - C) Ao clima de modernidade associava-se uma onda crescente de nacionalismo, a exemplo da Alemanha, unificada, industrializada, fortalecida militarmente e disposta a expandir seu território com o apoio de movimentos que pregavam a superioridade da raça germânica.
 - D) O Japão, com a Restauração Meiji, e os Estados Unidos, tardiamente industrializados, eram nações que se mantinham isoladas dos progressos tecnológicos do mundo ocidental, o que se refletia, nesses países, respectivamente, na manutenção de tradições feudais e na frágil penetração das novidades trazidas pelo cinema.

Analisando o mapa, pode-se afirmar que

- A) em 1895, França, Grã-Bretanha, Portugal, Espanha, Alemanha e Itália fizeram um acordo de divisão da totalidade do continente africano.
- B) os impérios coloniais, a partir da Conferência de Berlim, dominaram a África para instalar indústrias, visto que era algo inexistente na Europa.
- C) os países envolvidos nesse processo necessitavam de mercados exteriores, matérias-primas agrícolas e minerais para compensar o declínio da industrialização na Europa.
- D) a repartição da África foi um projeto civilizador europeu, que, para ser estabelecido, exigiu a destruição social das oligarquias locais.
- E) o imperialismo apoiou-se também nas rivalidades nacionalistas britânica, francesa e alemã, que originaram novos espaços linguísticos na África.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (Unesp) O imperialismo colonial europeu do final do século XIX e início do século XX mudou a geopolítica do continente africano, fragmentando-o em fronteiras representadas pelo aparecimento de novos espaços linguísticos e novas dinâmicas espaciais e econômicas.



- 02.** (CMMG) Leia a seguir um trecho da ata da Conferência de Berlim de 1885.

Capítulo 1. – Declaração referente à liberdade de comércio na Bacia do Congo, suas embocaduras e regiões circunvizinhas, e disposições conexas.

Artigo 1. O comércio de todas as nações gozará de completa liberdade [...]

Artigo 5. Qualquer potência que exerça ou venha a exercer direitos de soberania nos territórios acima indicados não poderá conceder nem monopólio nem privilégio de nenhuma espécie em matéria comercial. Os estrangeiros gozarão indistintamente, quanto à proteção de suas pessoas e de seus bens, da aquisição e da transmissão de suas propriedades mobiliárias e imobiliárias, e quanto ao exercício das profissões, do mesmo tratamento e dos mesmos direitos que os nacionais.

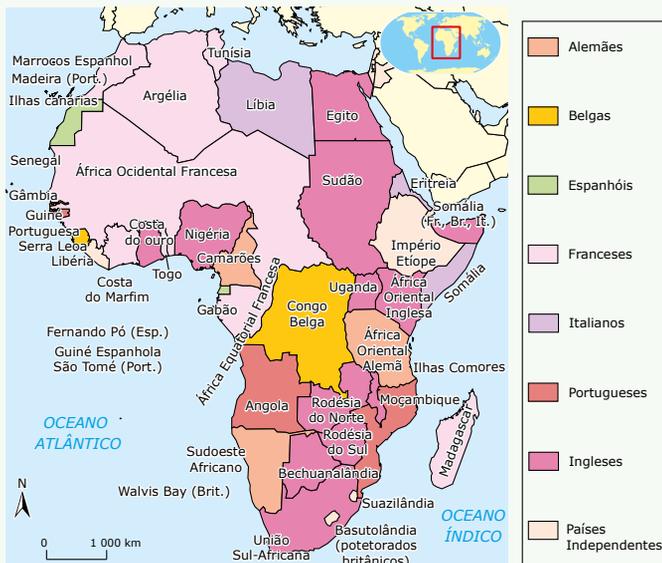
Disponível em: <<http://newton-miranda.blogspot.com/2008/09/ata-daconferencia-de-berlim-1885.html>>.

Acesso em: 25 set. 2009.

O trecho citado contraria uma versão corrente de que os territórios africanos foram divididos entre os signatários da Conferência com fronteiras já pré-definidas pelos interesses em questão.

A partir de seus conhecimentos históricos e da atenta observação do trecho anterior citado da ata, assinale a alternativa correta.

- A) O mais importante objeto de interesse europeu na África era a região congoleza, em função de sua importância estratégica na área setentrional do continente.
- B) A garantia da liberdade comercial europeia sobre o território africano somente respeitaria os interesses das grandes corporações já instaladas no continente.
- C) A criação de monopólios estaria proibida, evitando, assim, que as áreas ocupadas sofressem restrições ao comércio interno das nações africanas.
- D) A ocupação da África dependeu mais das condições de intervenção de cada país europeu, considerando-se as diversas reações das populações locais, do que de uma prévia delimitação territorial.



03. (UEFS–2016) Leia os textos a seguir:



I. O imperialismo contemporâneo pode ser também denominado como neocolonialismo, por possuir muitas semelhanças com o regime vigorado entre os séculos XV e XIX, o colonialismo. Imperialismo é a política de expansão e domínio territorial ou cultural e econômico de uma nação sobre outra, e ocorreu na época da Segunda Revolução Industrial.

O IMPERIALISMO. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/imperialismo/>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

II. Esta terceira fase do imperialismo moderno é marcada pela hegemonia do capital financeiro internacional, que é a força motriz por trás do fenômeno da globalização, e na prossecução das políticas neoliberais, no lugar das políticas keynesianas de gestão da procura nos países avançados e de “planejamento” ao estilo Nehru (ou aquilo que alguns economistas do desenvolvimento chamam de políticas dirigistas) no terceiro mundo.

ESTA TERCEIRA fase do imperialismo moderno...

Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr12_3_prabhatpatnaik.html>. Acesso em: 28 fev. 2016.

A comparação entre os dois textos permite concluir que o que caracteriza o imperialismo no século XXI é a

- hegemonia racial de uma nação industrial sobre outra de igual característica.
- manutenção das características do mercantilismo, vigentes no antigo sistema colonial.
- aplicação de políticas monopolistas de controle de mercado por parte das nações capitalistas.
- exploração oficializada de fontes de energia de caráter vegetal, como a madeira e o carvão vegetal.
- dominação do capital financeiro internacional no contexto da globalização.

04. (Unicamp-SP) No século XIX, surgiu um novo modo de explicar as diferenças entre os povos: o racismo. No entanto, os argumentos raciais encontravam muitas dificuldades: se os arianos originaram tanto os povos da Índia quanto os da Europa, o que poderia justificar o domínio dos ingleses sobre a Índia, ou a sua superioridade em relação aos indianos? A única resposta possível parecia ser a miscigenação. Em algum momento de sua história, os arianos da Índia teriam se enfraquecido ao se misturarem às raças aborígenes consideradas inferiores. Mas ninguém podia explicar realmente por que essa ideia não foi aplicada nos dois sentidos, ou seja, por que os arianos da Índia não aperfeiçoaram aquelas raças em vez de se enfraquecerem.

PAGDEN, Anthony. *Povos e Impérios*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 188-194 (Adaptação).

- Segundo o texto, quais as incoerências presentes no pensamento racista do século XIX?
- O que foi o imperialismo?

05. (FUVEST-SP) A História Contemporânea, no programa de História da FUVEST, contém um item que diz: “A Europa em competição (1871-1914): imperialismo, neocolonialismo e *Belle Époque*”. Indique

- em que consistia essa competição e por que era imperialista.
- o significado da expressão “*Belle Époque*”.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem) A conquista pelos ingleses de grandes áreas da Índia deu o impulso inicial à produção e venda organizada de ópio. A Companhia das Índias Orientais obteve o monopólio da compra do ópio indiano e depois vendeu licenças para mercadores selecionados, conhecidos como “mercadores nativos”. Depois de vender ópio na China, esses mercadores depositavam a prata que recebiam por ele com agentes da companhia em Cantão, em troca de cartas de crédito; a companhia, por sua vez, usava a prata para comprar chá, porcelana e outros artigos que seriam vendidos na Inglaterra.

SPENCE, J. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996 (Adaptação).

A análise das trocas comerciais citadas permite interpretar as relações de poder que foram estabelecidas. A partir desse pressuposto, o processo sócio-histórico identificado no texto é

- a expansão político-econômica de países do Oriente, iniciada nas últimas décadas do século XX.
- a consolidação do cenário político entreguerras, na primeira metade do século XX.
- o colonialismo europeu, que marcou a expansão europeia no século XV.
- o imperialismo, cujo ápice ocorreu na segunda metade do século XIX.
- as libertações nacionais, ocorridas na segunda metade do século XX.

02. (Enem) Um professor apresentou os mapas a seguir numa aula sobre as implicações da formação das fronteiras no continente africano. Com base na aula e na observação dos mapas, os alunos fizeram três afirmativas:

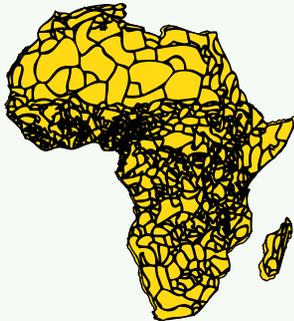
- A brutal diferença entre as fronteiras políticas e as fronteiras étnicas no continente africano aponta para a artificialidade em uma divisão com objetivo de atender apenas aos interesses da maior potência capitalista na época da descolonização.
- As fronteiras políticas jogaram a África em uma situação de constante tensão ao desprezar a diversidade étnica e cultural, acirrando conflitos entre tribos rivais.
- As fronteiras artificiais criadas no contexto do colonialismo, após os processos de Independência, fizeram da África um continente marcado por guerras civis, golpes de Estado e conflitos étnicos e religiosos.

As fronteiras étnicas e políticas da África

Divisão política



Divisão étnica



ATUALIDADES / VESTIBULAR 2005, 1º sem, Abril, p. 68.

É verdadeiro apenas o que se afirma em

- A) I. C) III. E) II e III.
B) II. D) I e II.

- 03.** (Enem–2015) Colonizar, afirmava, em 1912, um eminente jurista, "é relacionar-se com os países novos para tirar benefícios dos recursos de qualquer natureza desses países, aproveitá-los no interesse nacional, e ao mesmo tempo levar às populações primitivas as vantagens da cultura intelectual, social, científica, moral, artística, literária, comercial e industrial, apanágio das raças superiores. A colonização é, pois, um estabelecimento fundado em país novo por uma raça de civilização avançada, para realizar o duplo fim que acabamos de indicar".

MÉRIGNHAC. Précis de législation et d'économie coloniales apud LINHARES, M. Y. *A luta contra a Metrôpole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

A definição de colonização apresentada no texto tinha a função ideológica de

- A) dissimular a prática da exploração mediante a ideia de civilização.
B) compensar o saque das riquezas mediante a educação formal dos colonos.
C) formar uma identidade colonial mediante a recuperação de sua ancestralidade.
D) reparar o atraso da Colônia mediante a incorporação dos hábitos da Metrôpole.
E) promover a elevação cultural da Colônia mediante a incorporação de tradições metropolitanas.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. C
- 03. E
- 04. D
- 05. D

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. D
- 03. E
- 04.
- A) A crença de que a descendência comum entre ingleses e indianos tornava incoerente a dominação imperialista de justificação racista.
- B) O imperialismo, ou neocolonialismo, foi a dominação realizada por Estados europeus em países dos continentes africano e asiático, com o objetivo de obtenção de matérias-primas e mercados consumidores, bem como de expansão do capital europeu na forma de investimentos.
- 05.
- A) A crescente necessidade de matérias-primas e mercados consumidores, além de outras necessidades, decorrentes dos efeitos da Segunda Revolução Industrial, levou as potências industriais europeias a uma corrida por ocupação de territórios na África e na Ásia configurando-se o neocolonialismo, também definido como imperialismo.
- B) A expressão "*Belle Époque*" ("bela época", em português) refere-se ao período entre o final do século XIX e o início do XX, caracterizado pela supremacia dos valores culturais do mundo europeu ocidental, sobretudo os dos burgueses. Paris era a referência desses valores.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. E
- 03. A



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Brasil Império: Período Regencial

Entre os anos de 1831 a 1840 – que vai da abdicação de D. Pedro I, em 1831, à coroação de D. Pedro II, em 1840 –, o Brasil viveu uma experiência singular e marcante: o recente país começava a ser governado pelos próprios brasileiros. Essa fase da nossa história ficou conhecida como Período Regencial. Os regentes eram eleitos para ocupar o Executivo, tinham mandatos temporários e não exerceram o Poder Moderador. Por esse motivo, alguns historiadores reconhecem a Regência como uma “experiência republicana”.

O novo cenário político criou uma natural divergência nos setores da elite nacional, levando a dois momentos distintos no Período Regencial: o “avanço liberal” e o “regresso conservador”. No primeiro período, que engloba as três primeiras regências (Provisória, Permanente e de Padre Feijó), entre os anos de 1831 a 1837, o Brasil seguiu uma linha liberal, conduzida pelos políticos de oposição ao autoritarismo praticado por D. Pedro I e desejosos de uma maior descentralização do poder em favor das províncias. Porém, a fase liberal se encerra com a Regência de Araújo Lima, em 1837, dando início ao “regresso conservador”, assim classificado devido ao temor, por parte da elite, de ver o Brasil ser fragmentado pelas rebeliões regenciais e ao temor da radicalização das reformas, principalmente aquelas que pudessem ter algum caráter democrático.

O Período Regencial também foi marcado por uma grande instabilidade política. O vazio de poder, devido à ausência de um rei, provocou a eclosão de levantes e guerras separatistas no Sul e no Norte-Nordeste. A falta de uma identidade nacional, que integraria todas as regiões do país, também foi fator importante para o surgimento dessas revoltas. Nesse momento, não havia no Brasil uma identificação nacional; as pessoas ainda não se sentiam parte de uma “nação brasileira”, mas com a região ou província em que viviam.

Avanço liberal

- Regência Trina Provisória (abril a julho de 1831)
- Regência Trina Permanente (1831-1835)
- Regência Una de Padre Feijó (1835-1837)

Regresso conservador

- Regência Una de Araújo Lima (1837-1840)

REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA (ABRIL A JULHO DE 1831)



Após a renúncia de D. Pedro I, o Brasil ficou sem governante. Segundo a Constituição de 1824, na ausência do imperador, o país deveria ser governado por uma regência composta de três pessoas (trina) eleitas pela Assembleia Geral, que, no momento da renúncia, estava em recesso. A situação de vacância do poder foi solucionada por um grupo de políticos residentes na capital, que assumiu por um curto prazo o controle do país. Assim, essa regência ficou conhecida como Regência Trina Provisória e era formada por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Joaquim Carneiro de Campos e Francisco de Lima e Silva. A primeira ação dessa regência foi readmitir o gabinete do Ministério dos Brasileiros, anteriormente demitido por D. Pedro I, além de anistiar os presos políticos que estavam detidos devido à ação do imperador. Após terem sido convocados, os políticos da Assembleia Geral já estavam aptos a escolher a Regência Trina Permanente.

REGÊNCIA TRINA PERMANENTE (1831-1835)



A Regência Trina Permanente era composta do brigadeiro Francisco de Lima e Silva e dos deputados João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho e foi eleita pela Assembleia Geral, convocada para a escolha dos regentes e para estabelecer os rumos políticos da nação. Apesar da presença dos três regentes, o destaque ficou por conta do ministro da Justiça, padre Diogo Antônio Feijó, defensor de um Poder Executivo forte e independente. Sua postura se refletiu nos vários conflitos entre ele e a Assembleia Geral.

A vontade política de padre Feijó era deter um poder centralizado para manter a ordem no país, haja vista a instabilidade política do período. A razão do cenário conturbado do início da regência pode ser explicitada pelas distinções dos projetos defendidos após a abdicação de D. Pedro I, o que estimulava o confronto entre os interesses em jogo.

O exemplo dessa diversidade política foi a substituição do modelo partidário anterior, português e brasileiro, por um modelo regencial caracterizado pela existência de três partidos.



Miguelzinho Dutra / Domínio Público

DUTRA, Miguelzinho. *Padre Diogo Antônio Feijó, regente do Brasil (1835-1837)*. Museu Republicano.

Padre Feijó, símbolo maior do avanço liberal.

Essa diversidade era reflexo de uma composição heterogênea, social e econômica, visto que estavam presentes desde setores exportadores de gêneros agrícolas tropicais a grupos urbanos, como jornalistas, profissionais liberais e funcionários públicos. Projetavam transformações mais concretas para o país, como a implantação de um sistema político mais democrático e liberal. Eram defensores do federalismo e da descentralização administrativa, exemplificada no desejo da abolição do Poder Moderador, do Senado Vitalício e do Conselho de Estado. Alguns dos seus membros mais radicais chegavam a desafiar a autoridade imperial, sugerindo a implantação de uma República e o fim da escravidão.



Organização partidária

- Restauradores ou caramurus:** defensores de uma monarquia forte e centralizada, desejavam o retorno de Pedro I ao Brasil. O sonho dos restauradores foi interrompido em 1834, quando D. Pedro I faleceu. Os membros dessa agremiação originavam-se dos setores burocratas e dos comerciantes portugueses, que acreditavam que um governo conduzido por um líder lusitano se encarregaria de manter os cargos e os privilégios de cada grupo, respectivamente. A origem política dos restauradores é o antigo Partido Português.
- Liberais moderados ou chimangos:** buscavam estabelecer reformas que aproximassem o Império Brasileiro de uma estrutura federalista que viesse garantir uma relativa autonomia das províncias. Como o próprio nome indica, os membros desse partido não estavam dispostos a investir em um projeto de grandes rupturas e transformações da sociedade brasileira. Por isso, desejavam a manutenção do regime monárquico, mas lutavam por uma maior divisão dos poderes e por uma organização política com um maior grau de descentralização. Os principais atuantes desse partido eram originários do antigo Partido Brasileiro, entre os quais se destacavam os proprietários escravocratas do Sudeste, responsáveis pelo abastecimento da Corte carioca, garantindo uma maior influência dessa região na política brasileira.
- Liberais exaltados, farroupilhas ou jurujubas:** partilhavam de vários projetos para o Brasil, variando da redução do poder central até a sua total extinção.

A diversidade de projetos, somada à ausência da autoridade monárquica, foi responsável pela criação de um quadro de instabilidade que dominou as relações políticas e sociais no Brasil. Como o compromisso das Forças Armadas frente aos interesses dos regentes era sempre carregado de dúvida, padre Feijó propôs a criação de uma força militar que pudesse servir de instrumento contra as insurgências políticas e sociais existentes no período. Essa força militar ficou conhecida como **Guarda Nacional**.



Período Regencial: organização partidária

Analise a configuração da política brasileira nos primeiros anos do Império.

Guarda Nacional

Composta de cidadãos de alta renda, a nova tropa, formada em 18 de agosto de 1831, mostrou-se um considerável instrumento repressor. Dando o título honorário de coronel para parte dos fazendeiros, estes assumiam o controle de milícias regionais, representando a força governamental disposta a abafar revoltas. Nota-se que, graças à Guarda Nacional, criou-se o costume de chamar os fazendeiros de “coronéis”. A Guarda Nacional foi responsável por um enfraquecimento do Exército brasileiro, pois aqueles que participassem da nova força seriam dispensados dos compromissos com as tropas nacionais.

Essa Guarda cumpriu um importante papel controlador e, ao mesmo tempo, indicador do excessivo poder das elites nacionais e da tendência de descentralização da época. Pode-se dizer que a criação da Guarda Nacional e sua prática cotidiana simbolizaram a transferência da função policial do Estado para os detentores do poder local, ou seja, a migração da função pública de repressão para setores privados. Sua extinção só ocorreu na Primeira República, em 1918.

Código do Processo Criminal

Durante a Regência Trina Permanente, foram realizadas algumas mudanças no Código Criminal do país. Até a Independência, nossa legislação penal era orientada pelas ordens portuguesas, visto que a colônia submetia-se às determinações metropolitanas. Porém, após a Constituição de 1824, foi elaborado pelo político Bernardo Pereira de Vasconcelos o Código Criminal (1830), modificado em 1832 pelo governo regencial. Conhecida como Código de Processo Criminal, a nova legislação apresentava como novidade a ampliação de poder dos juizes de paz, eleitos nas localidades para o exercício do papel policial e judiciário. Essa medida reforçou o poder dos coronéis, que exerciam grande influência sobre os juizes de paz. O novo código também determinou a criação de um júri, que seria responsável por julgar crimes, e do habeas corpus, instrumento jurídico que impede prisões arbitrárias.

Apesar dessa legislação descentralizadora, o ministro Feijó exigiu que a Assembleia ampliasse seu poder, ameaçando os deputados por meio da Guarda Municipal, que cercou a câmara. Porém, ele viu seu plano fracassar, pois, mesmo sob ameaça, os deputados não estavam dispostos a conceder ao regente o poder absoluto. O insucesso do golpe levou Feijó a renunciar ao cargo de ministro da Justiça.

A nova situação política gerada pela saída de Feijó possibilitou um consenso entre moderados e exaltados quanto à necessidade de se empreender uma reforma liberal que ampliasse a autonomia das províncias e garantisse uma experiência próxima do ideal republicano. Sendo assim, foram instauradas algumas mudanças na Constituição de 1824, que foram classificadas como Ato Adicional de 1834.

Ato Adicional de 1834

O projeto descentralizador seria a direção política a ser seguida pela nova Lei. Como o maior símbolo do poder central era o Poder Moderador, este foi suspenso durante o regime regencial, junto com o Conselho de Estado, principal instrumento consultivo do monarca. Visando a fortalecer o poder local, o Ato Adicional criou as Assembleias Legislativas Provinciais, que poderiam nomear funcionários e legislar quanto à questão tributária, rompendo com o controle econômico exercido pelo governo imperial. Quanto ao formato político, optou-se pela criação da Regência Una. Apesar de o comando regencial ser exercido por uma só pessoa, a medida apresentou um ato descentralizador, visto que o regente seria escolhido por um pleito que incluía os eleitores provinciais.

Outra visão...

Existe um consenso acerca do papel descentralizador do Ato Adicional. Porém, esse não representou uma total ruptura com a antiga ordem. Comprova essa teoria o fato de que o Senado Vitalício não foi extinto, os governadores provinciais ainda eram escolhidos pelo governo central e o Poder Moderador foi suspenso, mas não suprimido. Além disso, o Ato Adicional criou o município neutro do Rio de Janeiro, impedindo a influência provincial fluminense nas determinações do governo central, sediado na capital do Império.

O Ato Adicional atendeu aos interesses de exaltados e moderados por meio da criação de um clima de maior pacificação política, mediante a liberalização da vida política brasileira. Porém, após a instauração da Regência Una, iniciou-se um conjunto de revoltas regionais que levaria a elite brasileira a afastar-se da postura liberal para voltar a impor medidas conservadoras, evitando, assim, os distúrbios locais e a ampliação das reformas democráticas, tão desagradáveis para a elite. No ano de 1835, padre Feijó retornou à política brasileira, eleito para chefiar a primeira Regência Una.

REGÊNCIA UNA DE PADRE FEIJÓ (1835-1837)



Apesar das concessões liberais e da maior autonomia política das províncias, o Brasil continuou vivendo um período de instabilidade. Politicamente, ocorreu uma reordenação entre os partidos. Substituindo os três grupos partidários existentes, o poder político brasileiro passou a ser disputado majoritariamente por duas facções políticas: os **progressistas** e os **regressistas**.

O grupo dos progressistas foi formado pelos antigos membros dos Partidos Exaltado e Moderado. Eram defensores do padre Feijó e lutavam pela manutenção da autonomia das províncias. Já o Partido Regressista reuniu políticos do Partido Moderado e do Restaurador – que desapareceu após 1834, com a morte de D. Pedro I, em Portugal, o que inviabilizava seu objetivo político. O Partido Regressista, representante da emergente oligarquia cafeeira que se formava devido à expansão do café, defendia uma maior centralização do poder e o fim das revoltas provinciais que começavam a tomar conta do país.

Feijó enfrentou grande oposição ao Congresso, que acusava o regente de não empregar forças o suficiente para acabar com as revoltas regenciais, ao mesmo tempo em que este entrava em conflito com a Igreja Católica ao defender o fim do celibato clerical. Após pouco mais de dois anos, devido a um enorme desgaste na condução do governo, Feijó renunciou, dando fim à fase conhecida como “maré liberal” e permitindo a ascensão do grupo regressista, representado por Araújo Lima.

REGÊNCIA UNA DE ARAÚJO LIMA (1837-1840)

Araújo Lima, membro do grupo regressista, assumiu interinamente em 1837, mas foi posteriormente eleito, em 1838. Era o início do chamado “regresso conservador”, período em que a elite buscou frear as transformações do Brasil visando à manutenção da ordem aristocrática.

Formando um novo gabinete, composto majoritariamente de regressistas, Araújo Lima criava o “Ministério das Capacidades”, que contou com um antigo representante dos moderados, Bernardo Pereira de Vasconcelos, conhecido por sua liderança liberal. A mudança política de Vasconcelos pode ser facilmente compreendida pelo contexto da época. Como assinalado anteriormente, havia um temor da elite quanto a uma possível radicalização das reformas, levando a maior parte do corpo político nacional a apoiar um projeto regressista. Nas próprias palavras de Bernardo Pereira de Vasconcelos:

Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam, e muito comprometeram a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; por isso sou regressista.

VASCONCELOS, Bernardo de. *Manifesto político e exposição de princípios*. Brasília: Senado Federal, 1978. [Fragmento]

Assim, como liberal, Vasconcelos havia combatido o centralismo de D. Pedro I, mas passou a temer que sua luta por descentralização estivesse levando o Brasil a uma reestruturação sociopolítica, desinteressante para a elite. A postura de Bernardo Pereira revela a indisposição dos liberais em apostar em um caminho que ameaçasse os mecanismos de exercício do poder do tradicional corpo aristocrático do país.

Durante o governo regressista de Araújo Lima, houve uma tentativa de abafar as revoltas regenciais que explodiam no Brasil. Nessa ocasião, os regressistas, que já dominavam o Parlamento, culpavam o Ato Adicional de 1834 por tantas revoltas. Afinal, esse ato visava dar maior liberdade às províncias, permitindo que estas flexibilizassem seus laços com o governo sediado no Rio de Janeiro. Para os regressistas, essa autonomia culminou no desejo emancipatório, presente na Farroupilha e na Cabanagem. Isso explica por que os regressistas classificavam o Ato Adicional de 1834 como “Ato da Anarquia”. Para solucionar tal questão, foi aprovada a **Lei Interpretativa do Ato Adicional** em maio de 1840, responsável pelo fortalecimento do poder central em detrimento das províncias.

Essa lei garantiu ao governo central um controle maior das estruturas judiciária, policial e administrativa e das prerrogativas de nomeação de funcionários obtidas pelas províncias, minimizando o poder das Assembleias Provinciais e seu espaço de ação.

GOLPE DA MAIORIDADE

Apesar da Lei Interpretativa, o Brasil ainda enfrentava as revoltas regionais. Na busca de uma solução que garantisse o interesse dos setores elitistas, foi criado pelos liberais o Clube da Maioridade, que desejava antecipar a ascensão de D. Pedro II e colocar fim nos conflitos existentes. O grupo obteve, com o decorrer dos meses, o apoio dos políticos mais conservadores, também temerosos de uma possível fragmentação do Brasil, como ocorrera na América Hispânica.

O projeto do Clube da Maioridade se confirmou em junho de 1840, quando D. Pedro II foi aclamado imperador do Brasil, em um movimento histórico conhecido como **Golpe da Maioridade**, já que ele assumiu o controle do país com apenas 14 anos de idade, contrariando a Constituição. Encerravam-se as regências, dando início ao mais longo governo da História do Brasil: o Segundo Reinado, período em que o Brasil foi governado por D. Pedro II. O fato de esse golpe ter sido desferido pelos liberais demonstra como a diferença entre os grupos políticos no Brasil era diminuta. Nesse sentido, é importante perceber que liberais e conservadores, na verdade, desejavam resguardar a manutenção da estrutura política, econômica e social do Brasil, tendo a questão escravista, em especial, maior ênfase.



Arnaud Pallière / Domínio Público

PALLIÈRE, Arnaud. 1830. Óleo sobre tela. Museu Imperial.

Representação de D. Pedro II durante sua menoridade no Período Regencial.

Cabe observar que, além das mudanças na esfera política, a Regência de Araújo Lima foi responsável pela criação do Colégio Pedro II, do Arquivo Público Nacional e do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), responsável pela formação dos primeiros compêndios oficiais que construíram a História Brasileira, entre outras realizações.

REBELIÕES REGENCIAIS

Durante o Período Regencial, principalmente nas Regências de padre Feijó e Araújo Lima, o Brasil foi varrido por um conjunto de revoltas que são genericamente classificadas como rebeliões regenciais. Estas apresentavam uma postura regional de resistência às determinações do governo central e, ao mesmo tempo, a luta por autonomia de algumas regiões, que viviam isoladas politicamente e em condições de miséria. As revoltas regenciais marcaram o momento em que o Brasil esteve com sua unidade territorial ameaçada, visto que buscavam a emancipação de algumas regiões. É necessário ressaltar que, no Brasil do período, não era possível se afirmar a existência de uma efetiva identidade nacional, predominando identidades regionais.

As principais revoltas ocorridas no Período Regencial foram:

- Revolta dos Malês (Bahia, 1835)
- Cabanagem (Grão-Pará, 1835-1840)
- Sabinada (Bahia, 1837-1838)
- Balaiada (Maranhão, 1838-1841)
- Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845)

Revoltas Regenciais



Revolta dos Malês (Bahia, 1835)

A Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, em janeiro de 1835, marcou uma das facetas da resistência escrava no Brasil. Desde o Período Colonial, os africanos transportados para a colônia lutaram contra o cativo que o novo continente lhes impunha.

Tal luta se dava por meio dos quilombos, das revoltas locais e das fugas, entre outras formas de resistência. Porém, a revolta ocorrida na Bahia em 1835 apresentou um maior grau de organização. Esse diferencial foi obtido por uma situação especial: alguns dos escravos rebeldes, os chamados malês vieram para o Brasil alfabetizados em árabe e eram seguidores da religião muçulmana, permitindo uma maior identificação e consequente articulação contra as forças políticas e econômicas da sociedade, a ponto de planejarem a tomada de Salvador e do Recôncavo Baiano.

Apesar de uma relativa organização dos rebeldes, o movimento não obteve o sucesso esperado, principalmente por ter sido denunciado por ex-escravos. A repressão do governo foi violenta: cinco escravos condenados à morte e fuzilados em 14 de maio de 1835, além de mais de 400 presos e deportados para a África.

Cabanagem (Grão-Pará, 1835-1840)

A Cabanagem ocorreu no Grão-Pará (província cujo território correspondia aos atuais estados do Amazonas e Pará). Essa região tinha fortes laços com Portugal, só tendo reconhecido a Independência em 1823. Além disso, a província era marcada por um grande desequilíbrio social: uma pequena elite branca e a maioria composta por negros, mestiços e índios e brancos pobres que viviam em situação de miséria. O termo cabanagem é proveniente das habitações típicas das camadas populares que participaram da revolta: casas de palafitas, toscas e simples, cujos moradores recebiam o nome de cabanos.

A revolta originou-se da insatisfação frente ao autoritarismo do governador da província do Grão-Pará, Lobo de Souza. Liderados pelos irmãos Vinagre, por Félix Clemente Malcher e por Eduardo Angelim, os revoltosos conseguiram tomar o governo central do Pará, com a ajuda das camadas mais baixas. Porém, o movimento apresentava divergências internas e ausência de um plano para a região após a tomada do poder. Como reflexo disso, houve uma constante troca de administradores da província durante um ano e quatro meses em que permaneceram no poder. O primeiro a assumir o controle do governo foi Félix Clemente, que, em poucos meses, foi executado pelos próprios rebeldes. Em seguida, assumiu Francisco Vinagre, morto em combate, sendo substituído por Eduardo Angelim, preso pelas forças do governo.

Apesar de ser uma revolta contrária às situações políticas ligadas ao autoritarismo da província e do governo central, os dois primeiros líderes da rebelião se mantiveram fiéis ao Império. Somente o último líder, Eduardo Angelim, ligado aos interesses dos cabanos, conseguiu romper com essa postura, formando uma República no Pará durante os poucos meses em que esteve à frente da administração.

A reação do governo central conseguiu acabar com o movimento na capital, Belém, em maio de 1836. Porém, foram necessários aproximadamente quatro anos para conseguir dissolver a resistência no interior do Grão-Pará, sendo que, durante a rebelião, morreram mais de 40 000 pessoas.

Cabe destacar que essa revolta marcou o primeiro movimento brasileiro em que a população de menor renda conseguiu êxito por certo tempo ao ascender ao poder político de uma província.

Sabinada (Bahia, 1837-1838)

A Bahia era, desde o final do século XVIII, uma região de conflitos políticos que foram retomados durante a instabilidade do Período Regencial. A insatisfação da sociedade baiana originou-se da convocação promovida pelo governo regencial para que a população se alistasse nas forças de combate ao movimento da Farrroupilha no Sul do país. Indispostos a obedecer ao governo, os revoltosos iniciaram um movimento republicano que ficou conhecido como Sabinada, homenagem a um dos líderes do movimento, o médico Francisco Sabino Barroso. Essa insurgência apresentou uma característica distinta, pois a ruptura com o governo do Rio de Janeiro só ocorreria enquanto houvesse o governo regencial, já que os rebeldes manteriam o regime republicano até a aclamação de D. Pedro II. Essa postura indica, com clareza, o respeito que a figura simbólica do imperador exercia sobre o país.

Tomando o poder após uma revolta no dia 7 de novembro de 1837, os rebeldes conseguiram expulsar os representantes do governo central e proclamar a República Bahiense, separada do restante do Brasil. Para obter o apoio de parcela da população negra, os revoltosos prometeram liberdade para os escravos nascidos no Brasil. A República Baiana durou apenas quatro meses, já que as tropas fiéis à Regência cercaram Salvador, prendendo alguns líderes do movimento. Os que sobreviveram à ação repressora do governo foram anistiados por D. Pedro II no ano de 1840.

Balaiada (Maranhão, 1838-1841)

A situação do Maranhão não era diferente da das outras regiões do Brasil. A população vivia em total condição de miséria, sendo mais da metade da população composta de escravos.

Em 1838, um mestiço chamado Raimundo Gomes, apelidado de “Cara Preta”, invadiu a cadeia da Vila de Manga para libertar seu irmão. Seu ato audacioso o fez ficar conhecido na região e obter o apoio de parcela da população marginalizada. Novas investidas contra outras vilas começaram a ocorrer, agora com o objetivo de reivindicar melhorias sociais e econômicas para os excluídos. Raimundo Gomes obteve o apoio de um mestiço, fabricante de balaios, chamado Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, conhecido como Balaio. Foi graças a Manuel Francisco que o movimento passou a se chamar Balaiada. Porém, o apoio mais substancial ficou por conta de Cosme Bento das Chagas, conhecido como Preto Cosme, que liderava um grupo de 3 000 escravos fugidos.

Em agosto de 1839, os rebeldes tomaram a cidade de Caxias e enviaram um representante ao governo de São Luís, com um conjunto de exigências para evitar uma batalha com o governo central. As reivindicações não foram aceitas e o clima de impasse se tornou insustentável. Em 7 de fevereiro do ano seguinte, o coronel Luís Alves de Lima e Silva assumiu a presidência da província com a função de acabar com a revolta. Liderando vários grupos de combate, o coronel conseguiu abafar a Balaiada, que se mostrou desorganizada para reunir mais adeptos e para concretizar os principais projetos do grupo. Com a chegada de D. Pedro II ao trono em 1840, Lima e Silva concedeu anistia aos balaios, obtendo a rendição de 2 500 pessoas. Restavam ainda os líderes, que, resistindo na frente de batalha, acabaram sendo presos e mortos, como aconteceu com Preto Cosme, em setembro de 1842.

Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845)

O mais longo movimento de contestação do poder central ocorreu no sul do Brasil. Apesar de o nome da revolta estar associado aos farrapos dos trabalhadores pobres da região Sul do Brasil, a Guerra dos Farrapos, ou Revolta dos Farrapos, teve a liderança dos grandes fazendeiros e proprietários de gado de corte. A questão econômica por trás dessa luta se explica pelo interesse na redução dos impostos que o governo central impunha sobre a carne-seca, chamada de charque. Havia uma dificuldade na comercialização do produto, já que a concorrência da região platina, que não sofria a carga de impostos do liberal Estado brasileiro, levava a uma fragilização do comércio sulista. Além disso, o fato de argentinos e uruguaios utilizarem mão de obra assalariada proporcionava uma produção de melhor qualidade e em maior quantidade. Além do charque, outros produtos, como o couro e o sebo, enfrentavam o mesmo problema tributário.

Em 1835, data de início da guerra, Bento Gonçalves, filho de um fazendeiro da região, passou a liderar um grupo de revoltosos que conseguiu depor o presidente da província do Rio Grande do Sul e assumir o governo. Acabava de ser fundada a República Rio-Grandense ou República Piratini. A guerra atingiu outras regiões, sendo estabelecida em Santa Catarina a República Juliana, com o apoio da luta armada de Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, futuras lideranças do processo de Unificação italiana na segunda metade do século XIX. Assim, grande parte do Sul do Brasil se declarava independente do restante do Império Brasileiro, chegando a realizar uma Assembleia Constitucional que se inspirou nos princípios da Revolução Francesa e na Constituição estadunidense.

A luta pela reintegração do Sul ao Brasil foi intensa. Com a função de abafar o movimento, o barão de Caxias, que após o conflito recebeu o título de "Pacificador do Império", conseguiu obter sucesso na desarticulação da revolta. Atacando os rebeldes, ao mesmo tempo em que mantinha um canal de negociação, o barão conseguiu, em 1845, assinar um acordo de paz que estabelecia a anistia aos revoltosos (Paz de Ponche Verde). Além disso, eles obtiveram outras conquistas, destacando que:

- O Império pagaria as dívidas do governo republicano.
- Os rio-grandenses indicariam o novo presidente da província.
- Os oficiais republicanos seriam incorporados ao Exército imperial nos mesmos postos, com exceção dos generais.
- Seriam declarados livres todos os escravos que tinham lutado nas tropas republicanas (apesar dessa garantia, muitos dos ex-soldados negros foram levados para o Rio de Janeiro e vendidos como escravos, sem que os republicanos protestassem).
- Continuariam válidos todos os processos em julgamento na Justiça republicana.
- Seriam garantidas a segurança individual e a propriedade.
- Seriam devolvidos à província todos os prisioneiros de guerra.
- Os oficiais e soldados que tivessem aderido à causa rebelde seriam anistiados e reincorporados ao Exército imperial.
- O Império demarcaria definitivamente a fronteira com o Uruguai.

Os acordos de paz também estabeleceram a tributação do charque platino, garantindo uma igualdade comercial. Nota-se que a Farroupilha, pelo seu caráter elitista, teve um maior espaço de diálogo com o Império, sofrendo em menor grau a repressão governamental.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 01.** (PUC Minas) O Período Regencial no Brasil (1830-1840) foi um dos mais agitados da história política do país. Foram questões centrais do debate político que marcaram esse período, exceto
- A) a questão do grau de autonomia das províncias.
 - B) a preocupação com a unidade territorial brasileira.
 - C) os temas da centralização e descentralização do poder.
 - D) o acirramento das discussões sobre o processo abolicionista.
- 02.** (UEPB) Sobre as rebeliões regenciais é correto afirmar:
- A) Foram motivadas devido à existência de apenas um partido político que fortalecia o poder nas mãos do imperador.
 - B) Tinham como lideranças exclusivamente integrantes da elite agrária do império.
 - C) Lutavam fundamentalmente por transformações na estrutura fundiária de base escravista.
 - D) Seus líderes tinham como projeto a centralização do poder e o fim da escravidão.
 - E) O agravamento da situação econômica, as disputas entre diferentes grupos de proprietários pelo poder e a presença de setores populares na cena política foram elementos motivadores destas rebeliões.
- 03.** (UECE) O denominado Golpe da Maioridade, processo concluído em 23 de julho de 1840, pode ser considerado uma vitória do(s)
- A) segmentos populares, que promoveram agitações em várias províncias em prol da entronização do futuro Imperador, comprometido com as demandas destes segmentos.
 - B) Partido Conservador, que tramava secretamente pela votação de uma emenda a favor da maioria, visando ampliar sua área de influência política.
 - C) dois partidos – Liberal e Conservador – pois ambos se uniram em torno da causa da maioria do príncipe herdeiro. Afinal, não havia grandes cisões ideológicas entre os dois grupos.
 - D) Partido Liberal, criador do Clube da Maioridade, que dirigiu uma comissão ao príncipe herdeiro, com o pedido de antecipação de sua maioria, recebendo uma resposta positiva.

04. (ACAFE-SC) Durante o Período Imperial do Brasil (1822-1889), diversas revoltas eclodiram nas províncias brasileiras.

Acerca desse contexto, assinale a alternativa correta.

- A) A Inconfidência Mineira iniciou-se no Período Colonial e perdurou até o início do Período Imperial; foi um movimento tipicamente monarquista e antirrepublicano.
- B) A Confederação do Equador buscava restaurar o domínio português no Brasil e desejava a volta do colonialismo (Pacto Colônia e Metrópole).
- C) A Revolução Farroupilha, iniciada no Rio Grande do Sul, desejava incorporar o território rio-grandense ao Uruguai, separando-se do Brasil.
- D) A Cabanagem ocorreu no Pará e, apesar de tomarem o poder, os “cabanos” tiveram dificuldades para governar e foram violentamente reprimidos pelas tropas do governo.

05. (FGV-SP) A respeito da Revolução Farroupilha (1835-1845), a mais prolongada revolta brasileira no Período Monárquico, é correto afirmar:

- A) Foi motivada por um amplo movimento abolicionista e pela influência das ideias republicanas e democráticas do século XIX.
- B) A República Rio-Grandense, fundada em 1836, estabelecia o voto censitário, preservando o controle social dos latifundiários e grandes comerciantes gaúchos.
- C) Por iniciativa de Giuseppe Garibaldi e Davi Canabarro, líderes da esquerda gaúcha, iniciou-se o primeiro processo de reforma agrária em terras brasileiras.
- D) Reivindicava a antecipação da maioria de Dom Pedro e a adoção de uma monarquia parlamentarista, nos moldes do Estado britânico.
- E) Derrotados pelas forças comandadas pelo Barão de Caxias, os líderes rebeldes foram deportados para a Itália e para países da região do Prata.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UFU-MG) Leia o texto a seguir:

Os malês encontraram na Bahia de 1835 um campo fértil onde semear a rebeldia escrava e tentar mudar a sociedade em favor dos africanos. Fundada na desigualdade etnoracial e social, a Bahia vivia nesse período uma crise econômica e política. As revoltas das classes livres pobres e dos dissidentes liberais de um lado e, de outro, as dos escravos africanos, ameaçavam a hegemonia política dos grandes senhores da Bahia e a própria ordem escravocrata.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 545.

Considerando o texto anterior, assinale a alternativa correta sobre a Revolta de Malês de 1835.

- A) Os malês representavam uma identidade étnica africana que foi recusada pela maioria dos outros grupos de escravos, que vinham de regiões diferentes da África.
- B) Os malês estavam em uma camada intermediária entre as classes livres pobres e os escravos, pois estavam em uma situação social superior à dos escravos.
- C) As classes livres e pobres uniram-se aos grandes proprietários de terra na Bahia para derrotar os malês em sua revolta, pois ambos os grupos queriam preservar a supremacia branca sobre os escravos.
- D) A Revolta de Malês representou uma resistência importante às estruturas sociais vigentes no Brasil, sobretudo à ordem social ligada à escravidão africana.

02. (ESPM-SP) No século XIX, quando o Brasil era um império, ocorreu a aprovação de medida que continha algumas significativas decisões, tais como:

Art. 1º – Câmaras dos Distritos e Assembleias substituirão os Conselhos Gerais, sendo estabelecido em todas as províncias com o título de Assembleias Legislativas Provinciais.

Art. 26º – Se o Imperador não tiver parente algum, que reúna as qualidades exigidas, será o Império governado, durante a sua menoridade, por um regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro anos.

Art. 32º – Fica suprimido o Conselho de Estado.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado Imperial Brasileiro*.

Os artigos devem ser relacionados com:

- A) Constituição de 1891
- B) Código do Processo Criminal
- C) Projeto da Mandioca
- D) Código do Processo Civil
- E) Ato Adicional de 1834



03. (IFBA-2016) Durante o Período Regencial – 1831-1840 – o Brasil foi palco de diferentes tipos de rebeliões como a Farroupilha, a Cabanagem, a Balaiada, entre outras. Embora apresentem particularidades, esses movimentos apontam para pontos comuns como

- A) o questionamento da unidade territorial, apresentando projetos separatistas e republicanos.
- B) a proposta de antecipar a maioria de D. Pedro, como forma de garantir um governo de base nacional.
- C) o estabelecimento temporário de um novo regime político, capaz de unir o país até a posse de D. Pedro II.

- D) a extinção imediata do sistema de escravidão e o estabelecimento do trabalho assalariado em todos os setores econômicos.
- E) a luta contra a grande propriedade e pela reforma agrária que permitisse uma reestruturação agrária no país.

04. (PUC-Campinas-SP-2016) O universo ficcional de Machado de Assis é povoado pelos tipos sociais que se mesclavam na sociedade fluminense do século XIX: proprietários, rentistas, comerciantes, homens pobres mas livres e escravos. Cruzam seus interesses e medem-se em seus poderes ou em sua falta de poder. É essa a configuração das personagens das obras-primas *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*. A tragédia do negro escravizado está exposta em contos violentos, e o capricho dos senhores proprietários dá o tom a narradores como Brás Cubas e Bento Santiago, o Bentinho, que contam suas histórias de modo a apresentar com ar de naturalidade a prática das violências pessoais ou sociais mais profundas.

TÁVOLA, Bernardim da. Inédito.

Violências sociais abundaram no período regencial, momento em que eclodiram rebeliões populares que foram duramente reprimidas, caso da

- A) Guerra de Canudos, que implicou a resistência armada, na Bahia, de milhares de famílias em torno do líder religioso Antonio Conselheiro, resultando em grande massacre.
- B) Farroupilha, conflito iniciado no Rio Grande do Sul, que durou cerca de dez anos e foi motivado pela revolta contra a política de impostos vigente e por anseios separatistas de parte da elite.
- C) Sabinada, originada no Maranhão, em regiões paupérrimas de cultivo de algodão e protagonizada por trabalhadores livres e escravos, que contaram com apoio de parte da elite local.
- D) Guerra dos Palmares, conflito desencadeado pela repressão aos quilombolas liderados por Zumbi dos Palmares, com apoio de pequenos agricultores da região de Alagoas.
- E) Revolta da Chibata, que mobilizou um grande contingente de escravos revoltados contra os maus tratos e a prática das chicotadas em praça pública, na cidade do Rio de Janeiro.

05. (Unesp-2015) A escravatura, que realmente tantos males acarreta para a civilização e para a moral, criou no espírito dos brasileiros este caráter de independência e soberania, que o observador descobre no homem livre, seja qual for o seu estado, profissão ou fortuna. Quando ele percebe desprezo, ou ultraje da parte de um rico ou poderoso, desenvolve-se imediatamente o sentimento de igualdade; e se ele não profere, concebe ao menos, no momento, este grande argumento: não sou escravo.



Eis aqui no nosso modo de pensar, a primeira causa da tranquilidade de que goza o Brasil: o sentimento de igualdade profundamente arraigado no coração dos brasileiros.

FEIJÓ, Padre Diogo Antônio apud DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*, 2005.

O texto, publicado em 1834 pelo Padre Diogo Antônio Feijó,

- A) parece rejeitar a escravidão, mas identifica efeitos positivos que ela teria provocado entre os brasileiros.
- B) caracteriza a escravidão como uma vergonha para todos os brasileiros e defende a completa igualdade entre brancos e negros.
- C) defende a escravidão, pois a considera essencial para a manutenção da estrutura fundiária.
- D) revela as ambiguidades do pensamento conservador brasileiro, pois critica a escravidão, mas enfatiza a importância comercial do tráfico escravagista.
- E) repudia a escravidão e argumenta que sua manutenção demonstra o desrespeito brasileiro aos princípios da igualdade e da fraternidade.

06. (IFSC-SC) No ano de 1835, ocorreu em Salvador, Bahia, a Revolta dos Malês. Mas quem são os malês? O vocábulo "male" deriva da palavra da língua ioruba "imale". Eram considerados malês os negros muçumanos que resistiram e reagiram à imposição do catolicismo, mantendo sua crença e cultura. Bastante instruídos, por vezes, até mais do que seus senhores, os malês organizaram inúmeros levantes, o mais conhecido é a Revolta dos Malês.

ARAÚJO, Felipe. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/periodo-regencial/revolta-dos-males/>>. Acesso em: 13 out. 2013.

Assinale a alternativa correta.

- A) Vários africanos trazidos para o Brasil não aceitavam as imposições em sua nova moradia, como, por exemplo, a proibição da religião islâmica trazida por alguns dos escravos.
- B) A Revolta dos Malês, ocorrida no período colonial, buscava a oficialização da religião muçulmana para todo o território brasileiro, além da abolição da escravatura.
- C) Malês eram considerados os negros revoltosos, que misturavam a religião católica e a muçulmana, para conseguirem maior influência na política baiana no Segundo Reinado.
- D) D. Pedro II teve como política de seu reinado perseguir todos os negros que não seguiam a religião católica. Dentre as tentativas de manter religiões afro-brasileiras neste reinado, ocorreu a Revolta dos Malês.
- E) O principal motivo de não terem conseguido sucesso na Revolta dos Malês foi a falta de instrução dos líderes e a dificuldade de comunicação entre as diferentes religiões africanas.

07. (ESPM-SP-2016) A antinomia centralização-descentralização foi um dos principais temas presentes nos debates parlamentares. Para alguns a proposta de descentralização era a única capaz de salvar o país da desagregação. Acreditavam que, com a concessão de maior liberdade de ação, as províncias continuariam ligadas ao império. Para outros, era justamente essa maior autonomia que poderia levar a ruptura definitiva. Apesar da oposição dos dois argumentos, o objetivo de ambos os grupos era o mesmo: preservar a unidade nacional. [...] Em 12 de maio de 1840, depois de prolongados debates parlamentares foi aprovada a Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834.

AMARAL, Sonia Guarita do. (Org.). *O Brasil como Império*.

A Lei Interpretativa do Ato Adicional deve ser relacionada com

- A) a extinção da Regência Trina e a criação da Regência Una;
- B) a abolição do Conselho de Estado, principal órgão de assessoria do imperador;
- C) a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, com deputados eleitos que possuíam um relativo poder deliberativo;
- D) a criação da Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça e, em grande parte, controlada pelos senhores de terras e de escravos;
- E) diminuição dos poderes das Assembleias Legislativas Provinciais, assegurando o retorno da centralização dos poderes.

08. (PUC Minas) Com a abdicação de D. Pedro I, o Brasil entra no período denominado Regencial (1831-1840), caracterizado por, exceto

- A) intensa agitação social, expressa nas rebeliões ocorridas em vários pontos do país.
- B) diminuição da interferência britânica na economia no pós-1827, época do término dos tratados comerciais de 1810.
- C) fortalecimento do poder político dos senhores de terra, com a criação da Guarda Nacional.
- D) dificuldades econômicas geradas pela ausência de um produto agrícola de exportação.
- E) agravamento da crise financeira com a utilização de recursos em campanhas militares desvantajosas, como a Guerra da Cisplatina.

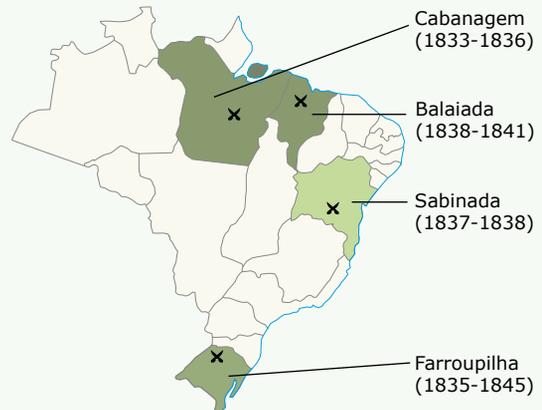
SEÇÃO ENEM

01. (Enem) Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos "barões do café", para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro.

O contexto do Período Regencial foi marcado

- A) por revoltas populares que reclamavam a volta da Monarquia.
- B) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.
- C) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.
- D) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos "barões do café".
- E) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

02. Observe o mapa a seguir:



As revoltas regenciais exibiram a fragilidade política do Brasil na medida em que a própria ideia de nação passou a sofrer ameaça em meio aos conflitos regionais e projetos separatistas.

A alternativa política para a instabilidade apresentada exigiu o fortalecimento do poder central, visando reprimir os movimentos revoltosos. Assinale a alternativa seguinte que melhor representa essa alternativa.

- A) A Constituição de 1824
- B) O Ato Adicional de 1834
- C) A criação das Assembleias Provinciais
- D) A criação do município neutro do Rio de Janeiro
- E) O Golpe da Maioridade

GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D 03. D 05. B
- 02. E 04. D

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. D 03. A 05. A 07. E
- 02. E 04. B 06. A 08. B

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E 02. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Bases Políticas do Brasil Império

Finalizadas as Regências, iniciou-se o mais longo período administrativo da história brasileira: o Segundo Reinado. Após o insucesso do processo descentralizador, estava clara para a elite brasileira a necessidade de se manter o poder centralizado nas mãos de D. Pedro II, para a perpetuação dos privilégios baseados na posse de terras, no controle da renda e do poder político e na manutenção do trabalho escravo. A aristocracia afastou a ideia descentralizadora, temendo a radicalização e a fragmentação territorial observada nas revoltas regenciais. O imperador simbolizava o desejo pela unidade política do Brasil, promovendo a coalizão social e política fundamental para manter a aristocracia agrária no poder. O caráter predominantemente latifundiário, exportador e escravista do Brasil não mudaria durante o longo Segundo Reinado.

Analisaremos esse período sob os pontos de vista político, econômico, social e de suas relações externas.



TAURANY, Felix. *Retrato de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II*. Óleo sobre tela, 202,5 x 131,4 cm. Museu Nacional de Belas Artes.

Pedro II no contexto do Golpe da Maioridade.

POLÍTICA DO SEGUNDO REINADO



Os primeiros anos (1840-1848)

Ainda no Período Regencial, observou-se a transformação dos partidos Progressista e Regressista em Partido Liberal e Conservador, respectivamente. Nessa fase, o Partido Liberal se preocupava em concretizar os principais pontos do Ato Adicional, já o Partido Conservador queria restringir a capacidade descentralizadora desse ato, o que conseguiu por meio da Lei Interpretativa.

Apesar de algumas diferenças, os dois partidos não apresentavam grandes distinções ideológicas, uma vez que, após as rebeliões regenciais, o setor político liberal progressivamente adotou um discurso mais convergente ao ideário conservador. Compostos de facções políticas que buscavam o poder, não havia nas propostas partidárias o eixo encaminhador de uma discussão que pudesse democratizar a nação ou promover uma melhoria social. Isso é compreensível na medida em que, para compor o quadro partidário ou para exercer o direito de voto no Segundo Reinado, era obrigatória uma seleção censitária responsável por impedir que os representantes das camadas menos abastadas participassem das discussões políticas, ao mesmo tempo que a elite não se preocupava em promover reformas sociais.

Após a ascensão de D. Pedro II, foi instaurado um ministério composto de liberais, conhecido como Ministério dos Irmãos, devido à presença dos irmãos Andradas (Antônio Carlos e Martim Francisco) e dos irmãos Cavalcanti (Antônio Francisco e Francisco de Paula). Esse novo Ministério sofria a oposição dos conservadores, que detinham a maioria das cadeiras no Parlamento. Evitando um conflito maior, D. Pedro II dissolveu o Parlamento e convocou novas eleições. No intuito de obter maioria na votação, os liberais utilizaram todos os instrumentos de opressão durante o processo eleitoral, que passou a ser conhecido como "Eleições do Cacete". Após o fraudulento pleito, ocorreu uma enorme pressão dos conservadores junto ao imperador, que optou por colocá-los no poder, dissolvendo o Ministério dos Irmãos.

Os saquaremas retomaram o projeto de centralização do sistema administrativo por meio das seguintes ações:

- reformulação do Código de Processo Criminal Penal, diminuindo o poder regional;
- reorganização da Guarda Nacional, acabando com a eleição de seus dirigentes e instituindo a nomeação;
- restauração do Conselho de Estado – órgão consultivo do Poder Moderador que havia sido fechado temporariamente pelo Ato Adicional de 1834;
- convocação de novas eleições, em 1º de maio de 1842.

O novo processo eleitoral promoveu a vitória dos conservadores por meio dos mesmos métodos das "Eleições do Cacete": o uso da repressão, provocando a insatisfação dos liberais, pois perderam o controle do gabinete e a maioria do Parlamento. O reflexo imediato foi a eclosão de várias revoltas nas províncias de São Paulo e Minas Gerais.

As revoltas liberais de 1842

Contestando as reformas e a exclusão do Partido Liberal do poder, insurgentes paulistas iniciaram revoltas liberais, dominando algumas cidades do interior, como Sorocaba, mas sendo derrotados pelas tropas imperiais chefiadas pelo brigadeiro Lima e Silva, responsável pela prisão de uma das lideranças do movimento, o antigo regente padre Feijó. Avançando em direção a Minas Gerais, o futuro duque de Caxias conseguiu desarticular a resistência coordenada pelo liberal Teófilo Otoni. Demonstrando pouca organização, os revoltosos foram rapidamente detidos. Alguns líderes do movimento enfrentaram o exílio ao serem deportados para Portugal, sendo anistiados apenas em 1844, com a posse de um gabinete composto de liberais.

Parte da explicação do longo período do governo de D. Pedro II foi sua habilidade e jogo político de alternância de liberais e conservadores no poder. Esse revezamento conseguia garantir certa tranquilidade política, evitando-se, assim, motins e revoltas. Embora os liberais tenham formado um número maior de ministérios, os conservadores ficaram mais tempo no poder.

O “parlamentarismo às avessas”

Em 1847, D. Pedro II organizou a política brasileira sob a orientação parlamentarista, com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, que deveria cumprir a função de primeiro-ministro na estrutura administrativa do Brasil. Porém, no caso brasileiro, o primeiro-ministro se encontrava subordinado à autoridade do Poder Moderador, ou seja, a D. Pedro II. Isso significava que o parlamentarismo no Brasil era o inverso do sistema conhecido na Inglaterra, pois, no modelo clássico inglês, o rei estava subordinado à autoridade do primeiro-ministro, levando essa inversão do nosso sistema político pró-imperador a ser conhecida como “parlamentarismo às avessas”. Assim, a disputa entre o Partido Liberal e o Partido Conservador se restringia ao controle do cargo de presidente do Conselho de Ministros, atendendo aos interesses políticos de D. Pedro II, que se afastava do conflito partidário para governar sem enfrentar oposições. Nota-se que, no parlamentarismo brasileiro, diferentemente do inglês, o peso do eleitor na decisão política era limitado, assumindo o imperador, via Poder Moderador, o protagonismo político. Da mesma forma, essa organização política gerava um esvaziamento do debate político nacional por meio da atuação arbitrária de Pedro II. Durante todo o Segundo Reinado, 21 gabinetes ficaram sob o controle dos liberais (liberais) e 15 ficaram sob o controle dos saquaremas (conservadores).



Pedro II – *Diversão com a política brasileira.*
Periódico *O besouro*, 22 jan. 1872.

Revolução Praieira (Pernambuco, 1848-1850)

No ano de 1848, em sintonia com a Primavera dos Povos que se desenrolava na Europa, ocorreu a última revolta que resistiu ao poder centralizado vindo do Rio de Janeiro: a Revolução Praieira. Um grupo de liberais pernambucanos contestava o controle político da província pelas oligarquias regionais, em especial a família Cavalcanti de Albuquerque, que tinha representantes no Partido Liberal e no Partido Conservador. Para demonstrar a insatisfação, os liberais radicais (praieiros) fundaram o jornal *Diário Novo*, principal veículo de comunicação da oposição, localizado na Rua da Praia, em Recife.

Com o decorrer dos anos, os políticos ligados aos praieiros obtiveram destaque no quadro político de Pernambuco, sobressaindo os seguintes líderes: Manuel Nunes Machado, Félix Peixoto de Brito e Melo, Felipe Lopes Neto, Jerônimo Vilela de Castro Tavares e Urbano Sabino Correia de Melo.

Em 1848, o *Diário Novo* publicou um manifesto revolucionário para a população, intitulado “Manifesto ao Mundo”, contendo as principais reivindicações do movimento, entre as quais merecem destaque:

- voto livre e universal;
- plena liberdade de divulgar os pensamentos através da imprensa;
- extinção do Poder Moderador;
- introdução do federalismo e da República no Brasil;
- reforma no Poder Judiciário.

Durante a Revolução Praieira, a temática da escravidão foi objeto de divergência. Alguns setores do movimento se manifestavam favoráveis ao abolicionismo, posição conflitante com os grupos elitistas, que participavam das manifestações apenas por questões políticas. O que se observa é que a publicação do “Manifesto ao Mundo” não faz uma citação direta do tema, porém uma interpretação do documento nos faz acreditar que alguns dos participantes eram simpáticos a tal causa. Exemplo desse conflito fica explícito na discussão historiográfica, caracterizada pela ausência de consenso e pelas divergências de interpretação sobre esse aspecto específico. Na abordagem de historiadores como Nelson Piletti e Cláudio Vicentino, destaca-se o empenho antiescravista do movimento, enquanto Gilberto Cotrim e Francisco M. P. Teixeira discordam dessa opinião.

Apesar da luta armada dos praieiros pelas reformas liberais, o movimento foi massacrado pelas tropas fiéis ao Governo Federal. Alguns líderes foram presos, mas anistiados no ano de 1851.

Estabilização política e conciliação

Após o conflito da Revolução Praieira, o cenário político do Império se estabilizou. Os atritos entre liberais e conservadores permaneceram minimizados, haja vista a semelhança nas propostas dos dois grupos, evidenciada na articulação política ocorrida entre os anos de 1853 e 1858 pelo marquês de Paraná.

Este conseguiu promover a união entre o Partido Liberal e o Partido Conservador dentro de um projeto administrativo conhecido como fase da conciliação, no qual os dois partidos governariam juntos. Aproveitando a situação, D. Pedro II permanecia próximo ao gabinete para exercer o controle sobre os políticos brasileiros. Assim, a condição política mostrou-se estável até o início do movimento republicano na década de 1870.

ECONOMIA

A economia dos primeiros anos do Império apresentou sinais de retração, principalmente durante a instabilidade política e social do Primeiro Reinado e das regências. Além disso, também houve o endividamento originado do pagamento de indenização a Portugal para o reconhecimento da independência do Brasil, o alto custo da montagem de um aparato burocrático-administrativo para o Estado nascente e a ausência de uma economia autossustentável.

A mudança do quadro econômico veio durante o Segundo Reinado por meio da entrada do país no mercado de exportação de um produto primário: o café. Introduzido no Brasil em 1727, o café era utilizado apenas na agricultura de subsistência, não tendo função comercial. Somente no século XIX o produto adquiriu um amplo mercado para exportação, principalmente na Europa. Como a economia das colônias francesas, que já comercializavam café, estava em crise, o Brasil intensificou o plantio da cultura no Sudeste. A partir de 1825, a área plantada alastrou-se pela região do Vale do Paraíba, seguindo o padrão do açúcar, ou seja, utilizando mão de obra escrava em grandes latifúndios. A região do Vale do Paraíba foi a grande responsável pelo avanço da economia cafeeira até os anos de 1870, quando o Oeste Paulista conseguiu ultrapassar a produção do Vale. Deve-se ressaltar que, tanto na produção realizada no Vale do Paraíba quanto na do Oeste Paulista, não houve a ruptura brasileira com o modelo tradicional de divisão internacional do trabalho, permanecendo a nação dependente de gêneros primários.

Essa rápida queda da produção do Vale do Paraíba se explica pelo desgaste do solo e pela ausência de uma racionalidade na produção, que se baseava nos conceitos arcaicos do Período Colonial, sendo a elite da região incapaz de empreender a modernização da produção. Exemplo disso foi a insistência dos fazendeiros do Vale do Paraíba em utilizar o regime de trabalho escravocrata, não investindo na mão de obra livre, que poderia fornecer maior lucro. Havia outras vantagens no Oeste Paulista que colaboraram para o desenvolvimento da lavoura cafeeira durante a segunda metade do século XIX, como a terra roxa – solo propício ao plantio – e o clima muito favorável para a produção. Destaca-se também a utilização da mão de obra livre, principalmente dos imigrantes, fundamental no desenvolvimento de São Paulo, que lentamente assumiria a hegemonia econômica do Brasil.

A expansão do café na região Sudeste também estimulou a formação da malha ferroviária brasileira, fundamental para o escoamento da produção nos portos do Rio de Janeiro e São Paulo. O país apresentou um salto de 14,5 km de estradas de ferro em 1854 para 13 980 km em 1899, sendo que 8 713 km estavam na região cafeeira.

Socialmente, a riqueza oriunda do café foi responsável pela projeção política dos fazendeiros do Sudeste, chamados de barões do café, que foram fundamentais para as mudanças nos rumos políticos do país na transição do Império para a República.



A produção cafeeira liderou o processo de expansão econômica do Segundo Reinado.

Não se pode esquecer, porém, de que, no século XIX, o Brasil teve outros tipos de produção agrícola que foram importantes para o desenvolvimento da economia nacional. Merece destaque a produção do açúcar, do algodão e do cacau.

Durante praticamente todo o Segundo Reinado, o açúcar manteve a condição de segundo principal produto de exportação, perdendo apenas para o café. Isso mostra que, apesar da concorrência das Antilhas e do açúcar de beterraba da Europa, a produção açucareira brasileira ainda detinha uma considerável importância econômica.

Um dos períodos em que o açúcar perdeu a posição de segundo lugar na exportação brasileira foi durante os anos de 1861 a 1870, quando o Brasil apresentou um aumento na venda de algodão para a Europa. Essa exportação esteve associada à queda da produção nos EUA em virtude da Guerra de Secessão, permitindo um rápido e curto processo de desenvolvimento da região do Maranhão, principal área de plantio de algodão no país.

Já no final do século XIX, foi a vez de a borracha assumir um papel importante nas exportações nacionais. Nesse período, as economias inglesa e estadunidense necessitavam desse produto para a fabricação de componentes da indústria automobilística. Como na Amazônia existia uma considerável quantidade de seringais nativos, essa região transformou-se em uma das maiores exportadoras de látex. Porém, a borracha brasileira mostrou-se cara para os países industrializados, já que o extrativismo era realizado no meio de floresta e o trabalho manual era lento e dispendioso. A solução encontrada pela Inglaterra e pelos EUA foi o plantio de seringais na Ásia, o que levou a uma repentina queda das exportações brasileiras, promovendo a decadência econômica da região.

Principais produtos agrícolas para exportação (em porcentagem sobre o valor global das exportações)

Período	Café	Açúcar	Algodão	Fumo	Cacau
1831-1840	43,8	24,0	10,8	1,9	0,6
1841-1850	41,4	26,7	7,5	1,8	1,0
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,6	1,0
1861-1870	45,5	12,3	18,3	3,0	0,9
1871-1880	56,6	11,8	9,5	3,4	1,2
1881-1890	61,5	9,9	4,2	2,7	1,6
1891-1900	64,5	6,0	2,7	2,2	1,5

Anuário Estatístico do Brasil, 1939.

O desenvolvimento industrial

A indústria do Período Imperial encontrava alguns obstáculos para promover seu desenvolvimento, como a manutenção da mão de obra escrava, o que restringia o mercado consumidor e potencial, e os privilégios comerciais obtidos pela Inglaterra (acordo de 1810 e renovação no ano de 1827), responsáveis pelo fracasso das manufaturas nacionais, que não conseguiam concorrer com os produtos ingleses. Apesar do cenário adverso para o desenvolvimento industrial nacional, o Brasil assistiu à formação das suas primeiras manufaturas com a contribuição dos elementos descritos a seguir.

Tarifa Alves Branco

Após a independência do país, o governo brasileiro foi pressionado pelos ingleses e por outras nações a conceder taxas de importação de baixo valor. Assim, os produtos estrangeiros que entravam no Brasil impediam o desenvolvimento da nascente indústria nacional, devido ao maior grau de avanço tecnológico da indústria europeia, em especial, inglesa. Esse quadro começou a se modificar em 1844, quando o ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, elevou os impostos de importação a uma taxa de 60% para os produtos cujos semelhantes fossem também fabricados no Brasil. Já os produtos que não fossem fabricados em território nacional pagariam apenas 30% de taxa de importação. Assim, a elevação dos preços das mercadorias estrangeiras foi fundamental para incentivar a indústria do Brasil Império. Deve-se lembrar, no entanto, de que a medida imperial não objetivava proteger a indústria nacional, sendo direcionada pelo interesse de aumento da arrecadação estatal.

Desvio do capital antes investido na compra de escravos

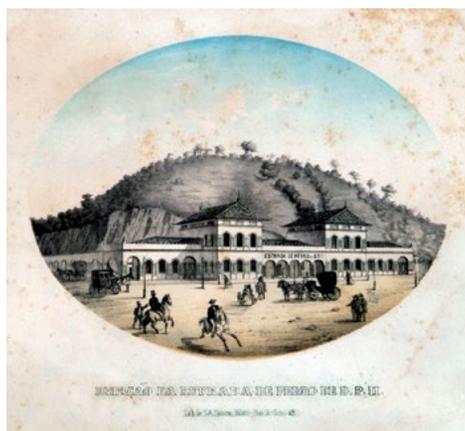
Após o ano de 1850, o governo brasileiro, pressionado pelos interesses ingleses, proibiu o tráfico de escravos no Brasil por meio da Lei Eusébio de Queirós. Como havia um considerável investimento no lucrativo comércio de escravos, o fim do tráfico acarretou o excedente de capitais que passaram a ser investidos em outros setores da economia, entre os quais, a indústria.

Lucros provenientes do café

Como o lucro do café ampliava-se cada vez mais, temia-se reinvestir esse lucro na própria produção cafeeira, provocando a queda dos preços. Assim, parte considerável do que era conseguido com as exportações de café era investida em outros ramos da economia, merecendo destaque as atividades industriais. Isso explica o fato de São Paulo e Rio de Janeiro terem tido uma predominância no processo de desenvolvimento industrial brasileiro, já que o café esteve ligado diretamente à economia desses estados no final do século XIX e início do século XX.

Iniciativas particulares

Algumas iniciativas particulares foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria nacional. Os pioneiros na industrialização foram capazes de lutar contra a própria tendência econômica do Brasil, concretizando projetos que não eram compactuados pela maior parte da elite. Entre os grandes responsáveis por esses empreendimentos, destaca-se Irineu Evangelista de Souza, mais conhecido como barão e depois Visconde de Mauá.



SISSON, Sébastien Auguste. *Estação da Estrada de Ferro D. Pedro II*. Séc. XIX. 28,8 × 38 cm. Museu do Primeiro Reinado.

Estação ferroviária, a modernização em torno da produção cafeeira.

Construindo obras importantes para a modernização do Brasil, Mauá foi um dos pioneiros no investimento do capital proveniente do fim do tráfico de escravos. Entre as suas obras, destacam-se:

- construção das primeiras estradas de ferro, para facilitar o escoamento do café aos portos brasileiros;
- construção de um estaleiro;
- fundação de bancos;
- implantação da iluminação a gás do Rio de Janeiro;
- criação da companhia de bondes;
- construção do primeiro cabo telegráfico submarino ligando o Brasil à Europa.

O desenvolvimento da indústria brasileira está diretamente ligado à história do Visconde de Mauá. Porém, por falta de incentivo governamental, já que o Império estava atrelado aos interesses da elite agrária, e com a pressão do capital estrangeiro, Mauá viu seus empreendimentos entrarem em falência no ano de 1878.

LEI DE EXTINÇÃO DO TRÁFICO NEGREIRO – EUSÉBIO DE QUEIRÓS (1850)

Dom Pedro por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil: fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembleia Geral decretou e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º. As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos.

[...]

Art. 4º. A importação de escravos no território do Império fica nele considerada como pirataria, e será punida pelos seus tribunais com as penas declaradas no artigo segundo da Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um. A tentativa e a cumplicidade serão punidas segundo as regras dos artigos trinta e quatro e trinta e cinco do Código Criminal.

[...]

IMPERADOR com Rubrica e Guarda

Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara. [Fragmento]

A TARIFA ALVES BRANCO

A questão orçamentária era um problema de grandes proporções para o Império. Os críticos do governo monárquico apontavam o déficit como uma das principais chagas do governo. Afinal, quais os motivos que tornavam a situação tão drástica, se o país despontava como o principal produtor de café do mundo? A grande questão é que a principal fonte de receita do governo era a tributação alfandegária. Como sabemos, as diversas vantagens concedidas ao comércio inglês não propiciavam rendimentos aduaneiros apreciáveis. Devemos acrescentar que a situação orçamentária poderia ter sido mais bem gerida se o Império estabelecesse um imposto sobre a grande propriedade rural e vendesse terras públicas, como forma de aumentar a receita, tal qual o governo norte-americano no século XIX.

Em 1844, visando aumentar a renda do Estado, em um momento de consolidação do sistema imperial, o liberalismo alfandegário foi abandonado em prol do protecionismo aduaneiro. Manuel Alves Branco, ministro da Fazenda, tinha em mente aumentar a carga fiscal do Estado, aspecto que foi bem recebido pela Câmara. A nova lei – denominada Tarifa Alves Branco – estabeleceu que os tributos sobre os produtos de importação subiriam de 15% para 30% (caso não houvesse similar nacional) ou 60% (caso o artigo fosse produzido no Brasil).

Não se iluda em relação à proteção à indústria nacional. Se as poucas indústrias existentes fossem favorecidas – ou surgissem novas – seria uma mera consequência. Especialmente para um homem, a tarifa abria as portas de um verdadeiro mundo de negócios. Seu nome, Irineu Evangelista de Sousa, o futuro barão de Mauá.

Diante das perspectivas governamentais, os resultados da Tarifa Alves Branco foram positivos, sendo que as novas diretrizes se manteriam por mais de uma década, apesar da pressão inglesa.

AQUINO, Rubim L. S. de. et al. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais. Da crise do escravismo ao apogeu do Neoliberalismo.* Rio de Janeiro: Record, 1999. [Fragmento]

“MANIFESTO AO MUNDO”, DE 1º DE JANEIRO DE 1849, ASSINADO PELOS CHEFES MILITARES PRAIEIROS:

Protestamos só largar as armas quando virmos instalada uma Assembleia Constituinte. Esta Assembleia deve realizar os seguintes princípios:

- 1º. O voto livre e universal do povo brasileiro.
- 2º. A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa.
- 3º. O trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro.
- 4º. O comércio a retalho só para cidadãos brasileiros.
- 5º. A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos.
- 6º. A extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar.
- 7º. O elemento federal na nova organização [...]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (Unirg-TO) No início do Segundo Reinado, o café já era o principal produto de exportação e o Brasil o maior exportador mundial. Essa exportação provocou, além de enriquecimento dos cafeicultores da região do vale do Paraíba, um substancial aumento na arrecadação do governo central. Todas as assertivas trazem mudanças ocorridas devido à exportação do café nesse período, exceto
- Nas principais cidades cafeicultoras surgiram teatro, jornais, associações literárias.
 - Com o enriquecimento, muitos fazendeiros do Vale do Paraíba foram agraciados com o título de nobreza pelo imperador, originando-se daí a expressão barões do café para designá-los.
 - Embora a presença masculina gerenciando essas fazendas fosse predominante, algumas mulheres também as comandavam.
 - Diferentemente dos engenhos do Nordeste, a riqueza extraída dos cafezais era produzida exclusivamente pela mão de obra branca e livre.
- 02.** (UFSM-RS) O processo do desenvolvimento capitalista no Brasil, no século XIX, foi acelerado pelos seguintes fatores, exceto
- A ampla disponibilidade de terras férteis e a ausência de obstáculos políticos e jurídicos para ocupá-las.
 - A edição da Lei de Terras de 1850, que intensificou a mercantilização das terras, encarecendo-as.
 - A abolição do tráfico negreiro, em 1850, que liberou capitais para investimentos em outros setores dinâmicos de economia.
 - O afluxo de crescentes contingentes de imigrantes europeus para as regiões em expansão.
 - A gradativa abolição do trabalho escravo e a ênfase crescente no trabalho assalariado.

- 03.** (FUVEST-SP-2015) Observe a tabela:

Imigração: Brasil, 1881-1930 (em milhares)

Ano	Chegadas
1881-1885	133,4
1886-1890	391,6
1891-1895	659,7
1896-1900	470,3
1901-1905	279,7
1906-1910	391,6
1911-1915	611,4
1916-1920	186,4
1921-1925	386,6
1926-1930	453,6
Total	3 964,3

BETHELL, Leslie (Ed.).
The Cambridge History of Latin America, V. IV. (Adaptação).

Os dados apresentados na tabela se explicam, dentre outros fatores,

- pela industrialização significativa em estados do Nordeste do Brasil, sobretudo aquela ligada a bens de consumo.
 - pela forte demanda por força de trabalho criada pela expansão cafeeira nos estados do Sudeste do Brasil.
 - pela democracia racial brasileira, a favorecer a convivência pacífica entre culturas que, nos seus continentes de origem, poderiam até mesmo ser rivais.
 - pelos expurgos em massa promovidos em países que viviam sob regimes fascistas, como Itália, Alemanha e Japão.
 - pela supervalorização do trabalho assalariado nas cidades, já que no campo prevalecia a mão de obra de origem escrava, mais barata.
- 04.** (UEFS-BA)

I.

O que é um *conservador*?

É aquele para quem a História é uma carroça abandonada. Ele quer conservar a sociedade do jeito que a encontrou, evitando mudanças. Isso é lógico, a sociedade o favorece: — Se está boa para mim, deve estar para todo mundo — pensa o conservador. [...]

Não se pense que os conservadores achavam o Brasil uma maravilha! Eles reconheciam os nossos problemas e julgavam saber os motivos: — O brasileiro é preguiçoso e atrasado. Uma raça ruim, resultado da mistura de negros e índios. Um povo mestiço, inferior. Ai do país se não fôssemos nós, a elite!

II.

O que é um *liberal*?

Como o nome diz, é a pessoa que defende a liberdade. Na História da Europa, os liberais surgiram com a burguesia, lutando contra as imposições do tempo do feudalismo e do absolutismo.

Os liberais brasileiros eram *liberais-conservadores*. Donos de fazendas de gado, de açúcar ou de café — como os conservadores — os liberais daqui não podiam agir da mesma maneira que os liberais europeus, que surgiram na História como revolucionários. Nem sempre a nossa aristocracia conseguiu imitar a velha Europa!

ALENCAR; RIBEIRO; CECCON, 1986. p. 137.

Na aristocrática, desigual e racista sociedade brasileira, até o início da década de 70 do século XIX, o exercício da plena cidadania era reservado aos

- donos de propriedade rural, patente militar, origem europeia.
- possuidores de renda mínima estabelecida por lei, nascimento livre e religião católica.
- habitantes das capitais das províncias, senhores de engenho, ex-escravos libertos.
- homens adultos independente de origem, alfabetizados, seguidores de qualquer religião cristã.
- homens e mulheres com direito de voto, soldados de qualquer patente, moradores das áreas urbanas.

05. (UPE–2016) A rica literatura sobre a Insurreição Praieira ensina que sua história tem início na década de 1840, quando apareceu, em Pernambuco, uma dissidência do Partido Liberal, mais conhecida pelo apelido de “Partido Praieiro”.

CARVALHO, M. J. M. de. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238, 2003 (Adaptação).

Esse movimento insurrecional teve como principal(ais) característica(s) sociopolítica(s) a

- A) configuração de um movimento militar de caráter republicano.
- B) defesa da emancipação do Brasil com o apoio dos comerciantes.
- C) batalha pelo fim do regime escravista e a liberdade de imprensa.
- D) manutenção do poder das elites e a repressão aos comerciantes.
- E) luta contra oligarquias locais e certa influência do socialismo utópico.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (Unesp) Ao lado do latifúndio, a presença da escravidão freou a constituição de uma sociedade de classes, não tanto porque o escravo esteja fora das relações de mercado, mas principalmente porque excluiu delas os homens livres e pobres e deixou incompleto o processo de sua expropriação.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*, 1983.

Segundo o texto, que analisa a sociedade cafeeira no Vale do Paraíba no século XIX,

- A) a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre assalariado freou a constituição de uma sociedade de classes durante o período cafeeiro.
- B) o imigrante e as classes médias mantiveram-se fora das relações de mercado existentes na sociedade cafeeira.
- C) o caráter escravista impediu a participação direta dos homens livres e pobres na economia de exportação da sociedade cafeeira.
- D) a inexistência de homens livres e pobres na sociedade cafeeira determinou a predominância do trabalho escravo nos latifúndios.
- E) a ausência de classes na sociedade cafeeira deveu-se prioritariamente ao fato de que o escravo estava fora das relações de mercado.

02. (UFPA–2016) O surgimento de fábricas na cidade de São Paulo, no final do século XIX, impôs aos proprietários brasileiros a necessidade de melhor disciplinar os trabalhadores. As condições de trabalho nas fábricas eram precárias e, diante desse contexto de fragilidade da classe trabalhadora, o que se observa é a

- A) organização da massa trabalhadora em associações mútuas que tinham o objetivo de impedir que os operários fossem demitidos sem qualquer direito trabalhista previsto em leis sindicais.
- B) presença da polícia nas fábricas, especialmente nas têxteis, como forma de impedir eventos de quebra-quebra das máquinas, organizados pelos anarquistas estrangeiros que tinham longa tradição de luta em seus países.
- C) repressão aos trabalhadores que desafiassem seus patrões com reivindicações, haja vista a fragilidade dos sindicatos, que eram constantemente reprimidos pela polícia.
- D) presença de um número significativo de trabalhadores do campo na área urbana, os quais, por serem mais ingênuos eram mais bem controlados pelos seus patrões, os quais constantemente os enganavam no cumprimento das leis trabalhistas.
- E) ação coletiva dos trabalhadores rurais empregados nas fábricas e acostumados à obediência ao senhor, o que tornou mais difícil a consolidação dos sindicatos de orientação marxista-leninista.

03. (Mackenzie-SP–2015) “Como resultado desse mecanismo, houve, em um governo de cinquenta anos, a sucessão de 36 gabinetes, com a média de um ano e três meses de duração cada um. [...] Tratava-se de um sistema flexível que permitia o rodízio dos dois principais partidos no governo, sem maiores traumas. Para quem estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado a governar. Assim, o recurso às armas se tornou desnecessário.”

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 179-180.

O texto refere-se

- A) à República Oligárquica, cujo revezamento político das oligarquias paulista e mineira, no plano federal, consolidou os interesses da elite agroexportadora.
- B) ao sistema político vigente no Segundo Reinado, que fortaleceu a figura do monarca e consolidou a ordem aristocrática-latifundiária-escravista imperial.
- C) ao sistema bipartidário do Regime Militar no Brasil, que criou mecanismos fraudulentos de eleições e suprimiu as liberdades individuais dos cidadãos.
- D) às divisões políticas e partidárias da República Populista, com os embates entre os conservadores e os entreguistas, no tocante à condução da política econômica.
- E) aos mecanismos de poder existentes na Era Vargas, que permitiu o fortalecimento do presidente ao alternar no poder os grupos políticos aliados a ele.

04. (UFMG) Leia este texto:

Sigamos os passos da política centralizadora e veremos que é a centralização das luzes o seu complemento. A interpretação do ato adicional roubou às províncias o melhor do seu poder, reconcentrando na Corte a maior parte das atribuições das Assembleias. As reformas judiciárias avocaram para o mesmo centro a nomeação de quase todos os empregos judiciais. As províncias se acham pois já esgotadas de seus recursos; porque até se lhes tirou a administração da maior parte de seus rendimentos. Suas forças físicas, o recrutamento as tem extenuado. Que faltava pois tirar-lhes? A instrução, o único apoio que lhes resta.

O ATHLETA, 16 set. 1843.

A partir das ideias contidas nesse trecho e considerando-se o contexto histórico do Brasil Imperial, é correto afirmar que

- A) o restauracionismo, que congregava as classes médias urbanas, foi, durante esse período, um dos mais severos críticos do processo de centralização imposto pelo imperador.
- B) a centralização do poder foi um dos instrumentos utilizados pela monarquia no sentido de tentar coibir os conflitos que haviam eclodido na primeira metade do século XIX.
- C) o constitucionalismo das elites rurais advogava o fim da anarquia inicialmente vigente nas províncias, o que se faria a partir do controle das novas instituições educacionais.
- D) o corporativismo influenciou diversas instituições na primeira metade do século XIX – como o Exército e a escola, ambos em processo de progressiva profissionalização.

05. (UFG-GO) Leia o trecho da monografia a seguir.



Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido.

Ainda restam muitos preconceitos entre as Províncias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; deve-se procurar provar que o Brasil alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes, os seus habitantes na sustentação da Monarquia, a estabelecer, por uma sábia organização entre todas as Províncias, relações recíprocas.

MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. Como se deve escrever a história do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 24, jan. 1845. p. 402. Disponível em: <www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1844t0006.pdf>. Acesso em: 05 out. 2010 (Adaptação).

O viajante europeu Martius notabilizou-se por definir o modo como se deveria escrever a história do Brasil, em uma monografia publicada em 1845. A perspectiva política que modela seu olhar sobre a organização do território brasileiro indica que

- A) a autonomia provincial representaria a base ordenadora da sociedade brasileira.
- B) a organização das províncias resultaria das experiências descentralizadoras do período regencial.

- C) a formação de um Estado Nacional decorreria das relações recíprocas estabelecidas no período colonial.
- D) o regime monárquico conduziria à unidade territorial, necessária ao desenvolvimento da jovem nação.
- E) a unidade territorial levaria ao fim dos preconceitos entre as raças formadoras da nacionalidade.

06. (CEFET-MG) Analise a tabela adiante, referente à representação partidária no Período Imperial brasileiro:

	Partido Conservador	Partido Liberal
Proprietários rurais	47,54%	47,83%
Comerciantes	13,12%	8,69%
Outros	18,03%	26,09%
Sem informação	21,31%	17,39%

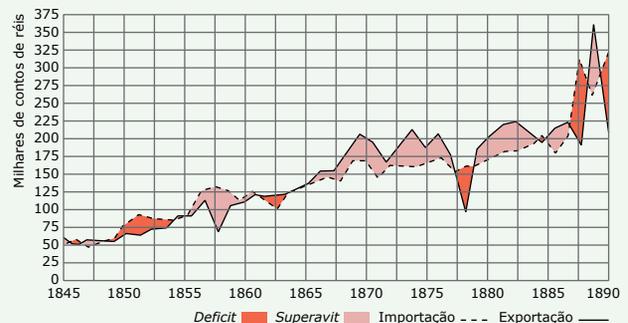
CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: teatro de sombras*. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996. p. 192.

Considerando-se o contexto sociopolítico nesse período e as informações obtidas na tabela, é correto afirmar que

- A) a predominância de proprietários rurais e comerciantes acirrava os conflitos internos.
- B) os partidos políticos no Império representavam igualmente os interesses sociais no Brasil.
- C) o índice de filiados sem informação profissional refletia a atuação de escravos forros na política.
- D) a origem social comum dos membros fazia com que ambos os partidos representassem as elites econômicas.
- E) a presença de classes populares nos partidos facilitava a mobilização de massas através de comitês eleitorais.

07. (UNIFICADO-RJ)

Balança de comércio do Brasil (1845-1889)



FREIRE, Américo, MOTTA, Marly; ROCHA, Dora. *História em Curso: O Brasil e suas relações com o mundo ocidental*. São Paulo: Editora do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 197 (Adaptação).

Após a análise criteriosa do quadro anterior, relativo à balança comercial do Império brasileiro, conclui-se que

- A) a queda nas exportações no final do século XIX pode ser explicada pela recente extinção do tráfico escravo.
- B) o crescimento das exportações de café, principal produto da economia brasileira na época, foi o responsável pelo constante superávit da balança comercial entre 1860 e 1880.

- C) o crescimento contínuo das importações pode ser explicado pelo decreto de 1844, que estabeleceu as Tarifas Alves Branco, favorecendo a entrada de produtos estrangeiros a baixos preços.
- D) o equilíbrio da balança comercial na primeira década, demonstrada no quadro, deve-se ao aumento das exportações de bens de produção.
- E) os períodos em que a balança comercial apresentou déficit correspondem a momentos de rebeliões internas, durante as quais os investimentos na produção eram desviados para a indústria bélica.

08. (Cesgranrio)

Quadro das exportações brasileiras						
1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1890
Açúcar 30,1%	Café 43,8%	Café 41,4%	Café 48,8%	Café 45,5%	Café 56,6%	Café 61,5%
Algodão 20,6%	Açúcar 24,0%	Açúcar 26,7%	Açúcar 21,2%	Algodão 18,3%	Açúcar 11,8%	Açúcar 9,9%
Café 18,4%	Algodão 10,8%	Couros e pele 8,5%	Algodão 7,2%	Couros e pele 12,3%	Couros e pele 9,5%	Algodão 8,0%
Couros e pele 13,6%	Couros e pele 7,9%	Algodão 7,5%	Algodão 6,2%	Couros e pele 6,0%	Couros e pele 5,6%	Algodão 4,2%
			Borracha 2,3%	Borracha 3,1%	Borracha 5,5%	Couros e pele 3,2%

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Imperial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 68.

Analise as afirmativas que se seguem, tomando como base o quadro apresentado, que permite uma visão geral da economia brasileira do Império.

- I. O crescimento da produção cafeeira, após 1850, possibilitou o investimento de capitais em indústrias, serviços e transportes.
- II. A queda acelerada das exportações de açúcar, a partir de 1850, está relacionada ao uso intensivo do solo por trabalhadores livres e inexperientes.
- III. O crescimento das exportações de algodão, entre 1861 e 1870, pode ser explicado pela desorganização da produção norte-americana, atingida, na época, pelos efeitos da Guerra de Secessão.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, apenas. D) II e III, apenas.
B) II, apenas. E) I, II e III.
C) I e III, apenas.

09. (UFTM-MG) Sobre o Brasil, no Segundo Reinado:

A sociedade e a economia brasileiras passaram, na segunda metade do século XIX, por significativas transformações que alteraram o processo histórico nacional.

SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil*.

- A) Cite três exemplos dessas "significativas transformações" a que o historiador se refere.
- B) Explique como a Lei Eusébio de Queirós contribuiu para algumas dessas transformações.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem-2016)



O indígena, representando o Império, coroa com louros o monarca. 1869, Xilogravura.

Com seu manto real em verde e amarelo, as cores da casa dos Habsburgo e Bragança, mas que lembravam também os tons da natureza do "Novo Mundo", cravejado de estrelas representando o Cruzeiro do Sul e, finalmente, com o cabeção de penas de papo de tucano em volta do pescoço, D. Pedro II foi coroado imperador do Brasil. O monarca jamais foi tão tropical. Entre muitos ramos de café e tabaco, coroado como um César em meio a coqueiros e paineiras, D. Pedro transformava-se em sinônimo da nacionalidade.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (Adaptação).

No Segundo Reinado, a Monarquia brasileira recorreu ao simbolismo de determinadas figuras e alegorias. A análise da imagem e do texto revela que o objetivo de tal estratégia era

- A) exaltar o modelo absolutista e despótico.
B) valorizar a mestiçagem africana e nativa.
C) reduzir a participação democrática e popular.
D) mobilizar o sentimento patriótico e antilusitano.
E) obscurecer a origem portuguesa e colonizadora.

02. (Enem-2015)



SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (Adaptação).

Essas imagens de D. Pedro II foram feitas no início dos anos de 1850, pouco mais de uma década após o Golpe da Maioridade. Considerando o contexto histórico em que foram produzidas e os elementos simbólicos destacados, essas imagens representavam um

- A) jovem maduro que agiria de forma irresponsável.
- B) imperador adulto que governaria segundo as leis.
- C) líder guerreiro que comandaria as vitórias militares.
- D) soberano religioso que acataria a autoridade papal.
- E) monarca absolutista que exerceria seu autoritarismo.

03. (Enem) Enquanto as rebeliões agitavam o país, as tendências políticas no centro dirigente iam se definindo. Apareciam em germe os dois grandes partidos imperiais – o Conservador e o Liberal. Os conservadores reuniam magistrados, burocratas, uma parte dos proprietários rurais, especialmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e os grandes comerciantes, entre os quais muitos portugueses. Os liberais agrupavam a pequena classe média urbana, alguns padres e proprietários rurais de áreas menos tradicionais, sobretudo de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

No texto, o autor compara a composição das forças políticas que atuaram no Segundo Reinado (1840-1889). Dois aspectos que caracterizam os partidos Conservador e Liberal estão indicados, respectivamente, em:

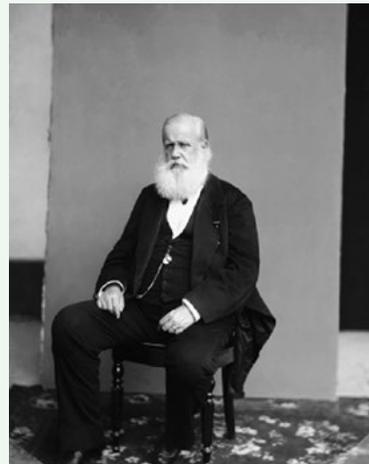
- A) Abolição da escravidão – Adoção do trabalho assalariado.
- B) Difusão da industrialização – Conservação do latifúndio monocultor.
- C) Promoção do protecionismo – Remoção das barreiras alfandegárias.
- D) Preservação do unitarismo – Ampliação da descentralização provincial.
- E) Implementação do republicanismo – Continuação da monarquia constitucional.

04. (Enem)



MOREAUX, F. R. *Proclamação da Independência*.

Disponível em: <www.tvbrasil.org.br>. Acesso em: 14 jun. 2010.



FERREZ, M. D. *Pedro II*. SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

As imagens, que retratam D. Pedro I e D. Pedro II, procuram transmitir determinadas representações políticas acerca dos dois monarcas e seus contextos de atuação. A ideia que cada imagem evoca é, respectivamente:

- A) Habilidade militar – riqueza pessoal.
- B) Liderança popular – estabilidade política.
- C) Instabilidade econômica – herança europeia.
- D) Isolamento político – centralização do poder.
- E) Nacionalismo exacerbado – inovação administrativa.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. A
- 03. B
- 04. B
- 05. E

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
 - 02. C
 - 03. B
 - 04. B
 - 05. D
 - 06. D
 - 07. B
 - 08. C
- 09.
- A) Abolição da escravidão, migrações europeias, ascensão da cafeicultura paulista.
 - B) A Lei Eusébio de Queirós foi promulgada em 1831, e tinha como objetivo proibir o tráfico de escravizados para o Brasil. Com a assinatura dessa lei, as elites cafeiculturas tiveram que utilizar outras estratégias para suprir a mão de obra de suas lavouras, uma dessas estratégias foi o incentivo à imigração europeia.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. B
- 03. D
- 04. B



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Grupos Sociais em Conflito no Brasil Império

SOCIEDADE

A sociedade brasileira do Segundo Reinado não rompeu as estruturas constituídas durante o Período Colonial, pautada na autoridade político-social de um restrito grupo de latifundiários monocultores, conhecidos no Império como os coronéis ou os barões do café. O cenário de domínio dos grupos associados à agricultura exportadora permaneceu até o fim da Primeira República em 1930, não impedindo a formação de novos setores sociais ligados às atividades desvinculadas diretamente da produção do café. Essa nova composição social só foi possível graças a um processo de urbanização, que garantiu a formação de uma classe média, composta majoritariamente de profissionais liberais e funcionários públicos que seguiam os padrões culturais e estéticos das principais cidades europeias. Mesmo com o advento de novos setores sociais, a maioria da população brasileira permaneceu marginalizada.



RUGENDAS, Johann Moritz. *Colheita de Café na Tijuca*. 1835. Litografia colorida à mão sobre papel, 35,5 x 24 cm. Coleção Brasileira Itaú.

O trabalho escravo na produção de café: a persistência da ordem escravocrata.

Cultura

A influência europeia no desenvolvimento cultural do Brasil durante o Segundo Reinado ocorreu, em especial, no esforço da Corte em reproduzir, em terras tropicais, o fenômeno dos salões que se espalhavam por toda a Europa. Espaço comum para os contatos sociais e o deleite da boa música, os salões eram encontros festivos que

serviam para promover a integração das elites urbanas, que, por meio do bom divertimento e de jantares suntuosos, buscavam encarnar, no Brasil, os cafés parisienses, sendo o francês a língua predileta dessa elite emergente. Realizados de maneira periódica e tendo um anfitrião que abria as suas portas para esses encontros, os salões representavam uma reafirmação das estruturas hierárquicas vigentes na sociedade, em especial, a capacidade de influência e de agregação de forças sociais em torno de si. Montar e participar de encontros sociais dessa magnitude era fundamental para a projeção social dos indivíduos que compunham a Corte carioca.

A cultura nacional também apresentou, como destaque, o Romantismo, importante movimento literário. Influenciados pelo mundo europeu, escritores brasileiros como José de Alencar, autor de *O Guarani* e *Iracema*, e Gonçalves de Magalhães, autor de *A Confederação dos Tamoios*, buscaram vincular o Romantismo ao fenômeno indianista. Para esses escritores, a ideia central era transformar o índio em figura principal na construção da imagem do brasileiro, em detrimento da figura do negro, malvisto pelo avanço das teorias de eugenia vigentes no mundo ocidental do século XIX, envolto em um imperialismo racista. Nesse sentido, o Romantismo foi apropriado pelo Estado monárquico, na medida em que essa mensagem idealizada do índio fazia parte de uma política pública de construção dos símbolos nacionais e afirmação de valores e identidades que seriam tipicamente brasileiros. No âmbito da poesia, destacam-se importantes poetas nacionais, como Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu e Castro Alves.

Escravidão

Outro ponto de destaque da sociedade imperial foi a manutenção do trabalho escravo, já que a Independência do Brasil não se comprometeu em libertar a população cativa, que permaneceu durante mais algumas décadas como os “braços do país”. O discurso dominador esteve ligado à ideia de que dar a liberdade para os escravos seria correr o risco de uma perigosa rebelião social. Temendo que o Brasil repetisse a experiência da revolta escravista do Haiti, a elite brasileira adiou a libertação dos escravos o máximo possível, levando o país a preservar suas arcaicas estruturas sociais de trabalho.

A permanência da escravidão trouxe um considerável atrito diplomático com os ingleses, que pressionavam o governo brasileiro a interromper o tráfico de escravos para o país. O empenho britânico em concretizar tal medida se justificava pela intenção de promover o fim do trabalho escravo e criar um mercado consumidor para seus produtos por meio do estímulo à mão de obra assalariada. As motivações da Inglaterra também podem ser explicadas pelo interesse em manter a África isolada de ingerências externas que viessem a atrapalhar o processo de dominação imperialista que se constituía no século XIX. Uma outra leitura possível credita os interesses ingleses no fim da escravidão aos ganhos obtidos na agricultura com o uso de mão de obra livre mais acessível e barata que a escrava, o que, conseqüentemente, provocou a redução no preço dos gêneros agrícolas.

Assim, a legislação responsável pelo fim do regime escravocrata no Brasil foi sendo lentamente elaborada, à medida que os eventos externos (pressão inglesa) e internos provocavam a necessidade de supressão desse tipo de trabalho. Entre os eventos internos que colaboraram para a condução do processo abolicionista está a participação das pessoas que se situavam fora dos setores agrários e, por isso, não estavam vinculadas à escravidão. Pode ser incluída, nesse contexto, a classe média urbana, composta de profissionais liberais, intelectuais, universitários e proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais e industriais. Esse cenário é produto da transformação pela qual passava o Rio de Janeiro, na medida em que a crescente urbanização propiciava a expansão das atividades industriais, a introdução do trabalho assalariado e o crescimento da população livre.



AGOSTINI, Angelo. [Sem Título]. 1883. Coleção Brasileira Itaú.

Crítica à manutenção do trabalho escravo no Brasil, única nação a manter tal regime na década de 1880. Na satirização, D. Pedro II é impedido de participação em congressos internacionais.

O movimento abolicionista

O projeto abolicionista nacional se estruturou dentro de um diversificado caminho, que pode ser exemplificado desde as manifestações de resistência à escravidão ocorridas nas senzalas até o esforço internacional ao combate do trabalho cativo do negro no Brasil.

Dentro desse amplo debate, cabe destacar os esforços empreendidos pelas sociedades abolicionistas, em especial após o ano 1880, que buscavam defender o interesse dos negros em um país economicamente dependente do trabalho escravo. Entre os vários grupos, destaca-se a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada em 1881 e ligada ao jornal *O Abolicionista*, importante espaço de divulgação das ideias contrárias ao trabalho escravo. Entre as principais lideranças abolicionistas, estão os monarquistas Joaquim Nabuco e André Rebouças, e os republicanos José do Patrocínio e João Clapp.

A ampla divulgação das ideias abolicionistas favoreceu o avanço de ações que iam além das famosas leis que tratavam do tema do trabalho escravo. Nesse sentido, pode-se destacar:

- o apoio dado à fuga de escravos por parte de algumas sociedades abolicionistas, em especial na região Sudeste;
- a criação de fundos de emancipação, que conseguiram acabar com o trabalho escravo nas províncias do Ceará e Amazonas ainda antes da Lei Áurea;
- o contato com sociedades abolicionistas internacionais empreendido por Joaquim Nabuco e José de Patrocínio nas visitas realizadas à Europa nos anos de 1881 e 1884, respectivamente.

Para fazer jus às transformações que julgava necessárias, a nascente classe média fez-se representar no Exército, mais especificamente nos ideais republicanos. Nesse sentido, destacam-se as seguintes leis acerca do fim do trabalho escravo:

Bill Aberdeen (Lei Inglesa) – 1845

Desde o início do século XIX, a Inglaterra já pressionava o Brasil para pôr fim ao tráfico de escravos, levando as autoridades legais a formalizar uma lei proibindo o tráfico em 1831. Porém, essa lei não saiu do papel ("Lei para inglês ver"), mantendo-se a entrada de levas de escravos africanos no país. Percebendo que as tentativas para acabar com a vinda de escravos para o Brasil eram inócuas, os ingleses mudaram de tática. Em 8 de agosto de 1845, o Parlamento inglês aprovou uma lei chamada *Bill Aberdeen*, que determinava que os navios ingleses teriam autoridade para aprisionar qualquer navio negreiro que encontrassem, de qualquer nacionalidade.

Por ocasião disso, inúmeros navios brasileiros foram apreendidos e afundados pelas autoridades britânicas na busca de coibir o tráfico. A *Bill Aberdeen* também pode ser compreendida como uma reação inglesa frente à aplicação da Tarifa Alves Branco, que dificultou a entrada de produtos industriais britânicos no Brasil. Contudo, apesar das restrições inglesas, o tráfico se manteve vigoroso nos anos seguintes, principalmente pela elevação do preço dos escravos, consequência direta da lei inglesa.

Lei Eusébio de Queirós – 1850

Não resistindo à pressão da Inglaterra, o Brasil criou uma nova lei que proibia o tráfico de escravos e que, ao contrário das ordens anteriores, mostrou-se mais eficaz, haja vista a pressão exercida pelo próprio governo para a sua execução. Criada em 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queirós já apresentava resultados em 1851, quando o Brasil recebeu apenas 3 287 escravos, sendo que, no ano anterior, antes da lei, entraram no Brasil 23 000 escravos. A redução foi ainda maior em 1852, quando entraram apenas 700 escravos.

Lei do Ventre Livre – 1871

No contexto de uma pressão exercida por setores da população urbana e da classe média que discordava da escravidão, a Lei do Ventre Livre, também conhecida por Lei Rio Branco, foi homologada em 1871, sendo uma tentativa de acalmar a discussão sobre o tema. Dando continuidade a um projeto elitista, que visava à lenta extinção do trabalho compulsório, essa lei propunha que todos os escravos nascidos a partir daquela data seriam considerados livres. Porém, o efeito de tal resolução não foi tão significativo para os filhos dos escravos, afinal, como poderia uma criança ser livre se seus pais permaneciam em cativeiro? Além disso, a lei estabelecia a responsabilidade do senhor da fazenda de cuidar da criança até os 21 anos de idade, o que acabou sendo favorável aos senhores, que se aproveitavam do trabalho dos “escravos livres” sob o pretexto de que estavam colaborando para a formação daqueles que haviam sido libertos pela lei.

Lei do Sexagenário – 1885

Declarava livres os escravos com 60 anos de idade ou mais. Essa lei beneficiava, em última instância, os proprietários, afinal, os poucos escravos que chegavam a essa idade não tinham condição de assumir trabalhos pesados, sendo então libertos e dispensados das fazendas, o que reduzia o custo do proprietário. Quando um escravo conseguia chegar a essa idade e se interessava em se beneficiar dessa lei, era muito difícil a aplicação da nova legislação, devido à ausência de comprovantes que pudessem assegurar a sua idade, afinal, todos os documentos relativos à vida de cada cativo ficavam sob a posse de seus proprietários.

Lei Áurea – 1888



Lei Áurea.

Assinada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel, visto que o imperador se encontrava em viagem, essa lei estabelecia a liberdade para todos os escravos no Brasil. Entretanto, a Lei Áurea foi omissa sobre possíveis indenizações a serem pagas aos escravos pelos anos de trabalho gratuito aos seus senhores. Isso significa que a maioria dos antigos escravos não tinha como recomeçar a vida sem estarem submetidos ao mesmo sistema econômico que os havia transformado em uma força de trabalho desqualificada. As redes de preconceito e de desvalorização social não foram desfeitas, não houve efetiva integração social e a condição do ex-escravo permaneceu próxima àquela estabelecida durante o período anterior à Lei Áurea. Muitos permaneceram nas fazendas onde já trabalhavam como escravos, visto que desconheciam outros projetos de vida que pudessem permitir seu desenvolvimento econômico. Os libertos que buscavam as cidades após a abolição encontravam poucas opções de trabalho. Acabavam, por conta disso, muitas vezes incorporados à criminalidade.



Movimento abolicionista no Brasil

Em boa parte do Segundo Reinado, as discussões sobre a abolição definitiva da escravidão marcaram o panorama socioeconômico do Brasil. Assista à videoaula para entender as nuances do movimento abolicionista nacional.



Ana Nascimento/ABR / Domínio Público

A imigração para o Brasil

Durante a segunda metade do século XIX, alguns fazendeiros começaram a perceber que a utilização de mão de obra livre poderia ser mais rentável que a mão de obra escrava, devido ao elevado preço dos cativos e ao fato de estes estarem indispostos a elevar a produção, já que não gozavam de nenhum estímulo para tal, o que reduzia a produtividade e a competitividade do gênero agrícola brasileiro. A primeira iniciativa de imigração para o Brasil havia ocorrido durante o governo de D. João VI (1808-1821), por meio da formação de uma colônia de imigrantes suíços em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (1818), além da chegada de germânicos no Rio Grande do Sul, em 1824. Entretanto, o empenho sistemático de utilização desse tipo de mão de obra partiu do senador Nicolau de Campos Vergueiro, em 1847, depois de adotar em sua fazenda, em São Paulo, o sistema de parceria. Nesse sistema, o fazendeiro custeava a vinda do imigrante e o sustento durante os primeiros anos no Brasil. Os novos trabalhadores deveriam produzir o café e os produtos de subsistência. Após certo período, 1/3 de todo lucro seria entregue aos imigrantes, e o restante ficaria com o proprietário da fazenda.

O **sistema de parceria** não obteve sucesso por vários motivos, entre os quais se destacam os maus tratos dos fazendeiros aos imigrantes, os elevados juros cobrados pelo valor referente ao custeio da viagem e o fato de muitos fazendeiros omitirem a obtenção de lucro, não pagando a parte devida aos trabalhadores. Os fazendeiros ainda tinham uma mentalidade escravocrata e, em função disso, ocorreram revoltas dos imigrantes contra os proprietários, como a de Ibicaba (SP), em 1857. Algumas regiões da Europa, de onde vinha a maioria dos trabalhadores, chegaram, inclusive, a proibir a vinda de novos imigrantes para o Brasil. Posteriormente, o governo brasileiro interveio na questão da imigração, realizando o sistema de **imigração subvencionada**, que, com dinheiro público, pagava a passagem para o imigrante sob a fiscalização governamental, evitando o abuso dos fazendeiros.

Mesmo com tais problemas, a imigração para o Brasil e para outros países da América, principalmente EUA e Argentina, continuou a ocorrer, já que a situação política e econômica da Europa era completamente instável, levando muitos europeus a tentarem obter trabalho na América. Os principais países que enviaram imigrantes ao Brasil foram a Itália e a Alemanha, seguidas de perto pelos povos eslavos, durante o Período Imperial. Após o fim da escravidão e o início da República, pessoas de outras nacionalidades entraram no Brasil, com destaque para portugueses, sírios, libaneses, espanhóis e japoneses. Grande parte dos imigrantes instalava-se nas regiões Sudeste e Sul, sendo o estado de São Paulo o local de maior presença desse tipo de mão de obra. Os imigrantes evitavam trabalhar nas fazendas do Vale do Paraíba, indo, preferencialmente, para a região do Oeste Paulista, onde os fazendeiros estabeleciam uma relação de produção mais racional. Nessa região, existiam melhores remunerações pelo trabalho, seja sob a forma de arrendamentos ou mediante os pagamentos em dinheiro pela formação da lavoura.

O estímulo à imigração também está associado ao projeto de branqueamento do povo brasileiro, orientado por um pensamento europeu em um contexto de avanço imperialista, que pressupunha a ideia de uma raça branca superior. Esse pensamento era defendido por parcela da elite brasileira, em contato com teorias como o evolucionismo social, que lamentava a origem miscigenada de nossa sociedade.

Um determinado grupo de fazendeiros chegou a propor, em 1870, que fossem importados trabalhadores chineses, para que fosse levada adiante a ideia de branqueamento da população brasileira. A proposta, entretanto, foi questionada, visto desejar-se o sangue europeu, tido como vivaz, e não o chinês, visto como "envelhecido" e "envenenado".

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: UnB, 2003. p. 152. [Fragmento]

O acesso dos imigrantes à posse da terra chegou a acontecer, mas com muitas dificuldades, já que a elite agrária pressionou o Estado Imperial a criar um instrumento legal que possibilitasse a manutenção da arcaica estrutura fundiária brasileira. De acordo com a **Lei de Terras**, aprovada em 1850, as terras públicas só poderiam se tornar propriedade privada por meio de compra, e não mais por doação ou posse. Como a legalização dessas terras exigia a obtenção de títulos e pagamento de elevadas taxas, aqueles que detinham baixa renda não conseguiam ter acesso à propriedade no Brasil. Pode-se realizar o contraste com o *Homestead Act* estadunidense, que, em período próximo ao da Lei de Terras brasileira, facilitou o acesso à terra por meio da doação.

POLÍTICA EXTERNA

As relações externas durante o Segundo Reinado foram marcadas por dois momentos: os conflitos diplomáticos com a Inglaterra e a constante intervenção brasileira realizada nos países que fazem fronteira com a Região Sul.

Conflitos diplomáticos

O conflito diplomático entre Brasil e Inglaterra esteve associado às décadas de interferência econômica e política inglesa nos negócios brasileiros. Durante todo o Período Imperial, o Brasil sofreu a pressão britânica para que os seus interesses fossem plenamente atendidos. Mas, com o amadurecimento da política nacional, principalmente durante o Segundo Reinado, o Brasil começou a romper os laços que o prendiam à Inglaterra, gerando, assim, enormes conflitos diplomáticos que quase culminaram em uma guerra. Entre as questões diplomáticas existentes, merece destaque a pressão do governo inglês para que o Brasil pusesse fim ao tráfico de escravos. A essa exigência, o Brasil não conseguiu resistir e teve de estabelecer novas legislações para atender aos interesses britânicos. Entretanto, os principais conflitos diplomáticos vinculam-se às hostis manifestações do diplomata inglês William Dougal Christie no Brasil. Esses conflitos foram denominados historicamente como a **Questão Christie**.

Irritado com o roubo de uma carga de um navio chamado Príncipe de Gales, que havia naufragado na costa brasileira, o embaixador exigiu que o governo brasileiro pagasse a quantia de 3 200 libras esterlinas para ressarcir o prejuízo inglês. No meio de tal discussão, em 1862, alguns marinheiros ingleses, embriagados e trajados de civis, foram presos no Rio de Janeiro por estarem promovendo arruaças. Mesmo sendo soltos imediatamente, ao se verificar que eram militares, o embaixador William Christie exigiu, além do pagamento da carga do navio, que os soldados brasileiros que prenderam os ingleses fossem encarcerados e que o governo brasileiro fizesse um pedido formal de desculpas. Tal questão beirou a guerra, quando navios ingleses aprisionaram cinco navios brasileiros no Rio de Janeiro. Para evitar o conflito, D. Pedro II solicitou a mediação do rei da Bélgica, Leopoldo I. Durante o processo, D. Pedro II pagou ao governo inglês a carga do navio roubado. Em 1863, diante do parecer favorável ao Brasil, e como o governo inglês se negou a pedir desculpas oficiais pelo incidente, o imperador rompeu laços diplomáticos com os ingleses, até que, em 1865, a Inglaterra, oficialmente, pediu desculpas ao Brasil em virtude desse incidente.

Intervenções no sul

Se o Brasil, em relação à Inglaterra, sofria consideráveis intervenções, sua postura em relação aos países do sul foi idêntica. Porém, nesse caso, era o Brasil que se mostrava autoritário. Envolvido em disputas de fronteira, interessado em garantir o controle da navegação nos rios da região e preocupado com o desenvolvimento de potências políticas no sul que fizessem oposição ao Brasil, o governo imperial realizou intervenções militares nessa região, determinando, de acordo com seus interesses, o funcionamento de sua política. O Brasil chegou a realizar intervenções no Uruguai, na Argentina e no Paraguai.

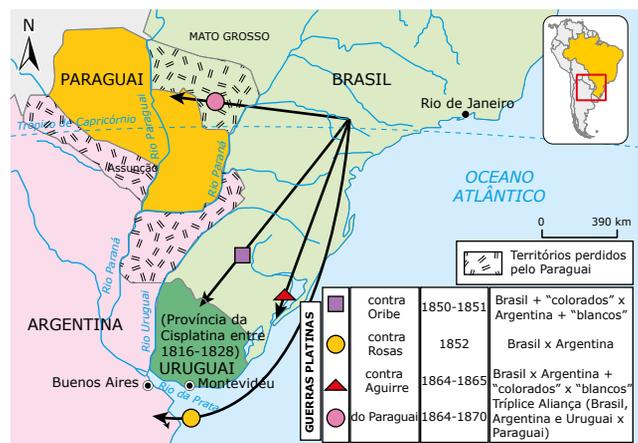
No caso do Uruguai, o Brasil, que havia anexado o território entre 1821 e 1828 (Província da Cisplatina), ainda influenciava a política interna daquele país dividido em duas legendas partidárias: o Partido Blanco e o Partido Colorado. O primeiro contava com a participação dos grandes proprietários de terra, sob a liderança de Manuel Oribe, com o apoio do presidente argentino, Juan Manuel Rosas, que desejava se unir ao Uruguai e formar um poderoso país na região. Já o Partido Colorado contava com o apoio dos comerciantes do Uruguai, liderados por Frutuoso Rivera, que obtinha o auxílio explícito do Brasil e de José Urquiza, governador da província argentina de Entre Rios e opositor de Manuel Rosas.

Paralelamente, os fazendeiros gaúchos entravam em conflito na fronteira por disputas de terras com fazendeiros uruguaios ligados ao Partido Blanco. Com a vitória de Oribe nas eleições uruguaias e com a intensificação dos conflitos entre fazendeiros, o imperador iniciou a intervenção no sul, de acordo com seus interesses.

Entre 1851 e 1852, o governo brasileiro apoiou a ascensão de Urquiza ao poder na Argentina, financiando sua guerra contra Rosas. Além disso, interferiu de maneira decisiva nos conflitos do Uruguai, que acarretaram na deposição de Oribe e na chegada ao poder de Rivera.

Em 1864, ocorreu novo conflito na região, envolvendo Uruguai, Argentina e Paraguai. Novamente o conflito estava associado aos problemas enfrentados pelos fazendeiros gaúchos e pelos membros do Partido Blanco, que realizavam ações militares nas fazendas brasileiras. Nessa época, o Uruguai estava sob o controle do líder Blanco, Atanásio Cruz Aguirre, que agora detinha o apoio do Paraguai, liderado por Solano López. Mais uma vez, o Brasil invadiu o Uruguai, retirando Aguirre do poder e colocando o líder colorado, Venâncio Flores. O Paraguai, que nessa época era um país fortalecido por sua política econômica e por uma considerável força militar, rompeu relações diplomáticas com o Brasil, devido à intervenção realizada no Uruguai. Era o prelúdio da Guerra do Paraguai.

Política externa do Brasil no Segundo Reinado



Guerra do Paraguai (1864-1870)

A historiografia brasileira apresentou diversas justificativas estruturais para a Guerra do Paraguai. Na década de 1960, acreditava-se que o Paraguai seria um país autossuficiente, desenvolvido, com grande independência do capital estrangeiro, especialmente inglês. Por isso, justificava-se a guerra como articulação inglesa, visando enfraquecer a única referência de desenvolvimento na região. Assim, o Brasil e a Argentina teriam sido instrumentos do capitalismo inglês na região, provocando a guerra contra o Paraguai. No entanto, apesar da simpatia inglesa pelo conflito, não se pode dizer que a principal guerra da história da América do Sul foi motivada por manipulação europeia.

Já a historiografia atual, apresentada por Francisco Doratioto, defende que as principais motivações da guerra foram as disputas por territórios e por interesses dos envolvidos em ter o controle sobre a Bacia do Prata. Além disso, esse conflito foi visto como uma fase do processo de consolidação dos Estados Nacionais da região.

Na primeira metade da década de 1860, o governo paraguaio, presidido por Francisco Solano López, buscou ter participação ativa nos acontecimentos platinos, apoiando o governo uruguaio hostilizado pela Argentina e pelo Império. Desse modo, o Paraguai entrou em rota de colisão com seus dois maiores vizinhos e Solano López acabou por ordenar a invasão do Mato Grosso e Corrientes e iniciou uma guerra que se estenderia por cinco anos. A Guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de construção dos Estados nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. [Fragmento]

Provocando o início da guerra, o governo paraguaio ordenou, em novembro de 1864, o aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda, no Rio Paraguai, retendo, entre seus passageiros e tripulantes, o presidente da província de Mato Grosso, Carneiro de Campos. Após essa postura hostil, o governo brasileiro declarou guerra ao Paraguai. No início de 1865, continuando a ofensiva, o governo paraguaio ordenou a invasão do norte da Argentina. Para poder realizar a resistência, Argentina, Uruguai e Brasil formaram a Tríplice Aliança contra Solano López.

O Exército brasileiro teve, durante a própria guerra, de se reorganizar para ser capaz de sair vitorioso. No ano de 1866, foi necessária a presença de escravos no Exército para reforçar as fileiras. Inicialmente, o recrutamento foi forçado, o que provocou resistência por parte dos escravos. Porém, posteriormente, o governo brasileiro lançou a promessa de torná-los homens livres ao findar a guerra, aumentando significativamente o número de soldados negros no combate no Paraguai.

Com o auxílio do Barão de Caxias e, posteriormente, sob a liderança do conde D'Eu, marido da princesa Isabel, o Brasil conseguiu sair vitorioso da guerra. Na última batalha, conhecida como Campanha da Cordilheira, Solano López foi encurralado e morto. Acredita-se que a guerra levou à morte cerca de 75% da população paraguaia, sendo que, aproximadamente, 99% da população masculina com mais de 20 anos foi massacrada.

Como consequência dessa desastrosa guerra, merecem destaque a destruição do Paraguai, o endividamento do Brasil com a Inglaterra e o fortalecimento do Exército brasileiro, que, a partir da Guerra do Paraguai, passou a exercer um grande papel político no Brasil, inclusive no Período Republicano.

FIM DO IMPÉRIO

O fim do Império brasileiro esteve vinculado aos desgastes vividos pelo imperador durante seu governo. A oposição ao centralismo imperial foi orientada por um projeto republicano, ou seja, pela necessidade de substituir o sistema imperial por um regime que correspondesse à tendência da América: o presidencialismo e o federalismo. Assim, quatro questões relevantes levaram à queda do Império, as quais serão vistas a seguir.

Questão abolicionista

A política empreendida pelo governo imperial frente ao problema da escravidão acabou por gerar adversários políticos que podem ser divididos entre os que se opunham ao regime escravocrata e aqueles que o apoiavam.

Entre os que discordavam do trabalho cativo no Brasil, nota-se a oposição ao governo de D. Pedro II, que era considerado omissivo quanto ao trato da questão escravocrata. Assim, a campanha abolicionista, desenvolvida pela imprensa e por intelectuais em núcleos urbanos, acabou por associar a luta contra a escravidão ao projeto republicano, gerando a adesão, entre outros setores, da maior parcela do Exército. Paralelamente, grupos começaram a se organizar para libertar os cativos, havendo o empenho, também, de alguns fazendeiros, o que facilitou a fuga de grande parte dos escravos para os núcleos de resistência: os quilombos. Assim, à medida que se desenvolvia a luta pela liberdade dos escravos, crescia o desejo de se implantar a República no Brasil.

O ato de libertar os escravos representava, no jogo político do século XIX, uma tentativa da princesa Isabel de estabelecer um projeto de enfraquecimento daqueles que desejavam a República, visto que a monarquia se mostrou moderna a ponto de conceder a libertação dos escravos.

Porém, quando o governo imperial se propôs à abolição da escravatura, por meio da Lei Áurea, em 1888, a situação do governo se complicou ainda mais, visto que os fazendeiros escravistas que apoiavam o Império começaram uma oposição ao regime, já que não foram indenizados pela perda dos escravos. Esses fazendeiros optaram pela defesa do movimento republicano, na esperança de serem ressarcidos do prejuízo a que foram submetidos. Dessa forma, tanto fazendeiros do Vale do Paraíba quanto do Oeste Paulista, apesar de dotados de motivações distintas, atuaram no enfraquecimento do regime monárquico.

Questão religiosa

A questão religiosa representa o conflito entre Igreja Católica e o governo imperial. O atrito esteve ligado ao fato de D. Pedro II ter a possibilidade, por meio de determinações constitucionais, de envolver-se com os assuntos da Igreja, por meio do padroado e do beneplácito. O padroado determinava que D. Pedro II teria a prerrogativa de nomear bispos e controlar a Igreja Católica no Brasil, uma vez que a Igreja estava a serviço do Estado. Já o beneplácito determinava que qualquer ordem vinda de Roma deveria ser aprovada por D. Pedro II.



Charge satirizando a questão religiosa: o papa repreende o imperador. Publicado no periódico O Mosquito, 1878.

No ano de 1864, o papa Pio IX determinou que a Igreja deveria proibir a presença de maçons entre seus seguidores. Como o Império brasileiro sempre esteve ligado à maçonaria, sendo o próprio D. Pedro II simpático às ideias do grupo, o imperador exigiu que a ordem do papa não fosse acatada no Brasil. Porém, o bispo de Olinda, D. Vidal de Oliveira, e o de Belém, D. Antônio de Macedo, não aceitaram as ordens de D. Pedro II, mantendo-se fiéis à ordem papal. A reação do monarca não se fez esperar: os bispos foram presos e condenados a trabalhos forçados, sendo anistiados meses depois. O episódio levou a um mal-estar entre Igreja e Império, enfraquecendo a forte aliança entre as duas instituições e impedindo que a Igreja socorresse o imperador caso o seu poder fosse ameaçado.

Questão militar

Desde as primeiras décadas pós-Independência, o Exército brasileiro não exercia participação política. Mostrando-se uma instituição fraca frente à força imperial, o Exército cumpria a função de assegurar a paz nacional. Esse quadro mudou a partir da Guerra do Paraguai, quando o Exército brasileiro passou a exercer uma maior influência nas atividades políticas brasileiras.

Essa mudança se efetuou por vários motivos, entre os quais se destacam a importância do Exército para a vitória brasileira, a reorganização da instituição e o fato de que, nas repúblicas do sul, as Forças Armadas detinham uma considerável influência política. A instituição militar passou por profundas transformações, os altos cargos passaram a ser ocupados paulatinamente por brasileiros, foram estabelecidas normas de promoção por antiguidade, mérito e profissionalização dos oficiais, sem, contudo, incorporar melhorias financeiras. Esse processo fez com que os militares se afastassem dos altos cargos políticos, perdendo terreno para os juristas. Para obterem uma maior participação nos quadros políticos do país, os militares optaram por apoiar a causa republicana. Assim, buscando um papel de protagonismo na vida política brasileira, alguns militares começaram a fazer críticas públicas ao sistema imperial, gerando um cenário de conflito com o governo.

A difícil ligação entre Exército e o imperador se agravou com a prisão de dois oficiais que fizeram declarações públicas contrárias ao regime. Defendendo os militares, Rui Barbosa e Deodoro da Fonseca lançaram o **Manifesto de 1887**, documento que defendia a honra militar, que estava em jogo com as atitudes despóticas de D. Pedro II. Para evitar o aumento da crise, o monarca anistiu os oficiais presos. Essa atitude mostrou a fraqueza do Império e a força dos militares, que começaram a se empenhar cada vez mais na defesa do republicanismo.

Questão republicana

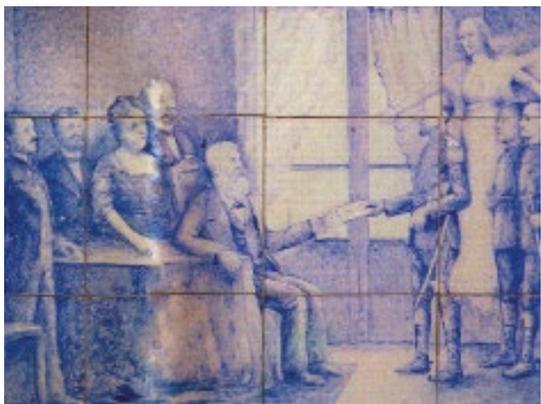
O ideal republicano no Brasil já havia manifestado sinais desde o Período Colonial mediante revoltas como a Inconfidência Mineira e a Inconfidência Baiana, defensoras desse projeto político. Durante o Período Regencial, surgiram outras revoltas republicanas. Na segunda metade do século XIX, o movimento voltou a crescer, principalmente entre os militares e na imprensa. Entre as décadas de 70 e 80 do século XIX, São Paulo ocupava posição de progressiva relevância na economia nacional, por conta da produção cafeeira do Oeste Paulista, acarretando a intensificação do poder econômico. A representação política, todavia, não era proporcional à tal expansão, apontando para profundo descontentamento com a excessiva centralização política do Segundo Reinado. O **Manifesto Republicano**, publicado em 1870, foi organizado por membros dissidentes do Partido Liberal, que, em 1873, formaram o Partido Republicano. Este contou com o apoio dos agricultores de café da região do Oeste Paulista e de setores urbanos. Liderando os opositores ao regime imperial estavam civis, como Quintino Bocaiuva, Saldanha Marinho, Rui Barbosa, Silva Jardim, e militares, como Benjamim Constant e Floriano Peixoto. Todos eles pertenciam à alta hierarquia maçônica, o que corrobora a estreita ligação entre as lojas maçônicas e os centros de discussão da causa republicana, unificando-a ideologicamente e fortalecendo-a no que se refere à articulação de um projeto político comum à elite cafeicultora.

O movimento republicano brasileiro teve uma forte influência do **pensamento positivista** de Auguste Comte (1798-1857). A ideia de progresso defendida por esse pensador acabou por ser a orientação estabelecida pelo grupo de militares que estavam dispostos a derrubar a monarquia. Além do positivismo, o movimento republicano brasileiro, por meio da elite cafeeira, apresentou o **federalismo** como uma tendência marcante, ou seja, o desejo de se constituir uma autonomia autêntica nos núcleos regionais do Brasil, que futuramente seriam representados pelos estados brasileiros. Cabe destacar que o movimento republicano não chegou a mobilizar as massas populares.

Positivismo

Desenvolvido pelo filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), o positivismo representa um conjunto de postulados filosóficos que, em linhas gerais, foi estruturado na crença inabalável na ciência e no primado da razão. O apogeu de sua influência ocorreu na segunda metade do século XIX, em meio à Segunda Revolução Industrial e às críticas aos modelos políticos tradicionais vigentes no Antigo Regime, sendo defendida à República como sistema capaz de superar as amarras tradicionais que ainda inibiam o homem de continuar sua trajetória de evolução. O modelo republicano positivista pode ser caracterizado por seu traço centralizador, chegando-se a afirmar uma “ditadura republicana”. As ideias de Comte serviram como inspiração aos combatentes da monarquia brasileira, que, aos olhos dos positivistas, era compreendida como responsável pelo atraso da nação, e, portanto, injustificada e incapaz de modernizar o país. O apoio ao movimento positivista mostrou-se mais intenso nas academias militares, médicas, de engenharia e de Direito.

O GOLPE REPUBLICANO



Entrega da carta de exílio a D. Pedro II. 60 x 45cm. Museu Histórico Nacional. Autor desconhecido.

D. Pedro II e o Golpe Republicano.

No final de 1888, D. Pedro II nomeou para primeiro-ministro Afonso Celso Figueiredo, com a intenção que este pudesse estabelecer reformas que aproximassem o Brasil do projeto republicano. Entretanto, o Parlamento brasileiro negou a aprovação das mudanças propostas, o que gerou uma crise que durou meses. Os republicanos aproveitaram a instabilidade para divulgar um boato de que D. Pedro II realizaria uma repressão contra os militares que fossem a favor da República. No dia 14 de novembro de 1889, alguns agrupamentos rebeldes estacionaram suas tropas em São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Deodoro da Fonseca, militar experiente, foi convencido pelos republicanos de que ele representaria melhor o grupo de insatisfeitos contra o regime. Assim, Deodoro proclamou a República em 15 de novembro de 1889, informando a D. Pedro II que ele deveria se retirar do Brasil. Este, não conseguindo reagir à força dos opositores, abandonou o Brasil e se refugiou na França. Estava implantada, por meio de um golpe militar, a República no Brasil.

Novamente, o Brasil passava por uma transição sem a participação popular. Os republicanos se mostraram reformistas, mas não revolucionários, permanecendo, assim, a estrutura social vigente.

LEI DE TERRAS

A Lei n. 601 do Império do Brasil, conhecida como Lei de Terras, foi sancionada em 18 de setembro de 1850, 14 dias após a aprovação da lei da abolição do tráfico atlântico de escravos. Determinou que as terras devolutas do país não poderiam ser ocupadas por qualquer outro título que não o de compra ao Estado em hasta pública, garantindo, porém, os direitos dos ocupantes de terra por posse mansa e pacífica e dos possuidores de sesmarias com empreendimentos agrícolas instalados até aquela data. Previa ainda a criação de uma Repartição Geral de Terras Públicas.

[...]

Os analistas são unânimes em considerar as limitações da aplicação da lei de 1850, embora a considerem um marco na história da propriedade privada da terra no Brasil, e na sua transformação em mercadoria. José Murilo de Carvalho fala em “veto dos barões” à efetiva separação das terras públicas e privadas.

VAINFAS, Ronaldo.

Dicionário do Brasil Imperial.

Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. [Fragmento]

1870 – O MANIFESTO REPUBLICANO

Aos Nossos Concidadãos

Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciência, apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do Partido Republicano Federativo.

Somos da América e queremos ser americanos.

A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos.

A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem da opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.

Perante a Europa, passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesões. Perante a América, passamos por ser uma democracia monarquizada, em que o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano.

Em tais condições, pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo. O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de cousas, pondo-nos em contacto fraternal com todos os povos e em solidariedade democrática com o continente que fazemos parte.

O POVO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

O golpe do quartel-general fora uma surpresa, não diremos já para a Nação em geral, mas mesmo para a cidade em geral. Dos habitantes desta grande Capital, ninguém esperava por aquilo, ninguém sabia o que aquilo era, ninguém compreendia aquilo.

O povo assistiu àquilo bestializado, atônico, surpreso, sem conhecer o que significava – disse Aristides Lobo, um dos principais corresponsáveis daquele acontecimento. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada. Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, quebrando o enleio dos espíritos.

Este entusiasmo, de que falava Aristides Lobo, não foi, porém, o entusiasmo do povo – e sim o entusiasmo da pequena minoria republicana. O povo, o nosso povo, mostrou-se, como sempre, indiferente às formas de governo: aceitou a República, como já havia aceitado a Monarquia, como aceitaria, amanhã, o regime bolchevista ou o fascismo italiano.

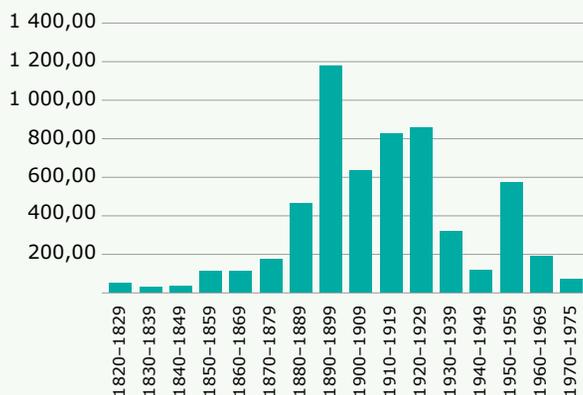
VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. 4. ed. Recife: FUNDAJ Massangana, 1990. p. 161-162. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (UERJ)

Imigração no Brasil (1820–1975)



Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

Diversas experiências históricas da sociedade brasileira interferiram nas variações dos fluxos migratórios nos séculos XIX e XX.

Para o período situado entre 1880 e 1899, a variação indicada no gráfico associou-se ao seguinte fator:

- A) Expansão cafeeira
- B) Crise da monarquia
- C) Abolição da escravidão
- D) Modernização industrial

02. (UFMG) Considerando-se os fatos relacionados à Guerra do Paraguai (1864-1870), é correto afirmar que

- A) a Tríplice Aliança agiu sob a ingerência dos Estados Unidos, que pretendiam, após o término da Guerra Civil, ampliar o comércio de seus produtos nos países da Região Platina.
- B) o Brasil e a Argentina romperam a aliança durante essa guerra, o que possibilitou não só o fortalecimento militar e político paraguaio, mas também o retardamento do final do conflito.
- C) o Brasil entrou nessa guerra motivado por interesses relacionados à definição das fronteiras e à garantia de livre navegação pelo Rio Paraguai, principal via de acesso ao Mato Grosso.
- D) o Exército brasileiro, apesar da vitória, se enfraqueceu após essa guerra, em razão do elevado número de baixas e das dificuldades políticas e militares em colocar um ponto final no conflito.

03. (FUVEST-SP) Examine a seguinte tabela:

Anos	N. de escravos que entraram no Brasil
1845	19 453
1846	50 325
1847	56 172
1848	60 000

A tabela apresenta dados que podem ser explicados

- A) pela lei de 1831, que reduziu os impostos sobre os escravos importados da África para o Brasil.
- B) pelo descontentamento dos grandes proprietários de terras em meio ao auge da campanha abolicionista no Brasil.
- C) pela renovação, em 1844, do Tratado de 1826 com a Inglaterra, que abriu nova rota de tráfico de escravos entre Brasil e Moçambique.
- D) pelo aumento da demanda por escravos no Brasil, em função da expansão cafeeira, a despeito da promulgação da Lei Aberdeen, em 1845.
- E) pela aplicação da Lei Eusébio de Queirós, que ampliou a entrada de escravos no Brasil e tributou o tráfico interno.

04. (Unicamp-SP) A política do Império do Brasil em relação ao Paraguai buscou alcançar três objetivos. O primeiro deles foi o de obter a livre navegação do Rio Paraguai, de modo a garantir a comunicação marítimo-fluvial da província de Mato Grosso com o restante do Brasil. O segundo objetivo foi o de buscar estabelecer um tratado delimitando as fronteiras com o país guarani. Por último, um objetivo permanente do Império, até o seu fim em 1889, foi o de procurar conter a influência argentina sobre o Paraguai, convencido de que Buenos Aires ambicionava ser o centro de um Estado que abrangesse o antigo vice-reino do Rio da Prata, incorporando o Paraguai.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*.

São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 471 (Adaptação).

Sobre o contexto histórico a que o texto se refere, é correto afirmar que:

- A) A Guerra do Paraguai foi um instrumento de consolidação de fronteiras e uma demonstração da política externa do Império em relação aos vizinhos, embora tenha gerado desgastes para Pedro II.

- B) As motivações econômicas eram suficientes para empreender a guerra contra o Paraguai, que pretendia anexar territórios do Brasil, da Bolívia e do Chile, em busca de uma saída para o mar.
- C) A Argentina pretendia anexar o Paraguai e o Uruguai, mas foi contida pela interferência do Brasil e pela pressão dos EUA, parceiros estratégicos que se opunham à recriação do vice-reino do Rio da Prata.
- D) O mais longo conflito bélico da América do Sul matou milhares de paraguaios e produziu uma aliança entre indígenas e negros que atuavam contra os brancos descendentes de espanhóis e portugueses.

05. (Unesp-2016) Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado, tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias ou como escravos.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (1850), 1941.

O texto aponta problemas enfrentados por imigrantes europeus que vieram ao Brasil para

- A) trabalhar nas primeiras fábricas, implantadas na região Sudeste do país, para reduzir a dependência brasileira de manufaturados ingleses.
- B) substituir a mão de obra escrava nas lavouras de café e cana-de-açúcar, após a decretação do fim da escravidão pela lei Áurea.
- C) trabalhar no sistema de parceria, estando submetidos ao poder político e econômico de fazendeiros habituados à exploração da mão de obra escrava.
- D) substituir a mão de obra indígena na agricultura e na pecuária, pois os nativos eram refratários aos trabalhos que exigiam sua sedentarização.
- E) trabalhar no sistema de colonato, durante o período da grande imigração, e se estabeleceram nas fazendas de café do Vale do Paraíba e litoral do Rio de Janeiro.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (Unesp) A tabela contém dados extraídos de *A formação do capitalismo dependente no Brasil*, 1977, de Ladislau Dowbor, que se referem ao preço médio de um escravo (sexo masculino) no Vale do Paraíba.

Anos	Preço (mil-réis)
1835	375
1845	384
1855	1 075
1865	972
1875	1 256

Indique a alternativa que pode ser confirmada pelos dados apresentados na tabela.

- A) A comercialização interna de escravos permitiu que os preços se mantivessem altos na primeira metade do século XIX.
- B) A Lei do Ventre Livre, de 1871, foi a principal responsável pela diminuição no número de escravos e pela redução dos preços.
- C) A grande imigração, a partir de 1870, aumentou o uso de mão de obra escrava e provocou redução nos preços.
- D) A proibição do tráfico de escravos, em 1850, provocou sensível aumento nos preços, pois limitou drasticamente o ingresso de africanos.
- E) A aplicação da Tarifa Alves Branco, em 1844, aumentou os impostos de importação, dificultou o tráfico de escravos e provocou elevação nos preços.

02. (Unesp) No século XIX a música brasileira teve sua maior expressão na obra de Antônio Carlos Gomes, aclamado uma personalidade musical da corte de Dom Pedro II. A estreia de sua ópera "O Guarani" em 1870 nos teatros de Milão e do Rio de Janeiro trouxe-lhe reconhecimento internacional. A ópera inspira-se no romance indianista *O Guarani*, de José de Alencar, publicado em 1857, que narra um triângulo amoroso entre a jovem Cecília, o índio Pery e o português dom Álvaro.

COLEÇÃO FOLHA GRANDES ÓPERAS.
Carlos Gomes, vol. 7, 2011 (Adaptação).

Assinale a alternativa que se refere corretamente a fatos ocorridos na história do Brasil no período que se estende de 1850 a 1870.

- A) A colonização do Brasil ultrapassou os limites geográficos da linha de Tordesilhas, provocando conflitos permanentes entre as metrópoles portuguesa e espanhola.
- B) A incorporação do território do Acre pelo Estado brasileiro promoveu um desenvolvimento econômico na região da bacia do Rio Amazonas.
- C) O fim do tráfico de escravos da África para o Brasil aumentou o investimento de capital inglês que serviu para fomentar a modernização e o crescimento urbano do Rio de Janeiro.

- D) Com a proibição do tráfico de escravos, o governo imperial adotou uma série de medidas para facilitar o acesso da população brasileira à propriedade da terra.
- E) Em São Paulo, a produção do café continuou restrita à faixa litorânea e ao vale do Rio Paraíba, regiões favorecidas pela fertilidade da terra roxa.

03. (UFRN) No século XIX, na Europa, desenvolveram-se estudos que, reivindicando bases científicas, valorizavam a raça branca, considerada superior a todas as demais. Essas teorias concebiam uma Nação em termos biológicos e valorizavam a homogeneidade racial. "A mistura de raças heterogêneas era sempre um erro e levava à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade."

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação.

In: *Estudos avançados*, v. 8, n. 20, abr. 1994.

Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: abr. 2009.

Frente a essas concepções, a constatação de que o Brasil era uma nação mestiça gerou dilemas para os intelectuais brasileiros no século XIX. Na tentativa de resolver esses dilemas, alguns intelectuais da época

- A) defenderam o progressivo branqueamento da população, como resultado da miscigenação e da imigração europeia.
- B) rejeitaram as ideias europeias, as quais apoiavam a constituição de sociedades puras e homogêneas e condenavam as sociedades racialmente híbridas.
- C) sustentaram a igual capacidade civilizatória de todos os grupos étnicos, combatendo a afirmação da existência de uma "raça degenerada".
- D) ampliaram as concepções europeias, ao propor que a miscigenação racial favorecia as trocas culturais, fazendo mais rica a cultura nacional.

04. (UERJ-2015)



A fala do trono



AMÉRICO, Pedro. 1873. Disponível em: <galeria.cluny.com.br>.

Batalha naval do Riachuelo (Guerra do Paraguai)

MEIRELLES, Victor. 1872.

Disponível em: <correiobrasiliense.com.br>.

A pintura histórica alcançou no século XIX importante lugar no projeto político do Segundo Reinado. Esse gênero artístico mantinha intenso diálogo com a produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por meio da pintura histórica, forjou-se um passado épico e monumental, em que toda a população pudesse se sentir representada nos eventos gloriosos da história nacional. O trabalho de Araújo Porto-Alegre como crítico de arte e diretor da Academia Imperial de Belas Artes possibilitou a visibilidade da pintura histórica com seus pintores oficiais, Pedro Américo e Victor Meirelles.

CASTRO, Isis Pimentel de.

Disponível em: <periodicos.ufsc.br> (Adaptação).

Considerando as imagens das telas e as informações do texto, as pinturas históricas para o governo do Segundo Reinado tinham a função essencial de

- A) consolidar o poder militar.
- B) difundir o pensamento liberal.
- C) garantir a pluralidade política.
- D) fortalecer a identidade nacional.

- 05.** (FGV–2016) O excerto a seguir faz parte do parecer de uma comissão da Câmara dos Deputados sobre a lei de 1871, que discutia a escravidão no Brasil.

Sem educação nem instrução, embebe-se nos vícios mais próprios do homem não civilizado. Convivendo com gente de raça superior, incula nela os seus maus hábitos. Sem jus ao produto do trabalho, busca no roubo os meios de satisfação dos apetites. Sem laços de família, procede como inimigo ou estranho à sociedade, que o repele. Vaga Vênus arroja aos maiores excessos aquele ardente sangue líbico; e o concubinato em larga escala é tolerado, quando não animado, facultando-se assim aos jovens de ambos os sexos, para espetáculo doméstico, o mais torpe dos exemplos. Finalmente, com as degradantes cenas da servidão, não pode a mais ilustrada das sociedades deixar de corromper-se.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*, 2003.

No trecho, há um argumento

- A) político, que reconhece a importância da emancipação dos escravos, ainda que de forma paulatina, para a construção de novos elementos de cidadania social, condição mínima para o país abandonar a violência cotidiana e sistemática contra a maioria da população.
- B) social, que assinala a inconsistência da defesa do fim da escravidão no país, em razão da incapacidade dos homens escravizados de participar das estruturas hierárquicas e culturais, estabelecidas ao longo dos séculos, durante os quais prevaleceu o trabalho compulsório.
- C) econômico, que distingue os cidadãos ativos dos passivos, estes considerados um estorvo para as atividades produtivas, fossem na agricultura ou na procura de metais preciosos, por causa da desmotivação para o trabalho, elemento central para explicar a estagnação econômica do país.
- D) cultural, que se consubstancia na impossibilidade da convivência entre homens livres e homens libertos e tenderia a produzir efeitos sociais devastadores, como tensões raciais violentas e permanentes, a exemplo do que já ocorria no sul dos Estados Unidos.
- E) moral, que aponta para os malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos e que esses malefícios terminam por contaminar toda a sociedade, mostrando, em síntese, que os brancos eram muito prejudicados pela ordem escravocrata.

- 06.** (PUC-Campinas-SP–2017) O setor fabril já se fazia notar, não só em São Paulo, como também em Campinas e Piracicaba, produzindo tecidos, chapéus e calçados. As casas de fundição colocavam à disposição serras, bombas, sinos, prensas e ventiladores [...]. As narrativas de viagem, gênero de escrita muito apreciado por autores e leitores, registravam dessa nova sociedade as impressões colhidas em trânsito e dispostas em painel.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante*. Letrados, instituições e invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 78-79.

As cidades mencionadas, que assistem ao surgimento de pequenas indústrias nas últimas décadas do século XIX, apresentavam em comum

- A) grandes concentrações urbanas provenientes da intensa imigração europeia, que as transformou nas três maiores cidades da região e contribuiu para a instalação de comerciantes e empreendedores responsáveis pelas primeiras indústrias paulistas.
- B) oligarquias rurais endinheiradas, que compartilhavam ideais republicanos, abolicionistas, nacionalistas e que investiam parte substantiva de seu capital em indústrias voltadas para seu próprio consumo de artigos de luxo.
- C) rápido desenvolvimento econômico proveniente do acúmulo de dividendos gerados pela produção cafeeira baseada no latifúndio e no trabalho escravo, que despontara nessas e em outras cidades do vale do Paraíba, repercutindo no desenvolvimento fabril.

- D) ousados investimentos do empresário Barão de Mauá, que, juntamente com negociantes ingleses, fundou inúmeras indústrias fabris e construiu ferrovias, modernizando a região e garantindo o rápido escoamento da produção.
- E) ricos agricultores latifundiários e o acesso facilitado por linhas férreas que se expandiram vigorosamente a partir de 1860, no oeste do estado, momento em que a região se consolida como polo cafeeiro após o declínio das fazendas situadas no sudoeste do Rio de Janeiro.

07. (PUC-Campinas-SP-2017) É interessante notar como, em Machado de Assis, se aliavam e se irmanavam a superioridade de espírito, a maior liberdade interior e um marcado convencionalismo. Dois termos que se repelem, pensador e burocrata, são os que melhor o exprimem. Entre *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, a vida nacional passara pelas profundas modificações da Abolição e da República.

– Que pensa de tudo isso, Machado de Assis? indagava Eça de Queirós.

À queda da Monarquia, disse Machado no seu gabinete de burocrata, diante da conveniência de tirar da parede o retrato do imperador:

– Entrou aqui por uma portaria, só sairá por outra portaria. Era o que tinha a dizer aos republicanos, atônitos com esse acatamento ao ato de um regime findo.

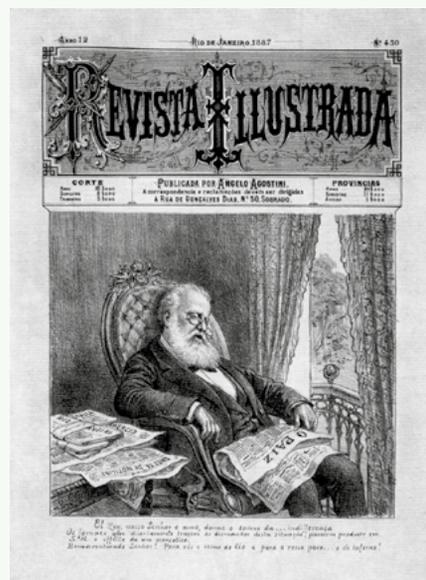
PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis*. 6. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. p. 208.

De acordo com o texto, na segunda metade do século XIX, ocorreram profundas transformações econômicas e sociais no Brasil.

Sobre este tema é correto afirmar que

- A) o abolicionismo, a imigração e o processo de transformações proporcionadas pela cafeicultura, num contexto mundial de expansão capitalista, selaram a sorte da escravidão.
- B) a abolição alterou profundamente as formas de produção agrícola, uma vez que possibilitou o estabelecimento das bases do trabalho livre e assalariado em todo o país.
- C) os movimentos abolicionistas receberam apoio da igreja católica, em especial dos padres templários, e foram idealizados por homens livres, desvinculados de tradições locais.
- D) a incipiente industrialização, a exigência de indenização pelos proprietários e a ineficiente política brasileira de substituição da mão de obra retardaram o fim da escravidão.
- E) a abolição progressiva da escravidão e o movimento republicano contribuíram para a instalação da indústria de bens de consumo e para a urbanização da região sudeste.

08. (Unicamp-SP)



Disponível em: <<http://www.jblog.com.br/quadrinhos.php?itemid=20522>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

Angelo Agostini (1833-1910) expressou sua crítica a D. Pedro II em uma caricatura publicada na Revista Ilustrada, em 1887.

- A) Conforme a imagem, qual é a crítica de Agostini ao Imperador?
- B) Indique e explique um processo que expresse a situação de crise vivida no final do Império.

SEÇÃO ENEM



01. (Enem-2018) A poetisa Emilia Freitas subiu a um palanque, nervosa, pedindo desculpas por não possuir títulos nem conhecimentos, mas orgulhosa ofereceu a sua pena que “sem ser hábil, é, em compensação, guiada pelo poder da vontade”. Maria Tomásia pronunciava orações que levantavam os ouvintes. A escritora Francisca Clotilde arrebataba, declamando seus poemas. Aquelas “angélicas senhoras”, “heroínas da caridade”, levantavam dinheiro para comprar liberdades e usavam de seu entusiasmo a fim de convencer os donos de escravos a fazerem alforrias gratuitamente.

MIRANCIA, A. Disponível em: <www.opovoonline.com.br>. Acesso em: 10 jun 2015.

As práticas culturais narradas remetem, historicamente, ao movimento

- A) feminista.
- B) sufragista.
- C) socialista.
- D) republicano.
- E) abolicionista.

- 02.** (Enem–2017) Com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp. 2009.

O fato legal evidenciado no texto acentuou o processo de

- A) reforma agrária.
- B) expansão mercantil.
- C) concentração fundiária.
- D) desruralização da elite.
- E) mecanização da produção.

- 03.** (Enem–2017)



Fotografia de Augusto Gomes Leal e da ama de leite Mônica, cartão de visita de 1860.

KOUTSOUKOS, S. S. M. Amas mercenárias: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciência, Saúde*. Manguinhos, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org>> Acesso em: 08 maio 2013.

A fotografia, datada de 1860, é um indício da cultura escravista no Brasil, ao expressar a

- A) ambiguidade do trabalho doméstico exercido pela ama de leite, desenvolvendo uma relação de proximidade e subordinação em relação aos senhores.
- B) integração dos escravos aos valores das classes médias, cultivando a família como pilar da sociedade imperial.
- C) melhoria das condições de vida dos escravos observada pela roupa luxuosa, associando o trabalho doméstico a privilégios para os cativos.
- D) esfera da vida privada, centralizando a figura feminina para afirmar o trabalho da mulher na educação letrada dos infantes.
- E) distribuição étnica entre senhores e escravos, demarcando a convivência entre estratos sociais como meio para superar a mestiçagem.

- 04.** (Enem–2016) O número de votantes potenciais em 1872 era de 1 097 698, o que correspondia a 10,8% da população total. Esse número poderia chegar a 13% quando separamos os escravos dos demais indivíduos. Em 1886, cinco anos depois de a Lei Saraiva ter sido aprovada, o número de cidadãos que poderiam se qualificar eleitores era de 117 022, isto é, 0,8% da população.

CASTELLUCCI, A. A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br>. Acesso em: 28 jul. 2012.

A explicação para a alteração envolvendo o número de eleitores no período é a

- A) criação da Justiça Eleitoral.
 - B) exigência da alfabetização.
 - C) redução da renda nacional.
 - D) exclusão do voto feminino.
 - E) coibição do voto de cabresto.
- 05.** (Enem–2015)

Texto I

Em todo o país a lei de 13 de maio de 1888 libertou poucos negros em relação à população de cor. A maioria já havia conquistado a alforria antes de 1888, por meio de estratégias possíveis. No entanto, a importância histórica da lei de 1888 não pode ser mensurada apenas em termos numéricos. O impacto que a extinção da escravidão causou numa sociedade constituída a partir da legitimidade da propriedade sobre a pessoa não cabe em cifras.

ALBUQUERQUE, W. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 (Adaptação).

Texto II

Nos anos imediatamente anteriores à Abolição, a população livre do Rio de Janeiro se tornou mais numerosa e diversificada. Os escravos, bem menos numerosos que antes, e com os africanos mais aculturados, certamente não se distinguiam muito facilmente dos libertos e dos pretos e pardos livres habitantes da cidade. Também já não é razoável presumir que uma pessoa de cor seja provavelmente cativa, pois os negros libertos e livres poderiam ser encontrados em toda parte.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990 (Adaptação).

Sobre o fim da escravidão no Brasil, o elemento destacado no texto I que complementa os argumentos apresentados no texto II é o(a)

- A) variedade das estratégias de resistência dos cativos.
- B) controle jurídico exercido pelos proprietários.
- C) inovação social representada pela lei.
- D) ineficácia prática da libertação.
- E) significado político da abolição.

- 06.** (Enem) Em 1879, cerca de cinco mil pessoas reuniram-se para solicitar a D. Pedro II a revogação de uma taxa de 20 réis, um vintém, sobre o transporte urbano. O vintém era a moeda de menor valor da época. A polícia não permitiu que a multidão se aproximasse do palácio. Ao grito de "Fora o vintém!", os manifestantes espancaram condutores, esfaquearam mulas, viraram bondes e arrancaram trilhos. Um oficial ordenou fogo contra a multidão. As estatísticas de mortos e feridos são imprecisas. Muitos interesses se fundiram nessa revolta, de grandes e de políticos, de gente miúda e de simples cidadãos. Desmoralizado, o ministério caiu. Uma grande explosão social, detonada por um pobre vintém.

Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2014 (Adaptação).

A leitura do trecho indica que a coibição violenta das manifestações representou uma tentativa de

- A) capturar os ativistas radicais.
- B) proteger o patrimônio privado.
- C) salvaguardar o espaço público.
- D) conservar o exercício do poder.
- E) sustentar o regime democrático.

- 07.** (Enem)



De volta do Paraguai

Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco horrível de realidade!...

AGOSTINI. *A vida fluminense*, ano 3, n. 128, 11 jun. 1870. In: LEMOS, R. (Org.). *Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001)*. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001 (Adaptação).

Na charge, identifica-se uma contradição no retorno de parte dos "Voluntários da Pátria" que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870), evidenciada na

- A) negação da cidadania aos familiares cativos.
- B) concessão de alforrias aos militares escravos.
- C) perseguição dos escravistas aos soldados negros.
- D) punição dos feitores aos recrutados compulsoriamente.
- E) suspensão das indenizações aos proprietários prejudicados.

- 08.** (Enem) Respeitar a diversidade de circunstâncias entre as pequenas sociedades locais que constituem uma mesma nacionalidade, tal deve ser a regra suprema das leis internas de cada Estado. As leis municipais seriam as cartas de cada povoação doadas pela assembleia provincial, alargadas conforme o seu desenvolvimento, alteradas segundo os conselhos da experiência. Então, administrar-se-ia de perto, governar-se-ia de longe, alvo a que jamais se atingirá de outra sorte.

BASTOS, T. *A província (1870)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937 (Adaptação).

O discurso do autor, no período do Segundo Reinado no Brasil, tinha como meta a implantação do

- A) regime monárquico representativo.
- B) sistema educacional democrático.
- C) modelo territorial federalista.
- D) padrão político autoritário.
- E) poder oligárquico regional.

- 09.** (Enem) “Ninguém desconhece a necessidade que todos os fazendeiros têm de aumentar o número de seus trabalhadores. E como até há pouco supriam-se os fazendeiros dos braços necessários? As fazendas eram alimentadas pela aquisição de escravos, sem o menor auxílio pecuniário do governo. Ora, se os fazendeiros se supriam de braços à sua custa, e se é possível obtê-los ainda, posto que de outra qualidade, por que motivo não hão de procurar alcançá-los pela mesma maneira, isto é, à sua custa?”

Resposta de Manuel Felizardo de Souza e Mello, diretor geral das Terras Públicas, ao senador Vergueiro.

In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998 (Adaptação).

O fragmento do discurso dirigido ao parlamentar do Império refere-se às mudanças então em curso no campo brasileiro, que confrontaram o Estado e a elite agrária em torno do objetivo de

- fomentar ações públicas para ocupação das terras do interior.
- adotar o regime assalariado para proteção da mão de obra estrangeira.
- definir uma política de subsídio governamental para o fomento da imigração.
- regulamentar o tráfico interprovincial de cativos para sobrevivência das fazendas.
- financiar a fixação de famílias camponesas para estímulo da agricultura de subsistência.

- 10.** (Enem)



Foto de MILITÃO, São Paulo, 1879.

In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Que aspecto histórico da escravidão no Brasil do século XIX pode ser identificado a partir da foto do casal retratado anteriormente?

- O uso de trajés simples indica a rápida incorporação dos ex-escravos ao mundo do trabalho urbano.
- A presença de acessórios como chapéu e sombrinha aponta para a manutenção de elementos culturais de origem africana.

- O uso de sapatos é um importante elemento de diferenciação social entre negros libertos ou em melhores condições na ordem escravocrata.
- A utilização do paletó e do vestido demonstra a tentativa de assimilação de um estilo europeu como forma de distinção em relação aos brasileiros.
- A adoção de roupas próprias para o trabalho doméstico tinha como finalidade demarcar as fronteiras da exclusão social naquele contexto.

- 11.** (Enem)

Ó sublime pergaminho

Libertação geral

A princesa chorou ao receber

A rosa de ouro papal

Uma chuva de flores cobriu o salão

E o negro jornalista

De joelhos beijou a sua mão

Uma voz na varanda do paço ecoou:

“Meu Deus, meu Deus

Está extinta a escravidão”

MELODIA, Z.; RUSSO, N.; MADRUGADA, C. *Sublime Pergaminho*.

Disponível em: <<http://www.letras.terra.com.br>>.

Acesso em: 28 abr. 2010.

O samba-enredo de 1968 reflete e reforça uma concepção acerca do fim da escravidão ainda viva em nossa memória, mas que não encontra respaldo nos estudos históricos mais recentes. Nessa concepção ultrapassada, a abolição é apresentada como

- conquista dos trabalhadores urbanos livres, que demandavam a redução da jornada de trabalho.
- concessão do governo, que ofereceu benefícios aos negros, sem consideração pelas lutas de escravos e abolicionistas.
- ruptura na estrutura socioeconômica do país, sendo responsável pela otimização da inclusão social dos libertos.
- fruto de um pacto social, uma vez que agradaria os agentes históricos envolvidos na questão: fazendeiros, governo e escravos.
- forma de inclusão social, uma vez que a abolição possibilitaria a concretização de direitos civis e sociais para os negros.

- 12.** (Enem) Para o Paraguai, portanto, essa foi uma guerra pela sobrevivência. De todo modo, uma guerra contra dois gigantes estava fadada a ser um teste debilitante e severo para uma economia de base tão estreita. Lopez precisava de uma vitória rápida e, se não conseguisse vencer rapidamente, provavelmente não venceria nunca.

LYNCH, J. As Repúblicas do Prata: da Independência à guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da Independência até 1870*, v. III.

São Paulo: EDUSP, 2004.

A Guerra do Paraguai teve consequências políticas importantes para o Brasil, pois

- A) representou a afirmação do Exército brasileiro como um ator político de primeira ordem.
- B) confirmou a conquista da hegemonia brasileira sobre a Bacia Platina.
- C) concretizou a emancipação dos escravos negros.
- D) incentivou a adoção de um regime constitucional monárquico.
- E) solucionou a crise financeira, em razão das indenizações recebidas.

- 13.** (Enem) A dependência regional maior ou menor da mão de obra escrava teve reflexos políticos importantes no encaminhamento da extinção da escravatura. Mas a possibilidade e a habilidade de lograr uma solução alternativa – caso típico de São Paulo – desempenharam, ao mesmo tempo, papel relevante.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2000.

A crise do escravismo expressava a difícil questão em torno da substituição da mão de obra, que resultou

- A) na constituição de um mercado interno de mão de obra livre, constituído pelos libertos, uma vez que a maioria dos imigrantes se rebelou contra a superexploração no trabalho.
- B) no confronto entre a aristocracia tradicional, que defendia a escravidão e os privilégios políticos, e os cafeicultores, que lutavam pela modernização econômica com a adoção do trabalho livre.
- C) no “branqueamento” da população, para afastar o predomínio das raças consideradas inferiores e concretizar a ideia do Brasil como modelo de civilização dos trópicos.
- D) no tráfico interprovincial dos escravos das áreas decadentes do Nordeste para o Vale do Paraíba, para a garantia da rentabilidade do café.
- E) na adoção de formas disfarçadas de trabalho compulsório com emprego dos libertos nos cafezais paulistas, uma vez que os imigrantes foram trabalhar em outras regiões do país.

- 14.** (Enem) Negro, filho de escrava e fidalgo português, o baiano Luiz Gama fez da lei e das letras suas armas na luta pela liberdade. Foi vendido ilegalmente como escravo pelo seu pai para cobrir dívidas de jogo. Sabendo ler e escrever, aos 18 anos de idade conseguiu provas de que havia nascido livre. Autodidata, advogado sem diploma, fez do direito o seu ofício e transformou-se, em pouco tempo, em proeminente advogado da causa abolicionista.

AZEVEDO, E. O Orfeu de carapinha. In: *Revista de História*. Ano 1, n. 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, jan. 2004 (Adaptação).

A conquista da liberdade pelos afro-brasileiros na segunda metade do século XIX foi resultado de importantes lutas sociais condicionadas historicamente. A biografia de Luiz Gama exemplifica a

- A) impossibilidade de ascensão social do negro forro em uma sociedade escravocrata, mesmo sendo alfabetizado.
- B) extrema dificuldade de projeção dos intelectuais negros nesse contexto e a utilização do Direito como canal de luta pela liberdade.
- C) rigidez de uma sociedade, assentada na escravidão, que inviabilizava os mecanismos de ascensão social.
- D) possibilidade de ascensão social, viabilizada pelo apoio das elites dominantes, a um mestiço filho de pai português.
- E) troca de favores entre um representante negro e a elite agrária escravista que outorgara o direito advocatício ao mesmo.

- 15.** (Enem) Substitui-se então uma história crítica, profunda, por uma crônica de detalhes onde o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa república que já se viu na América Latina, a do Paraguai.

CHIAVENATTO, J. J. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979 (Adaptação).

O imperialismo inglês, “destruindo o Paraguai, mantém o status quo na América Meridional, impedindo a ascensão do seu único Estado economicamente livre”. Essa teoria conspiratória vai contra a realidade dos fatos e não tem provas documentais. Contudo, essa teoria tem alguma repercussão.

DORATIOTO, F. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (Adaptação).

Uma leitura dessas narrativas divergentes demonstra que ambas estão refletindo sobre

- A) a carência de fontes para a pesquisa sobre os reais motivos dessa guerra.
- B) o caráter positivista das diferentes versões sobre essa guerra.
- C) o resultado das intervenções britânicas nos cenários de batalha.
- D) a dificuldade de elaborar explicações convincentes sobre os motivos dessa guerra.
- E) o nível de crueldade das ações do Exército brasileiro e argentino durante o conflito.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. C
- 03. D
- 04. A
- 05. C

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. C
- 03. A
- 04. D
- 05. E
- 06. E
- 07. A
- 08.
- A) A caricatura produz uma crítica em relação à postura de D. Pedro II frente às questões políticas do país. A construção do imperador dorminhoco busca desvalorizar o regime vigente.
- B) A crise do regime imperial está associada à questão abolicionista, movimento promovido pela imprensa e por intelectuais a favor do fim da escravidão. Alguns setores da imprensa e da sociedade consideravam D. Pedro II omissos a essa questão, que foi tomando ares republicanos. Também pode ser citada a questão religiosa e a questão militar como fundamentais para a crise do fim do império.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. C
- 03. A
- 04. B
- 05. E
- 06. D
- 07. A
- 08. C
- 09. C
- 10. C
- 11. B
- 12. A
- 13. B
- 14. B
- 15. D



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

República Provisória e da Espada

A transição do Império para a República no Brasil foi caracterizada por um difícil período de instabilidade política e econômica. Da saída de D. Pedro II do poder até a ascensão do primeiro presidente eleito, Prudente de Morais, passaram-se cinco anos. Nesse intervalo, o país obteve uma nova Constituição, enfrentou duas revoltas da Marinha, conviveu com conflitos políticos que culminaram na renúncia de um presidente e elegeu o primeiro governante federal por via direta em 1894. Essa fase da nossa história foi dividida em dois momentos: Governo Provisório e República da Espada.

Tendo papel preponderante na implementação do sistema republicano, deve-se lembrar de que, ao longo do século XIX, o Exército brasileiro organizou suas bases, edificou-se sobre o cientificismo positivista e a valorização tecnológica, construindo para si a imagem de agente do progresso e da promoção do bem público. Atraiu para si, em virtude disso, o objetivo de civilizar um Estado Nacional, atuando como sujeito político gestor da República, bem como interventor intelectual e político capaz de levar adiante o projeto de nacionalidade e modernização.



AGOSTINI, Angelo. *Alegoria da República Brasileira*. 16 nov. 1889.

Alegoria da República brasileira segurando a nova bandeira.

GOVERNO PROVISÓRIO

Entende-se por Governo Provisório o curto período de organização das instituições brasileiras após o Golpe Republicano. A administração do Estado ficou a cargo de Deodoro da Fonseca.

Algumas medidas foram tomadas para o estabelecimento da nova ordem. Entre elas, destacam-se:

- Banimento da família real e proclamação de um regime republicano e federativo;

- Abolição do Conselho de Estado e do Senado Vitalício. O sistema político herdado do período de vigência do autoritarismo monárquico concebia Senado, Conselho de Estado e Câmara dos Deputados. O Conselho de Estado e o Senado eram compostos de membros vitalícios; já a Câmara dos Deputados era baseada em eleições. Estavam associados, em termos político-administrativos, às articulações do regime monárquico e, por isso, foram abolidos tão logo foi instaurada a república;
- Dissolução da Câmara dos Deputados e do Senado;
- Reconhecimento dos compromissos estabelecidos pelo governo anterior;
- Separação da Igreja do Estado (formação do Estado laico) e instituição do casamento civil;
- Grande naturalização, ou seja, concessão da cidadania nacional aos estrangeiros interessados;
- Criação de uma nova bandeira, já que a anterior remetia ao regime monárquico brasileiro;
- Convocação de uma Assembleia Constituinte, visando redigir uma Constituição que assumisse plenamente o ideal republicano do novo regime.



BERNARDELLI, Henrique. *Retrato do General Deodoro da Fonseca*. Ca. 1892. Óleo sobre tela. Academia Militar das Agulhas Negras, Rio de Janeiro.

Nessa representação de Deodoro da Fonseca lhe é conferida postura heroica e de liderança.

Reforma econômica: o encilhamento

Em janeiro de 1890, o ministro da Fazenda do novo governo, Rui Barbosa, lançou um projeto econômico que objetivava o desenvolvimento industrial e o aumento de recursos financeiros circulantes para solucionar a baixa quantidade de dinheiro em um período em que a mão de obra passou a ser assalariada.



Autor desconhecido / Domínio Público

Sátira do encilhamento.

Autorizando a emissão de moeda por parte de alguns bancos, o plano econômico de Rui Barbosa surpreendeu pelas suas graves consequências para a economia brasileira. A elevada inflação, a desvalorização da moeda brasileira, o desequilíbrio nas contas externas da nação e a alta do custo de vida foram acrescidos de um considerável corpo de indústrias fantasmas, que surgiram com o único objetivo de obterem o crédito disponível para o desenvolvimento industrial. A crise foi ampliada pela especulação econômica ocorrida na bolsa de valores do Rio de Janeiro, gerando o apelido pejorativo dado ao plano de Rui Barbosa: **encilhamento**. Essa expressão remete à prática de encilhar cavalos, tendo, portanto, uma nítida associação do universo econômico brasileiro a uma corrida hípica e suas apostas. O encilhamento, responsável pela emissão de três vezes a quantidade de moeda circulante no período, gerou como consequência a demissão do ministro da Fazenda, em janeiro de 1891, e um profundo desarranjo nas estruturas econômicas brasileiras.

Constituição de 1891

A segunda Constituição brasileira, a primeira de caráter republicano, foi elaborada por uma Assembleia Constituinte, que iniciou seu trabalho em dezembro de 1890 e encerrou suas atividades com a promulgação da nova Carta, em 24 de fevereiro de 1891.

Esse documento foi fortemente influenciado pela Constituição liberal estadunidense, afirmando o direito a igualdade, liberdade e propriedade privada. Confirmou ações do Governo Provisório, como a Proclamação da República, o estabelecimento do presidencialismo e do federalismo e a separação entre Igreja e Estado, o que transformou o Brasil em um Estado laico. Estabeleceu ainda:

- tripartição dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário;
- relativa descentralização administrativa, já que os estados poderiam legislar conforme seus interesses (em 1926, durante o governo de Arthur Bernardes, foram realizadas modificações que possibilitaram uma maior centralização do poder federal);
- mandato presidencial de quatro anos, sem possibilidade de reeleição;
- eleição direta para os principais cargos do Executivo e Legislativo.

Quanto ao direito de voto, a nova Constituição apresentou uma considerável evolução, quando comparada com a anterior, na medida em que estabelecia o voto universal no lugar do voto censitário. No entanto, ainda existiam consideráveis limitações à participação política, pois o direito de sufrágio era restrito aos brasileiros maiores de 21 anos, excluindo-se vários grupos, como mendigos, soldados, analfabetos e religiosos. Além disso, na Constituição, não havia referência ao voto feminino, o que significava que, de acordo com a cultura patriarcal da época, as mulheres não podiam votar. Além das limitações democráticas expressas na Carta, as votações não eram secretas (voto aberto), possibilitando diversas práticas fraudulentas por parte das oligarquias brasileiras.

A Constituição de 1891 definiu que o presidente e o vice deveriam ser eleitos pelo voto direto. Porém, as determinações provisórias da nova Carta abriam uma exceção apenas para a primeira eleição, que seria indireta. As disputas para o cargo de presidente ficaram entre Deodoro da Fonseca, ainda provisoriamente no controle do país, e Prudente de Moraes, representante das oligarquias cafejeiras de São Paulo. Deodoro venceu com curta margem de votos, tendo como vice Floriano Peixoto, candidato da chapa adversária (até as eleições de Jânio Quadros e João Goulart, em 1961, a eleição para presidente e vice-presidente eram desvinculadas). A ausência de um forte apoio no Congresso, evidente na difícil vitória, seria um preço caro para as pretensões centralizadoras do presidente em um curto prazo. Como os dois responsáveis por assumir o Poder Executivo do Brasil eram militares, esse período passou a ser conhecido como República da Espada.

REPÚBLICA DA ESPADA

O curto governo de Deodoro da Fonseca, na nova fase, foi caracterizado pelo autoritarismo do presidente e pelos reflexos econômicos do encilhamento. Enfrentando uma oposição acirrada do Parlamento brasileiro, Deodoro mostrou-se indisposto com a Lei de Responsabilidade votada no Congresso, que, na prática, cumpria o papel de limitar as ações do presidente e abria a possibilidade de seu afastamento, caso descumprisse as normas legais do Estado Nacional. Como a lei foi vetada por Deodoro, o Legislativo, agindo na contramão do Poder Executivo, aprovou o projeto no dia 2 de novembro de 1891. Insatisfeito, o presidente fechou a casa no dia seguinte e decretou estado de sítio (suspensão de direitos e garantias individuais, na totalidade ou em parte do território nacional). A Primeira República começava autoritária.



Angelo Agostini / Domínio Público

AGOSTINI, Angelo. Caricatura de Deodoro da Fonseca às voltas com as disputas políticas da recém-proclamada República. Revista Ilustrada, 1891. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Deodoro tenta apagar os inúmeros problemas enfrentados pelo seu governo, na charge, representados por serpentes.

A reação à atitude do presidente veio das próprias Forças Armadas. A Marinha brasileira, ainda simpática ao Antigo Regime monárquico, mas sem um projeto de retorno da antiga ordem, deu início à conhecida **Primeira Revolta da Armada**. Conduzida pelo almirante Custódio José de Melo, alguns navios de guerra colocaram suas armas apontadas para a capital e exigiram a restauração da ordem democrática no país. A atitude da Marinha veio acompanhada da oposição de vários setores da sociedade que se indispuseram com a arbitrariedade do presidente da República. Este, pressionado pelas surpreendentes reações, renunciou ao cargo no dia 23 de novembro de 1891.

O controle do Executivo cabia agora ao vice-presidente Floriano Peixoto, que reabriu o Congresso e encerrou o estado de sítio. O novo governante, também autoritário, estava longe de representar uma unanimidade no Brasil do período. Um dos elementos mais agravantes de contestação da ordem vigente cabia a uma falha constitucional. A lei determinava que o vice-presidente, após a renúncia de Deodoro, deveria convocar novas eleições para o cargo Executivo. Entretanto, Floriano argumentava que a lei possuía uma contradição jurídica evidente: como convocar novas eleições em um país que nunca tivera uma eleição para presidente? Aproveitando-se da situação, resolveu cumprir o parágrafo 2º do artigo 1º das disposições transitórias, que estabelecia: "O presidente e o vice-presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência durante o primeiro período presidencial". Assim, Floriano governaria até o fim do mandato. Essa manobra interpretativa já apontava para a corriqueira prática política da história republicana brasileira de descumprir os textos constitucionais.



Oscar Pereira da Silva / Domínio Público

SILVA, Oscar Pereira da. *Retrato de Marechal Floriano Peixoto*. Séc. XX. Óleo sobre tela. Museu Paulista da USP.

Floriano Peixoto: o avanço da consolidação republicana.

A oposição ao novo presidente foi conduzida em várias frentes. Em março de 1892, Floriano recebeu uma carta-manifesto de treze generais, exigindo convocação de eleições. Foram todos punidos. A Marinha, espelhada no sucesso da reação contra Deodoro, repetiu a fórmula e apontou os canhões dos navios para o Rio de Janeiro, em setembro de 1893, no episódio conhecido como **Segunda Revolta da Armada**, conduzida pelo mesmo almirante, Custódio José de Melo.

Paralelamente, no mesmo ano, o Sul foi palco de um dos mais violentos episódios ocorridos em solo nacional durante a República: a **Revolução Federalista** (1893-1895). Tais episódios ocorreram sobretudo no RS, onde as disputas políticas acerca do projeto republicano e pelo poder se intensificavam. Os defensores do ideal positivista, concentrados no PRR (Partido Republicano Rio-grandense), liderados por Júlio de Castilhos, enfrentavam o Partido Federalista, defensor de um projeto liberal e descentralizador. Entre suas lideranças, destacava-se Gumerindo Saraiva. As disputas no Sul assumiram uma feição de guerra civil a partir do ano de 1893, quando as forças federalistas pegaram em armas contra o governo estadual, chegando a ocupar os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Como as tropas de Júlio de Castilhos contavam com o apoio do governo de Floriano Peixoto, os federalistas, também chamados de maragatos, assumiram uma postura antiflorianista, unindo-se aos participantes da Segunda Revolta da Armada, que haviam se deslocado para a cidade de Desterro, capital de Santa Catarina. Apenas em 1895, durante o governo de Prudente de Moraes, as tropas federalistas foram derrotadas por meio da união entre contingentes do governo central e de tropas estaduais. A revolução teve como saldo a morte de mais de cinco mil pessoas, sendo muitas degoladas quando capturadas pelas tropas inimigas. Quanto à Segunda Revolta da Armada, a rebeldia da Marinha foi derrotada no ano de 1894, com o apoio de navios estrangeiros que colaboraram com o governo de Floriano Peixoto.

As atitudes repressoras de Floriano foram responsáveis por duas homenagens: o tratamento como Marechal de Ferro e a mudança do nome da capital de Santa Catarina, que passou de Desterro para Florianópolis.

EVOLUÇÃO POLÍTICA DOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

Um considerável debate político marcou a organização da República nos seus primeiros anos. O fortalecimento do novo regime foi pautado pela construção de símbolos que pudessem garantir a autenticidade do projeto que, agora, firmava-se como representante do novo e do moderno. A Primeira República brasileira foi erigida por meio de um movimento elitista que excluía grande parte da população brasileira. Nesse sentido, era preciso a criação de símbolos que possibilitassem a necessária identificação entre o povo e o nascente Estado republicano. No livro *A Formação das Almas*, José Murilo de Carvalho retrata como os símbolos republicanos – como hino, bandeira, monumentos, heróis e outros ícones – foram fundamentais para a consolidação de uma nova concepção de pátria. Porém, na mesma obra, o autor destaca a ausência de uma unanimidade quanto ao projeto político republicano a ser implantado. Não existia no Brasil um consenso acerca do encaminamento do governo inaugurado em 1889, principalmente no que tange ao controle do poder e à atuação dos setores governamentais nas estruturas de nossa sociedade.

Entre as correntes conflitantes, destacam-se três grupos: positivistas, jacobinos e liberais.

Os defensores do **positivismo** articulavam suas ideias em torno do pensamento do francês Auguste Comte, afirmando que um governo fortalecido e consciente das necessidades do Estado seria capaz de arbitrar as questões gerais da nação. O papel centralizador desse modelo, assim como a secundarização de questões sociais, era condizente com os anseios dos militares, que se tornaram os principais defensores do positivismo. Da mesma forma, a crença positivista no avanço racional e industrial se conformava com o desejo militar de modernização do Brasil. A própria bandeira brasileira, renovada a partir da Proclamação da República, carregava a máxima positivista: Ordem e Progresso.

Já os **jacobinos** projetavam uma pátria com o ideal de participação popular, apesar de não terem um claro conceito em que consistiria o povo brasileiro e quais os mecanismos de participação para este. Os adeptos de tal corrente, oriundos dos grupos urbanos de média e baixa renda e intelectuais, inspiravam-se nas ações de alguns líderes da Revolução Francesa, como Robespierre e Danton. Cercados do imaginário dessa Revolução, os jacobinos interpretavam Floriano Peixoto como uma referência política no Brasil, apesar de o vice-presidente não ter a mesma identificação com o projeto jacobino. Essa ligação com Floriano se deu por conta de medidas progressistas, como construção de casas populares e o incentivo ao desenvolvimento industrial do Brasil feito pelo vice-presidente, sem contar o fato de que este assumiu o poder no lugar de um líder com traços positivistas.



AGOSTINI, Angelo. *Reconhecimento da República brasileira pela França*. Dez. 1889. Revista Ilustrada.

O terceiro projeto, chamado de **liberal**, era defendido pelos cafeicultores, partidários de uma organização política elitista e desejosos de uma estrutura administrativa descentralizada que garantisse a manutenção da propriedade e da liberdade individual. Inspirado na república estadunidense, esse projeto foi aquele que mais influenciou os governos posteriores à República da Espada, principalmente após a vitória de Prudente de Moraes, em 1894, tornando-se hegemônico na vida política nacional durante o Período Oligárquico.

O NÚMERO DE ELEITORES NA REPÚBLICA

Nessa linha, o decreto de 19 de novembro de 1889 estabelece nova qualificação eleitoral. Trata-se da primeira regulação republicana no Brasil a respeito dos critérios de inclusão da população no mundo da cidadania política. Pelo decreto, eliminam-se as restrições censitárias do Império, mas prossegue a exclusão dos analfabetos imposta pela Lei Saraiva. A nova lei propicia um acréscimo do eleitorado, se levarmos em conta o número de eleitores definido pela última reforma eleitoral do Império. Se a memória, contudo, alcançar o contingente eleitoral brasileiro quantificado no censo de 1872 – em torno de 1,1 milhão de eleitores, ou 11% da população – o decreto republicano é tímido. Enquanto que com a Lei Saraiva (1881) o eleitorado passa a representar cerca de 1% da população, com a República, levando em conta as eleições presidenciais de 1894, o percentual alcança 2%.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. [Fragmento]

Observação

A Lei Saraiva (1881), decretada ainda durante o Período Imperial, proibia o acesso ao voto aos analfabetos, reduzindo consideravelmente o número de eleitores, conforme o texto anterior.

OS SÍMBOLOS DO NOVO REGIME

O extravasamento das visões de República para o mundo extralite, ou as tentativas de operar tal extravasamento, é que me interessarão diretamente. Ele não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele teria de ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos. De fato, um exame preliminar da ação dos jacobinos e positivistas já me tinha revelado o emprego de tais instrumentos, frequentemente sob inspiração francesa. As descrições da época trazem referências ao costume dos republicanos brasileiros de cantarem a Marselhesa, de representarem a república com o barrete frígio; informam também sobre a luta dos positivistas pela nova bandeira e sobre a disputa em torno da definição do panteão cívico do novo regime.

[...]

A batalha em torno da simbologia republicana deu-se também em relação à bandeira e ao hino. Não podia ser de outra maneira, de vez que são esses, tradicionalmente, os símbolos nacionais mais evidentes, de uso quase obrigatório [...] No caso da bandeira, a vitória pertenceu a uma facção, os positivistas, mas ela se deveu certamente ao fato de que o novo símbolo incorporou elementos da tradição imperial. No caso do hino, a vitória da tradição foi total: permaneceu o hino antigo. Foi também a única vitória popular no novo regime, ganha à revelia da liderança republicana.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. [Fragmento]



Os primeiros anos da república brasileira

Essa videoaula mostra um panorama das características da república recém-proclamada no Brasil.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (Unesp) Nas palavras de Aristides Lobo, o povo brasileiro assistiu à queda da monarquia “bestializado, atônito, sem conhecer o que significava”. Sobre a Proclamação da República no Brasil, analise as afirmações a seguir.

1. A implantação do regime republicano no Brasil, em 1889, entre os seus significados, representou culminância do processo de deterioração do poder político de Pedro II.
2. O povo foi surpreendido com o novo regime, cuja implantação se deveu muito mais ao descontentamento dos militares, após a guerra do Paraguai, do que propriamente as ações do Partido Republicano.
3. A Proclamação da República no Brasil foi um ato há muito planejado e contou com a adesão da família real brasileira.
4. A insatisfação militar com o regime monárquico deveu-se principalmente à abolição da escravidão, uma vez que os soldados escravos eram muito apreciados por serem confiáveis e eficientes nas batalhas.
5. O rol das insatisfações com a monarquia intensificou-se com a crise provocada pela tentativa do bispo de Olinda e Recife, D. Vital, de fazer cumprir as ordens papais que condenavam a maçonaria.

Estão corretas apenas

- A) 1, 3 e 4.
- B) 1, 2 e 5.
- C) 3, 4 e 5.
- D) 2, 3 e 4.
- E) 1, 3 e 5.

02. (UERJ) A febre especulativa começou ainda sob o Império [...]. A libertação dos escravos provocara o súbito aumento da necessidade de pagar salários e os fazendeiros sentiam carência de dinheiro [...]. [O] primeiro governo republicano, [...] convicto de que a circulação monetária era insuficiente e, ademais, aberto a ideias de industrialização, [...] estabeleceu um mecanismo de bancos privados emissores, o que incitou ainda mais a especulação [...].

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

O processo descrito anteriormente ilustra a seguinte política econômica desenvolvida no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, de 1889 a 1891:

- A) Creditismo
- B) Federalismo
- C) Naturalização
- D) Encilhamento

03. (UFF-RJ) Um dos elementos decisivos no tocante à simbologia do regime republicano que foi inaugurado no Brasil em 1889 foi a definição de sua bandeira, de adoção obrigatória e legalmente estabelecida. Segundo alguns autores, essa foi uma batalha decisiva, que revelou clivagens entre os próprios republicanos, apesar de a vitória ter pertencido a um grupo: os positivistas. Sua vitória, nesse caso, pode ser explicada pelo fato de

- A) os positivistas ortodoxos constituírem-se numa seita religiosa que pregava o fim do estágio fetichista em que vivia a totalidade da população brasileira.
- B) os positivistas ortodoxos considerarem que apenas sob o regime monárquico estariam assegurados a ordem e o progresso, tal como o pregara Comte.
- C) os positivistas constituírem a base de apoio ao regime republicano, sobretudo devido a seu prestígio junto aos antigos setores aristocratas e conservadores da população.
- D) os positivistas ortodoxos contarem com maioria no Congresso, fazendo com que os demais projetos de bandeiras apresentados fossem sistematicamente vetados por imitarem ora o modelo francês, ora o modelo norte-americano.
- E) a bandeira ter incorporado o lema dos positivistas ortodoxos, “Ordem e Progresso”, e elementos da antiga bandeira imperial, combinando passado e futuro, além de valores como a fraternidade universal e a conciliação entre extremismos.

04. (PUC Minas) Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, o povo acompanhou bestializado a criação do regime republicano no Brasil. Essa afirmação pode explicar nossa Proclamação da República no Brasil como

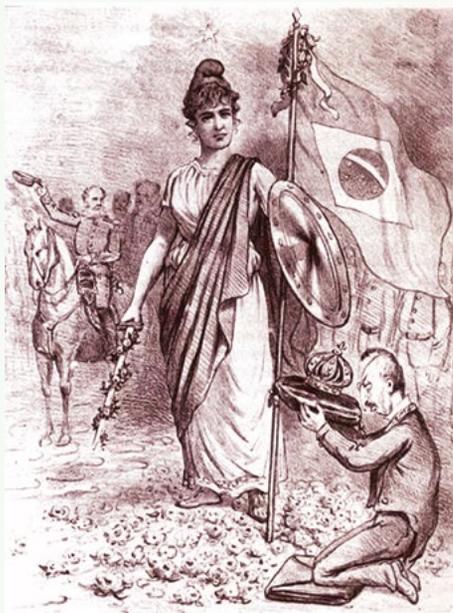
- A) adoção das teses sobre a ordem e o progresso, inspiradas na revolução estadunidense do século XVIII.
- B) uma ruptura com os valores liberais, instituídos pelo ideário dos membros do clube militar do Rio de Janeiro.
- C) um golpe militar ou quartelada, que instaurou novo modelo político nos moldes que tivemos mais tarde em 1964.
- D) estabelecimento de uma nova ordem social, que promovia a igualdade social com base na organização do trabalho.

- 05.** (Unesp–2016) A chamada crise do Encilhamento, no final do século XIX, foi provocada
-  A) pela moratória brasileira da dívida contraída junto a casas bancárias alemãs e italianas.
- B) pela crise da bolsa de valores, que não resistiu ao surto especulativo do pós-primeira guerra mundial.
- C) pelo fim da política de proteção à produção e exportação de café, que enfrentava forte concorrência colombiana.
- D) pela emissão descontrolada de papel-moeda, que provocou especulação financeira e alta inflacionária.
- E) pelo encarecimento dos bens de primeira necessidade, que eram majoritariamente importados dos Estados Unidos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UFRGS-RS) Observe o cartum a seguir, que faz referência à Proclamação da República no Brasil.



REVISTA ILUSTRADA, 16 nov. 1889.

Considere as seguintes afirmações, referentes a elementos do cartum.

- I. A figura feminina empunhando a bandeira representa a nova República brasileira, instaurada através do golpe militar de 15 de novembro.
- II. A bandeira representada na imagem constituiria a versão preliminar da atual, que seria acrescida da divisa positivista.
- III. Em segundo plano, montado a cavalo, aparece a figura do suposto “proclamador” da República, o marechal Floriano Peixoto.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II
- B) Apenas I e II
- C) Apenas I e III
- D) Apenas II e III
- E) I, II e III
- 02.** (EsPCEX-SP) Durante o Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, o então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, colocou em prática uma reforma financeira. Essa reforma
- A) tinha por objetivo controlar a onda inflacionária e reduzir o processo especulativo na Bolsa de Valores.
- B) resultou na amortização da dívida externa, bem como na suspensão do pagamento de seus juros por três anos.
- C) consistiu na elevação dos juros e da taxa cambial, levando ao crescimento da receita pública e diminuição do custo de vida.
- D) tinha por finalidade favorecer a expansão industrial, por meio da ampliação de créditos ao setor.
- E) visava fiscalizar a venda de ações, com a finalidade de impedir a propagação de empresas fantasmas.
- 03.** (Unesp) A Proclamação da República não é um ato fortuito, nem obra do acaso, como chegaram a insinuar os monarquistas; não é tampouco o fruto inesperado de uma parada militar. Os militares não foram meros instrumentos dos civis, nem foi um ato de indisciplina que os levou a liderar o movimento da manhã de 15 de novembro, como tem sido dito às vezes. Alguns deles tinham sólidas convicções republicanas e já vinham conspirando há algum tempo [...]. Imbuídos de ideias republicanas, estavam convencidos de que resolveriam os problemas brasileiros liquidando a Monarquia e instalando a República.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*, 1987.
- O texto identifica a Proclamação da República como resultado
- A) da unidade dos militares, que agiram de forma coerente e constante na luta contra o poder civil que prevalecia durante o Império.
- B) da fragilidade do comando exercido pelo Imperador frente às rebeliões republicanas que agitaram o país nas últimas décadas do Império.
- C) de um projeto militar de assumir o comando do Estado brasileiro e implantar uma ditadura armada, afastando os civis da vida política.
- D) da disseminação de ideais republicanos e salvacionistas nos meios militares, que articularam a ação de derrubada da Monarquia.
- E) de uma conspiração de civis, que recorreram aos militares para derrubar a Monarquia e assumir o controle do Estado brasileiro.

04. (UFU-MG-2016) Enfim, sabemos que a “história nacional” e a “cultura brasileira” não eram entidades naturais. E todo o esforço dos homens de letras foi o de transformar determinados valores, personagens, sentimentos e acontecimentos em tradições que deveriam por sua vez ser experimentadas e guardadas como entidade natural. Se essas tradições correspondiam ou não à verdade dos acontecimentos não importa, nem constitui uma questão, na medida em que elas não visavam a descrever uma realidade, mas sim conferir-lhe um sentido, bem como produzir a solidariedade social e viabilizar um projeto coletivo, de nação e de República.

DANTAS, Carolina Vianna. Cultura história, República e o lugar dos descendentes de africanos na nação. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 245 (Adaptação).

A transição para a República, no Brasil, também foi marcada por “batalhas de memórias” e pela criação e recriação de mitos políticos entre os grupos políticos que procuravam afirmar seu poder. Esta dimensão simbólica pode ser ainda exemplificada

- A) pela forte expansão do positivismo que pode ser exemplificada pelo grande número de igrejas positivistas na cidade do Rio de Janeiro.
- B) pela reabilitação de personagens importantes do período colonial que eram identificados com a causa republicana, como Tiradentes.
- C) pelo esvaziamento das forças militares responsáveis pela Proclamação, cada vez mais vistas como retrógradas e incapazes de promover o republicanismo.
- D) pelo afastamento ideológico em relação aos países do continente americano, os quais, com exceção dos Estados Unidos, eram vistos como repúblicas frágeis e atravessadas por conflitos internos.

05. (FUVEST-SP-2016) Na Belle Époque brasileira, que difusamente coincidiu com a transição para o regime republicano, surgiram aquelas perguntas cruciais, envoltas no oxigênio mental da época, muitas das quais, contudo, nos incomodam até hoje: como construir uma nação se não tínhamos uma população definida ou um tipo definido? Frente àquele amálgama de passado e futuro, alimentado e realimentado pela República, quem era o brasileiro? [...] Inúmeras tentativas de respostas a todas estas questões mobilizaram os intelectuais brasileiros durante várias décadas.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Entre as tentativas de responder, durante a *Belle Époque* brasileira, às dúvidas mencionadas no texto, é correto incluir

- A) as explicações positivistas e evolucionistas sobre o impacto da mistura de raças na formação do caráter nacional brasileiro.
- B) os projetos de valorização dos vínculos entre o caráter nacional brasileiro e os produtos da indústria cultural norte-americana.
- C) o reconhecimento e a celebração da origem africana da maioria dos brasileiros e a rejeição das tradições europeias.
- D) a percepção de que o país estava plenamente inserido na modernidade e havia assumido a condição de potência mundial.
- E) o desejo de retornar ao período anterior à chegada dos europeus e de recuperar padrões culturais e cotidianos indígenas.

06. (PUC-Campinas-SP-2016) O universo ficcional de Machado de Assis é povoado pelos tipos sociais que se mesclavam na sociedade fluminense do século XIX: proprietários, rentistas, comerciantes, homens pobres mas livres e escravos. Cruzam seus interesses e medem-se em seus poderes ou em sua falta de poder. É essa a configuração das personagens das obras-primas *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*. A tragédia do negro escravizado está exposta em contos violentos, e o capricho dos senhores proprietários dá o tom a narradores como Brás Cubas e Bento Santiago, o Bentinho, que contam suas histórias de modo a apresentar com ar de naturalidade a prática das violências pessoais ou sociais mais profundas.

TÁVOLA, Bernardim da. Inédito.

A tragédia do negro escravizado, no Brasil, deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Durante a primeira República, a maioria absoluta da população negra continuou excluída da vida política, tendo colaborado para essa exclusão o fato de que

- A) a legislação republicana oficializou medidas segregacionistas em nível nacional.
- B) a população negra livre não era contemplada pelo sistema clientelista.
- C) os negros optaram por permanecer no campo, não se inserindo nas cidades.
- D) os analfabetos, mendigos e soldados não podiam votar.
- E) as organizações políticas ou culturais que agregassem negros eram proibidas.

07. (UERN-2015) A República da Espada teve início quando os militares lideraram o país politicamente entre os anos de 1889 a 1894. Assim que a Monarquia foi derrubada, o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca guiou as decisões tomadas no Brasil naquele período. Um dos fatores que contribuiu para a ascensão dos militares ao poder no Brasil, logo no início da República, foi



- A) o apoio incondicional das oligarquias rurais e dos grandes cafeicultores paulistas, que tinham, em sua maioria, representantes no exército brasileiro.
- B) a vitória do Brasil na guerra do Paraguai, que de uma certa forma fortaleceu o exército, que passou a exigir maiores saldos e maior participação política.
- C) a subvenção inglesa na implantação da república brasileira interessada na expansão da Doutrina Monroe, que defendia o fim dos regimes monárquicos na América.
- D) a tendência latino-americana de estabelecer governos ditatoriais e militares, atrelados às concepções imperialistas e bolivarianas e, naturalmente, desvinculados da influência norte-americana.

08. (UEG-GO) Analise as caricaturas a seguir.



PEDERNEIRAS, Raul. Charges publicadas em *O Tagarela* em 3 maio 1902. In: LUSTOSA, Isabel. *História de presidentes*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 55.

As charges ironizam os primeiros presidentes da República brasileira. Nesse sentido, a "pedra no sapato" do "primeiro presidente" representa um desafio enfrentado durante o seu governo. Esse desafio foi a

- A) crise econômico-financeira do Encilhamento.
- B) política dos governadores.
- C) Revolta de Canudos.
- D) Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

09. (Mackenzie-SP) Os anseios democráticos e os ideais patrióticos contidos na crítica à monarquia e na propaganda republicana tiveram que aguardar outras oportunidades. Eles foram colocados sob controle ou mesmo suprimidos. Policarpo Quaresma, personagem de um romance de Lima Barreto, é o símbolo dos ideais não realizados do republicanismo e teve um triste fim.



NADAI, Elza; NEVES, Joana. *História do Brasil*.

O texto refere-se à

- A) participação do Partido Republicano e sua preocupação em contar com o envolvimento de toda a sociedade brasileira na construção de um novo regime político.
- B) concepção, por parte dos chamados "republicanos revolucionários", de que a república somente se instalaria a partir de um movimento envolvendo apenas as elites militares.
- C) ideologia presente no movimento republicano que acreditava que a sociedade brasileira somente se modificaria por meio de uma agitação revolucionária.
- D) mudança verificada no processo histórico brasileiro com o advento da república que, se não alterou as bases sociais, ao menos modificou completamente nosso modelo econômico.
- E) permanência das mesmas bases de organização social do período monárquico, mantendo as classes populares afastadas da participação política, restrita apenas a uma reduzida elite nacional.

10. (UFRJ)

Porcentagem de votantes nas eleições presidenciais entre 1894 e 1930

Candidato vencedor	N. de votantes (em milhares)	% de votantes sobre a população
Prudente de Moraes (1894)	345	2,2
Campos Sales (1898)	462	2,7
Rodrigues Alves (1902)	645	3,4
Afonso Pena (1906)	294	1,4
Hermes da Fonseca (1910)	698	3,0
Venceslau Brás (1914)	580	2,4
Rodrigo Alves (1918)	390	1,5
Epitácio Pessoa (1919)	403	1,5
Artur Bernardes (1922)	833	2,9
Washington Luís (1926)	702	2,3
Júlio Prestes (1930)	1890	5,6

CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice Resende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 72.

Os dados eleitorais presentes na tabela indicam uma pequena participação popular nas eleições presidenciais na Primeira República (1890-1930).

Identifique duas restrições impostas pela Constituição de 1891 ao exercício do voto.

11. (UERJ)

Bandeira do Império do Brasil**Bandeira adotada pela República**

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

A Proclamação da República no Brasil, em 1889, instituiu a necessidade de revisão dos símbolos nacionais. A nova bandeira, por exemplo, expressou rupturas e continuidades, bem como a valorização de determinadas ideias para o novo regime. Aponte a corrente político-filosófica que interferiu na remodelação da bandeira brasileira e o argumento dessa corrente para a condenação do regime monárquico.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem-2018)

Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, 1890

Dos crimes contra a saúde pública

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentária ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos.

Art. 158. Ministrare, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício denominado curandeiro.

Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2014 (Adaptação).

No início da Primeira República, a legislação penal vigente evidenciava o(a)

- A) negligência das religiões cristãs sobre as moléstias.
- B) desconhecimento das origens das crenças tradicionais.
- C) preferência da população pelos tratamentos alopáticos.
- D) abandono pela comunidade das práticas terapêuticas de magia.
- E) condenação pela ciência dos conhecimentos populares de cura.

02. (Enem-2017) O instituto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão de glória. Merecem, decerto, a nossa estima aqueles outros; eram patriotas. Mas o que se ofereceu a carregar com os pecadores de Israel, o que chorou de alegria quando viu comutada a pena de morte dos seus companheiros, pena que só ia ser executada nele, o enforcado, o esquartejado, o decapitado, esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos.

ASSIS, M. *Gazeta de Notícias*, n. 114, 24 abr. 1892.

No processo de transição para a República, a narrativa machadiana sobre a Inconfidência Mineira associa

- A) redenção cristã e cultura cívica.
- B) veneração aos santos e radicalismo militar.
- C) apologia aos protestantes e culto ufanista.
- D) tradição messiânica e tendência regionalista.
- E) representação eclesiástica e dogmatismo ideológico.

03. (Enem-2016)



BROCOS, R. *A redenção de Cam*, 1895. Disponível: <<http://mnba.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

Na imagem, o autor procura representar as diferentes gerações de uma família associada a uma noção consagrada pelas elites intelectuais da época, que era a de

- A) defesa da democracia racial.
- B) idealização do universo rural.
- C) crise dos valores republicanos.
- D) constatação do atraso sertanejo.
- E) embranquecimento da população.

GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. D
- 03. E
- 04. C
- 05. D

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. D
- 03. D
- 04. B
- 05. A
- 06. D
- 07. B

- 08. A
- 09. E
- 10. A primeira constituição republicana impedia o voto dos analfabetos e das mulheres.
- 11. O positivismo, que compreendia a monarquia como símbolo de atraso, identificando-a como organização política arcaica, e a República, como o regime que traria a modernização e o progresso.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. A
- 03. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %